

Roberto Flávio Sant'Ana de Almeida

**CONSERVAÇÃO E VALORES SOB A PERSPECTIVA DO  
PATRIMÔNIO NA ALEMANHA:  
A PRÁTICA DA RECONSTRUÇÃO**

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2013

Roberto Flávio Sant'Ana de Almeida

**CONSERVAÇÃO E VALORES SOB A PERSPECTIVA DO  
PATRIMÔNIO NA ALEMANHA:  
A PRÁTICA DA RECONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2013

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pelos dons que me deste.

À minha mãe, por ser fundamental na constiuição da pessoa que hoje sou; pelos ensinamentos e pelo exemplo de dedicação; por sempre valorizar a educação como um bem inexpugnável, um instrumento de mudança.

À Mari, por ser essa pessoa linda que transformou minha vida; por ser uma benfazeja e afável inspiração, pela enorme compreensão; pelo companheirismo e pelo amparo, devido ao qual não me deixei abater nos momentos de dificuldade.

Ao professor Leo, pela exímia condução no desenvolvimento do trabalho; pelo constante amparo intelectual e por dispor seu conhecimento a aclarar minhas ideias; também pela compreensão nos momentos em que enfrentei os maiores desafios.

Aos meus familiares, pela grande importância no meu desenvolvimento, pelas boas vivências e experiências que sempre me propiciaram.

Aos amigos e colegas do MACPS, por serem exemplos a me inspirar continuamente nessa etapa, que agora se finda.

## RESUMO

Este trabalho tem como tema o debate sobre a reconstrução de monumentos na Alemanha. O objetivo é identificar as relações entre os valores da comunidade local e as repercussões dessa intervenção em monumentos. Inicialmente, apresenta um breve histórico sobre preservação de monumentos na Alemanha. Em seguida, analisa a discussão ocorrida na cidade de Heidelberg no fim do século XIX sobre a possível reconstrução do castelo da cidade. Destacam-se os trabalhos dos historiadores de arte, Alois Riegl e Georg Dehio, que contribuíram para a fundação da teoria sobre preservação na Alemanha. Também analisa o recente debate ocorrido em Berlim, sobre a demolição do Palácio da República, que foi sede do governo socialista da República Democrática Alemã; para a reconstrução do Palácio Real (*Stadtschloss*), que foi residência de governantes antes da unificação daquele país. Para tanto, faz-se pesquisa bibliográfica e documental, com análise de fatos e opiniões de diferentes especialistas relacionadas com o tema. O estudo dos casos mostra as controvérsias e dilemas que surgiram nos debates sobre a reconstrução. Por fim, sugere que certos valores da sociedade são decisivos na escolha pela reconstrução e podem se relacionar com a identidade cultural da nação. Os valores predominantes também podem se relacionar com aspectos políticos do contexto histórico do monumento.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Reconstrução. Alemanha. Heidelberg. Berlim. Palácio da República.

## ABSTRACT

This work has as theme the debate about the reconstruction of monuments in Germany. The objective is to identify the relationships between the values of the local community and the repercussions of this intervention in monuments. Initially, it presents a brief history of preservation of monuments in Germany. It then analyzes the discussion held in the city of Heidelberg in the late nineteenth century about the possible reconstruction of the city castle. Noteworthy are the work of the art historians, Alois Riegl and Georg Dehio, which contributed to the foundation of the theory of preservation in Germany. It also analyzes the recent debate held in Berlin about the demolition of the Palace of the Republic, which was the seat of the socialist government of German Democratic Republic; for the reconstruction of the Royal Palace (*Stadtschloss*), which was the residence of the governors before the unification of that country. For this, it does a bibliographic and documentary research, analyzing facts and opinions from different experts on the theme. The case studies show the controversies and dilemmas that emerged in the debates about reconstruction. Finally, it suggests that certain values of the society are decisive in choosing the reconstruction and they can relate to the cultural identity of the nation. The prevailing values may also relate to the political aspects of the historical context of the monument.

**Keywords:** Heritage. Reconstruction. Germany. Heidelberg. Berlin. Palace of the Republic.

## ZUSAMMENFASSUNG

Diese Arbeit hat als Thema die Debatte über die Rekonstruktion (auch Wiederaufbau) von Denkmälern in Deutschland. Das Ziel ist, die Beziehungen zwischen den Werten der lokalen Gemeinschaft und die Auswirkungen dieser Intervention in Denkmälern zu identifizieren. Anfangs ist eine kurze geschichtliche Verlauf der Denkmalpflege in Deutschland präsentiert. Dann analysiert man die Diskussion, die am Ende des neunzehnten Jahrhunderts in der Stadt Heidelberg über die mögliche Rekonstruktion des Stadtschlusses stattfand. Bemerkenswert sind die Werke den Kunsthistorikern, Alois Riegl und Georg Dehio, die zur Gründung der Theorie der Denkmalpflege in Deutschland beigetragen haben. Es analysiert auch die gegenwärtige Debatte in Berlin, über den Abriss des Palastes der Republik, die der Sitz der sozialistischen Regierung der Deutschen Demokratischen Republik war; für den Wiederaufbau des Berliner Stadtschlusses, das Residenz für Herrscher war, vor der Vereinigung dieses Landes. Dafür wird die Literatur und Dokumente analysiert, auch die Fakten und Meinungen aus verschiedenen Experten, in bezug auf das Thema. Die Fallstudien zeigen die Kontroversen und Dilemmas, die in den Debatten über Rekonstruktion entstanden. Schließlich ist es vorgeschlagen, dass bestimmte Werte der Gesellschaft bei der Auswahl der Rekonstruktion entscheidend sind und die kulturelle Identität der Nation betreffen können. Die vorherrschenden Werte können sich auch auf die politischen Aspekte des historischen Kontextes des Denkmals beziehen.

**Stichworte:** Denkmalpflege. Rekonstruktion, Wiederaufbau. Deutschland. Heidelberg. Berlin. Palast der Republik.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 2.1: Catedral de Speyer, Alemanha.....   | 18 |
| FIGURA 2.2: Catedral de Speyer, vista aérea.....                                      | 18 |
| FIGURA 2.3: Igreja de St. Blasien, em Waldshut, Alemanha .....                        | 20 |
| FIGURA 2.4: Igreja de St. Blasien, vista do interior.....                             | 20 |
| FIGURA 2.5: Cidade de Dresden, por volta do ano 1900 .....                            | 24 |
| FIGURA 2.6: <i>Alte Pinakothek</i> em Munique .....                                   | 28 |
| FIGURA 2.7: <i>Goetheshaus</i> em Frankfurt .....                                     | 29 |
| FIGURA 2.8: Fachadas do <i>Prinzipalmarkt</i> de Münster, Alemanha, em 2007.....      | 30 |
| FIGURA 2.9: <i>Prinzipalmarkt</i> de Münster, Alemanha, em 1885-90 .....              | 31 |
| FIGURA 2.10: <i>Prinzipalmarkt</i> de Münster em 1960 .....                           | 31 |
| FIGURA 2.11: Lübeck, Alemanha. Vista aérea do centro histórico em 2007 .....          | 32 |
| FIGURA 2.12: Lübeck, após destruição pelos bombardeios da 2ª Guerra Mundial ..        | 33 |
| FIGURA 3.1: Heidelberg, Alemanha. ....  | 36 |
| FIGURA 3.2: Centro histórico de Heidelberg.....                                       | 36 |
| FIGURA 3.3: “ <i>Hortus Palatinus</i> ”, século XVII .....                            | 37 |
| FIGURA 3.4: Castelo de Heidelberg .....   | 39 |
| FIGURA 3.5: <i>Friedrichsbau</i> após reconstrução, Castelo de Heidelberg .....       | 39 |
| FIGURA 3.6: <i>Ottoheinrichsbau</i> , Castelo de Heidelberg .....                     | 40 |
| FIGURA 4.1: Planta de Berlim no século XVII.....                                      | 65 |
| FIGURA 4.2: Planta de Berlim em 1737, elaborada por Johann Friedrich Walther...       | 66 |
| FIGURA 4.3: Berlim em 1867, por Libenow. Destaque do autor: <i>Schlossplatz</i> ..... | 67 |
| FIGURA 4.4: Foto aérea do <i>Berliner Stadtschloss</i> , cerca de 1900 .....          | 68 |

|   |     |
|---|-----|
| FIGURA 4.5: <i>Berliner Stadtschloss</i> , pintura do século XIX .....                      | 69  |
| FIGURA 4.6: Centro de Berlim ( <i>Mitte</i> ).....  | 70  |
| FIGURA 4.7: Pátio interno do <i>Berliner Stadtschloss</i> , pintura de cerca de 1830.....   | 70  |
| FIGURA 4.8: <i>Berliner Stadtschloss</i> , pintura de cerca de 1850.....                    | 71  |
| FIGURA 4.9: Foto aérea do <i>Berliner Stadtschloss</i> tirada em 1946 .....                 | 73  |
| FIGURA 4.10: Projeto para o Palácio da República de 1951 .....                              | 75  |
| FIGURA 4.11: Um dos estudos para o Palácio da República .....                               | 76  |
| FIGURA 4.12: Palácio da República nos anos 1980.....  | 77  |
| FIGURA 4.13: Palácio da República, vista a partir da Torre de TV ( <i>Fernsehturm</i> ) ... | 77  |
| FIGURA 4.14: O Grande Salão ( <i>Der Große Saal</i> ).....                                  | 78  |
| FIGURA 4.15: Evento de dança ( <i>Jugendtanzabend</i> ) no Palácio da República.....        | 78  |
| FIGURA 4.16: Festival de música no Palácio da República.....                                | 81  |
| FIGURA 4.17: Pista de boliche do Palácio da República .....                                 | 81  |
| FIGURA 4.18: Manifestação durante a XI Conferência do partido SED, em 1986....              | 85  |
| FIGURA 4.19: Corte esquemático do Palácio da República .....                                | 86  |
| FIGURA 4.20: Vista do Palácio da República a partir da ponte <i>Schlossbrücke</i> .....     | 86  |
| FIGURA 5.1: Sobreposição: planta do <i>Stadtschloss</i> e Palácio da República .....        | 97  |
| FIGURA 5.2: Demolição do Palácio da República em 2006 .....                                 | 99  |
| FIGURA 5.3: Perspectivas do <i>Berliner Stadtchloss</i> a ser reconstruído.....             | 109 |
| FIGURA 5.4: Fotomontagens do entorno do <i>Stadtschloss</i> previsão para 2018 .....        | 110 |
| FIGURA 5.5: Fotomontagens do entorno do <i>Stadtschloss</i> previsão para 2018 .....        | 110 |
| FIGURA 5.6: Perspectivas das fachadas do <i>Stadtschloss</i> , previsão para 2018 .....     | 110 |
| FIGURA 5.7: <i>Spendenkatalog</i> .....   | 111 |
| FIGURA 5.8: Palácio da República em 2005 .....  | 115 |

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | 9   |
| <b>2. BREVE HISTÓRICO SOBRE PRESERVAÇÃO NA ALEMANHA</b> .....  | 17  |
| 2.1. Primeiros registros oficiais da preservação do patrimônio na Alemanha.....  | 17  |
| 2.2. Preservação durante o Romantismo alemão e a contribuição de Karl<br>Friedrich Schinkel .....                        | 19  |
| 2.3. O período desde a fundação do Estado Nacional até o século XX .....   | 22  |
| 2.4. Alguns fatos sobre a reconstrução no pós-guerra .....   | 26  |
| <b>3. O CASTELO DE HEIDELBERG</b> .....  | 35  |
| 3.1. Histórico do monumento .....  | 35  |
| 3.2. Georg Dehio e a crítica aos trabalhos propostos para o <i>Ottoheinrichsbau</i> .....                                | 43  |
| 3.3. Alois Riegl e “ <i>O Culto Moderno dos Monumentos</i> ” .....   | 50  |
| 3.4. Considerações acerca das obras de Alois Riegl e Georg Dehio .....   | 56  |
| <b>4. BERLINER STADTSCHLOSS E O PALÁCIO DA REPÚBLICA</b> .....   | 64  |
| 4.1. O <i>Berliner Stadtschloss</i> .....  | 64  |
| 4.2. O ocaso do <i>Berliner Stadtschloss</i> com a ascensão da República .....   | 72  |
| 4.3. O surgimento do Palácio da República.....   | 75  |
| 4.4. O declínio do Palácio da República .....  | 79  |
| <b>5. A RECONSTRUÇÃO DO BERLINER STADTSCHLOSS</b> .....  | 87  |
| 5.1. O início do debate acerca da reconstrução do <i>Stadtschloss</i> .....  | 87  |
| 5.2. A intensificação do debate no âmbito político e a decisão de se<br>reconstruir o <i>Berliner Stadtschloss</i> ..... | 95  |
| 5.3. As repercussões da decisão em favor da reconstrução .....   | 100 |
| <b>6. CONCLUSÃO</b> .....  | 117 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 122 |

## 1. INTRODUÇÃO

A reconstrução de monumentos, tema deste trabalho, é um tipo de intervenção no patrimônio que costuma despertar controvérsias. As Cartas Patrimoniais publicadas no século XX sintetizam o estágio em que se encontra a teoria do restauro na atualidade e nos dão uma boa noção de seu desenvolvimento ao longo das últimas décadas. Pelas citações de algumas dessas Cartas, vemos que se referem à reconstrução recomendando que ela seja evitada. Isso pode ocorrer pela afirmação explícita de que não se deve reconstruir o monumento ou ponderando que, somente em último caso se deveria reconstruir, se for um monumento muito específico cuja significação social e cultural para a comunidade seja absolutamente excepcional. De acordo com a Carta de Atenas<sup>1</sup> (1931):

Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos – e cada caso pode comportar uma solução própria –, a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. (grifo do autor)

Como se nota, a Carta de Atenas aponta que a reconstrução não seria uma intervenção aconselhável, dando ênfase à manutenção e conservação apropriada dos edifícios. A Carta de Veneza<sup>2</sup> (1964), publicada quase duas décadas após a 2ª Guerra Mundial, refere-se a reconstruções de uma forma mais cautelosa, em seus artigos 12 e 13, de acordo com o seguinte:

Art.12 Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte ou de história.

Art.13 Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

---

<sup>1</sup> CURY, Isabelle (ORG.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. p.13.

<sup>2</sup> Ibid. p.94.

Outra importante publicação é a Carta de Burra<sup>3</sup> (1980), que trouxe definições referentes à reconstrução em seus artigos 18 e 19, também recomendando uma grande cautela nesse tipo de intervenção em monumentos:

Art.18 A reconstrução deve limitar-se à colocação de elementos destinados a completar uma entidade desfalcada e não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem.

Art.19 A reconstrução deve limitar-se à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças aos testemunhos materiais e/ou documentais. As partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas de perto.

Da mesma forma, apresentamos um trecho da Carta de Cracóvia (2000)<sup>4</sup>, que na definição de seus objetivos e métodos se refere à reconstrução da seguinte forma:

4. Devem ser evitadas *reconstruções* de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo”.

A reconstrução de partes muito limitadas, com um significado arquitetônico, pode ser excepcionalmente aceita, na condição de se fundamentar em documentação precisa e irrefutável. Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitetura atual. A reconstrução total de um edifício, que tenha sido destruído por um conflito armado ou por uma catástrofe natural, só é aceitável se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade local.

Como nos mostra Luiz Antonio Lopes de Souza (2009)<sup>5</sup>, a discussão sobre reconstrução esteve presente na Alemanha desde o final do século XIX, apesar de esse fenômeno se mostrar presente no Ocidente desde a Antiguidade. Segundo o autor, a reconstrução seria o “instrumento de recuperação da memória de um monumento, perdida na imaterialidade”, frente ao caráter implacável dos agentes naturais e da destruição provocada por guerras.

No século XIX houve um grande debate<sup>6</sup> entre o francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e o inglês John Ruskin (1819-1900). Viollet-le-Duc desenvolveu uma

---

<sup>3</sup> Ibid. p.250-251.

<sup>4</sup> Tradução para o português elaborada pelo Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico de Portugal. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

<sup>5</sup> SOUZA, Luiz Antonio Lopes de. *Wiederaufbau: a Alemanha e o sentido da reconstrução*. Partes 1 a 3. 2009. In: *Arquitextos*, São Paulo, Vitruvius.

<sup>6</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP. 2000, p.153-159.

teoria que admitia que se interviesse no monumento por meio da restauração. Sobre esse conceito, Viollet-le-Duc afirmou que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”<sup>7</sup>. Já o inglês John Ruskin era defensor de um “anti-intervencionismo radical”<sup>8</sup>, defendendo que as marcas do tempo deveriam estar presentes nos edifícios, pois seriam sua essência. Ruskin se mostrou contrário à ideia de restauração, pois julgava ser impossível retornar um monumento ao que ele já teria sido originalmente.

Ainda no final do século XIX, os historiadores de arte Georg Dehio (1850-1932) e Alois Riegl (1858-1905) trouxeram importantes contribuições para a teoria do restauro na Alemanha. Riegl vivenciou a realidade do Império Austro-Húngaro, cuja capital Viena era uma cidade multicultural, o que pode ter influenciado sua formação e seus trabalhos<sup>9</sup>. Dehio, contemporâneo de Riegl, foi seu contraponto do lado germânico<sup>10</sup>. As considerações desses dois autores a respeito dos planos de se reconstruir o castelo na cidade alemã de Heidelberg formaram um importante elemento na constituição da teoria do patrimônio da Alemanha, de modo que esse debate será estudado de forma detalhada. Como será visto, o intenso debate já se faz presente na realidade alemã há muitas décadas. Essa tradição dialética contribuiu para um grande amadurecimento daquela sociedade na abordagem de temas relacionados ao patrimônio, incluindo a reconstrução de monumentos, e isso será demonstrado ao longo do trabalho.

O estudo da reconstrução tendo por base alguns exemplares da Alemanha justifica-se pelo fato de que essa intervenção constituiu – e ainda constitui – um elemento significativo na prática da preservação daquele país. Desde o exemplo da Catedral de Speyer, que a partir do século XVII passou por diferentes reconstruções<sup>11</sup>, vários monumentos alemães foram objetos dessa intervenção, sendo que muitos deles

---

<sup>7</sup> VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 29.

<sup>8</sup> CHOAY, 2000, p.154.

<sup>9</sup> RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Ed. UCG, 2006, p.29-36.

<sup>10</sup> FALSER, Michael. *Zwischen Identität und Authentizität. Zur politischen Geschichte der Denkmalpflege in Deutschland*. Dresden: Thelem Verlag, 2008.

<sup>11</sup> SOUZA, 2009.

passaram por reconstruções totais, sobretudo após as destruições provocadas pela 2ª Guerra Mundial.

Como objeto de estudo deste trabalho foram escolhidos dois significativos exemplos de reconstruções na Alemanha. Primeiramente, o já referido exemplo do Castelo de Heidelberg. Trata-se de um monumento que foi parcialmente reconstruído durante o século XIX. Pretendia-se continuar a reconstruir o complexo desse castelo, no momento em que os trabalhos começaram a ser alvo das críticas dos historiadores de arte, Georg Dehio e Alois Riegl. Esse debate, que ocorreu no contexto do final do século XIX e início do século XX, é considerado um dos mais importantes ocorridos na Alemanha<sup>12</sup>, justamente num momento em que a teoria sobre o patrimônio estava se consolidando naquele país. Em relação ao alemão Georg Dehio, será visto como sua teoria esteve imbuída de um forte caráter de nação, uma vez que o país havia se unificado poucos anos antes do debate em Heidelberg. Já o austríaco Alois Riegl, que vivenciou a realidade de uma capital multicultural (Viena), desenvolveu um sistema de valores relativos aos monumentos com bases científicas sobremaneira importante na historiografia da preservação do patrimônio. Deve-se notar nesse caso que ambos os autores se posicionaram contrariamente à continuidade da reconstrução do Castelo de Heidelberg, embora por motivos distintos, como será visto adiante.

O segundo exemplo de reconstrução alemã a ser abordado neste trabalho é o caso do “Castelo de Berlim” (*Berliner Stadtschloss*). No centro histórico da capital se localiza uma região denominada Ilha dos Museus, onde há diversos monumentos históricos berlinenses de diferentes épocas, desde os tempos da fundação da cidade. O castelo ocupou o centro da Ilha dos Museus e foi residência real de eleitores<sup>13</sup> de Brandenburgo durante o período imperial da cidade. Com a unificação do Estado Alemão (1871), o castelo entrou em decadência e ficou subutilizado, até que em 1945 foi alvo de intensos bombardeios e foi parcialmente destruído. Quando a cidade de Berlim foi subdividida no pós-guerra, a região da Ilha dos Museus remanesceu no território da República Democrática Alemã (RDA). Em 1950, foi decidido pelo governo

---

<sup>12</sup> Ver FALSER, M. *Zum 100. Todesjahr von Alois Riegl 2005*. Disponível em: <<http://www.kunsttexte.de>>, v.1, 2006. Acesso em: 10 set. 2011.

<sup>13</sup> Utilizou-se acepção antiga do termo, segundo HOUAISS “diz-se de ou príncipe ou bispo que participava da eleição do imperador, na Alemanha antiga”

socialista que o castelo seria demolido, sendo que o terreno permaneceu desocupado até a década de 1970, quando lá foi construída a nova sede do governo socialista, edifício denominado Palácio da República.

O Palácio da República foi construído entre os anos 1973 e 1976 para se tornar sede do governo socialista da RDA, vindo a ser o edifício mais simbólico daquele regime na Alemanha<sup>14</sup>. No edifício ocorreram importantes eventos do governo da RDA, além de ter sido usado intensamente pelos próprios habitantes berlinenses, uma vez que possuía bares, restaurantes, áreas de exposição e festivais, até mesmo uma pista de boliche<sup>15</sup>. O edifício adquiriu importância junto à população da parte socialista de Berlim, sendo que já podia ser considerado um monumento histórico representativo do período socialista na Alemanha<sup>16</sup>. Com a queda do regime socialista e a reunificação alemã, o Palácio da República também entrou num período de declínio, no início da década de 1990. Após um intenso debate político que envolveu diversos setores da sociedade berlinense, foi decidido em 1993 que o Palácio da República seria demolido para que, em seu lugar, o *Berliner Stadtschloss* fosse reconstruído.

A surpreendente decisão contrariou uma das principais diretrizes da atual teoria do restauro, qual seja a de se evitar reconstruções totais, como se apresentou nas Cartas Patrimoniais acima. Ainda vale mencionar que o debate sobre essa reconstrução ocorre cerca de um século após a querela em Heidelberg, sendo que naquela ocasião o consenso foi por não reconstruir o monumento. Portanto, o debate acerca da demolição do Palácio da República e reconstrução do *Berliner Stadtschloss*, bem como as motivações políticas dessa decisão, também serão objetos de estudo.

Tem-se como premissa que, a despeito de haver diversos argumentos contra a reconstrução de monumentos na teoria do restauro, a comunidade local pode encontrar em certos valores a justificativa para se proceder à reconstrução em determinados casos, fazendo valer a necessidade de reaver um monumento perdido a partir de seus

---

<sup>14</sup> HOLFELDER, Moritz. *Palast der Republik: Aufstieg und Fall eines symbolischen Gebäudes*. Berlim: Ch. Links Verlag, 2008.

<sup>15</sup> LADD, Brian. *The Ghosts of Berlin: Confronting german history in the urban landscape*. Chicago: University of Chicago Press, 1998, p. 59.

<sup>16</sup> DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. *Denkmalverlust als soziale Konstruktion*. In: BUTTLAR, A. et al. *Denkmalpflege statt Attrappenkult: Gegen die Rekonstruktion von Baudenkmalen – eine Antologie*. Berlim: Birkhäuser Verlag, 2010, p.134-146

registros históricos. Também se pressupõe que os valores que levam à decisão de se reconstruir ou não reconstruir estão relacionados a fatores que extrapolam o monumento em si. No caso de Heidelberg, o desejo de interromper a reconstrução estaria ligado a uma vontade de reafirmar a identidade nacional alemã. Já em Berlim, o que justificaria a demolição do Palácio da República poderia ser um desejo de “apagar” a memória da capital socialista. Ainda pode se mencionar que forças políticas e econômicas têm exercido um papel cada vez mais preponderante nesses casos. Como será demonstrado especificamente no caso de Berlim, é notório que houve a presença de interesses político-econômicos que influenciaram a decisão final em favor da reconstrução do *Stadtschloss*. Será feita uma análise na tentativa de se compreender a dinâmica da interferência desses fatores no debate sobre o monumento histórico.

Objetiva-se apresentar essas duas significativas discussões ocorridas na Alemanha, acerca da reconstrução. Tal debate ocorreu em muitas cidades alemãs, com enfoque em diversos monumentos, de modo que lá se verificou um contínuo aprofundamento nessas questões. Exemplo disso é a publicação de Winfried Nerdinger (2010), concomitante a uma grande exposição sobre reconstrução realizada na Pinacoteca Moderna de Munique entre julho e outubro de 2010<sup>17</sup>. Trata-se de um livro<sup>18</sup> que apresenta inúmeros exemplos de reconstruções no mundo, classificando-as por diferentes tipos de abordagens e motivações. Pretende-se apresentar o atual debate sobre reconstrução que ocorre na Alemanha, sobretudo pela grande controvérsia na reconstrução do *Berliner Stadtschloss*. Como aponta Souza (2009), o tema poderia ser objeto de estudo no campo do patrimônio brasileiro, ainda que os dois países possuam trajetórias históricas muito contrastantes. Discutir a reconstrução é desejável para investigar o fenômeno da “renovação sem precedentes na evolução urbana” das cidades brasileiras ao longo do século XX, como nos mostra o autor.

Além disso, considera-se desejável um debate mais amplo e aprofundado sobre a reconstrução em casos de desastres repentinos, que algumas vezes acometem monumentos brasileiros. Alguns exemplos recentes são: o incêndio que destruiu o Hotel Pilão<sup>19</sup> em Ouro Preto em 2003 e a enchente que destruiu parte do centro

---

<sup>17</sup> Disponível em <<http://www.sehepunkte.de/2011/02/18975.html>>. Acesso em 20 set. 2011.

<sup>18</sup> NERDINGER, Winfried. *Geschichte der Rekonstruktion – Konstruktion der Geschichte*. München: Prestel Verlag, 2010.

<sup>19</sup> FOLHA ONLINE. Incêndio destrói casarão no centro histórico de Ouro Preto (MG). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em 11 abr. 2013

histórico de São Luiz do Paraitinga<sup>20</sup>, no interior de São Paulo, no ano de 2010. Outros monumentos em cidades históricas brasileiras poderiam sofrer devastações imprevistas por diferentes causas<sup>21</sup>, como nos exemplificam as recentes interdições da Igreja São Francisco de Assis<sup>22</sup>, em Mariana e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição<sup>23</sup>, em Ouro Preto, ocorridas respectivamente em 2012 e 2013. Portanto, objetiva-se trazer uma contribuição para o caso brasileiro, de modo a propiciar o enriquecimento do debate sobre reconstrução, quando ela se fizer necessária. Nesse contexto, menciona-se que há uma semelhança em relação ao cenário vivido por cidades alemãs ao final da 2ª Guerra Mundial, ainda que em proporções muito menores. A destruição repentina e simultânea de vários monumentos daquele país trouxe grandes desafios no campo do debate sobre reconstruções, mesmo se tratando de um país que já possuía uma considerável tradição sobre o tema. Para os casos brasileiros mencionados acima, as questões que surgem a partir da perda repentina de um importante monumento se assemelhariam às enfrentadas pelos alemães em meados do século XX, e nesse sentido considera-se plausível o aprendizado advindo do estudo do debate que vem ocorrendo na Alemanha.

A metodologia deste trabalho se alinhou, basicamente, ao método de abordagem indutivo, com vistas a desenvolver uma pesquisa teórica cujo método de procedimento foi o histórico-interpretativo<sup>24</sup>. Foram analisados, sobretudo, livros, artigos e periódicos alemães, considerando o período após 2ª Guerra Mundial. Em relação ao debate em Heidelberg, serviram de referência, principalmente, textos escritos pelos autores clássicos, Riegl e Dehio. Já em relação ao período contemporâneo, foram referências os livros e os artigos de diferentes autores que abordaram a preservação de monumentos na Alemanha, sobretudo em Berlim, bem como publicações específicas sobre o debate do Palácio da República *versus Berliner Stadtschloss*. A técnica de

---

<sup>20</sup> FARIA, João Carlos de. Inundação destrói prédios históricos em São Luiz do Paraitinga. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02 jan. 2010. Disponível em <[www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)>. Acesso em: 11 abr. 2013.

<sup>21</sup> WERNECK, Gustavo. Igreja Só cinco cidades históricas de Minas têm bombeiros. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 ago. 2010. Disponível em <<http://www.em.com.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

<sup>22</sup> WERNECK, Gustavo. Igreja de São Francisco de Assis, em Mariana, é interditada mais uma vez. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 maio 2012. Disponível em <<http://www.em.com.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

<sup>23</sup> HOLANDA, Tiago de. Igreja que será reformada em Ouro Preto tem problemas de estrutura e cupins. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 fev. 2013. Disponível em <<http://www.em.com.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

<sup>24</sup> Ver MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990, p.81.

pesquisa foi fundamentalmente bibliográfica e documental, com vistas a abarcar as principais publicações recentes sobre preservação na Alemanha, especificamente sobre os casos já referidos.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira: o Capítulo 2 fará um breve panorama histórico sobre preservação de monumentos na Alemanha, mostrando alguns fatos e autores notáveis da historiografia daquele país; o Capítulo 3 trata do debate sobre o Castelo de Heidelberg, sobretudo a contribuição dos autores clássicos, Alois Riegl e Georg Dehio; o Capítulo 4 introduz o histórico do *Berliner Stadtschloss* até o período da presença do Palácio da República, percorrendo sua ascensão e declínio até o início dos debates sobre sua demolição; já o Capítulo 5 detalha o período de intensificação do debate a respeito da demolição do Palácio da República e reconstrução do *Berliner Stadtschloss*, que ocorreu desde o início da década de 1990 (com a reunificação alemã) até a primeira década dos anos 2000; por fim, no Capítulo 6 serão apresentadas as conclusões deste trabalho.

## 2. BREVE HISTÓRICO SOBRE PRESERVAÇÃO NA ALEMANHA

### 2.1. Primeiros registros oficiais da preservação do patrimônio na Alemanha

Neste capítulo será apresentado um breve histórico sobre a preservação no patrimônio na Alemanha. Optou-se por uma subdivisão simplificada dos períodos históricos, com apresentação dos fatos que mais marcaram cada um deles. Da mesma forma, será apresentada de forma sucinta a contribuição do arquiteto Karl Friedrich Schinkel, que teve papel importante na trajetória da preservação de monumentos na Alemanha. Em seguida, serão apresentados fatos relevantes da época em que o país se unificou, no final do século XIX, até o desenrolar do século XX, marcado pelas duas Guerras Mundiais e a subdivisão da Alemanha num país capitalista e outro socialista. Por fim, serão mostradas também iniciativas de certos estados alemães que, no decorrer dos séculos, gradativamente institucionalizaram a prática da preservação. No contexto europeu, algumas dessas iniciativas foram pioneiras em atribuir ao Estado o dever de salvaguardar monumentos históricos e artísticos.

Conforme nos mostra Kiesow (2000), do ponto de vista legal, a preservação do patrimônio na Alemanha teria se iniciado há cerca de duzentos anos. Na Idade Média, a preservação orientava-se por motivações religiosas, sendo que os a maioria das obras preservadas se referia à arquitetura religiosa. Alguns exemplos do século XII são: *Ludgerkapelle* em Helmsfed, Catedral de Aachen, Igreja de St. Sebald em Nurembergue e *Martinikirche* em Gröningen. As grandes perdas daquele período deveram-se principalmente a incêndios, já que os edifícios eram iluminados por candelabros e a estrutura da cobertura era toda em madeira. Além disso, pilhagens durante guerras e até mesmo incidência de raios durante tempestades ocorriam com considerável frequência. Importante se destacar a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) como um período de incontáveis perdas do patrimônio na Alemanha. Algumas cidades e vilarejos foram completamente destruídos durante as mais intensas batalhas e houve diversas pilhagens pela grande presença de mercenários no conflito.

O Barroco foi marcado por intenso interesse histórico sobre obras de arte já existentes. Um bom exemplo é a Catedral de Speyer (*Speyerer Dom*, FIG. 2.1 e 2.2), parcialmente

destruída pelos franceses e reconstruída em 1775, preservando-se todos os detalhes preexistentes. Via de regra, os edifícios eram reconstruídos utilizando-se elementos românicos ou góticos.



FIGURA 2.1: Catedral de Speyer, Alemanha  
Foto: Karl Hoffmann.



FIGURA 2.2: Catedral de Speyer, vista aérea  
Foto: Klaus Landry.

Alguns exemplares do Barroco na Alemanha são a Igreja Beneditina de Maurmünster em Elsaß (1769) e o prolongamento da Igreja Paroquial Católica em Erbach/Rheingau, datado de 1723. Houve também diversos trabalhos executados apenas nos interiores

das igrejas, que posteriormente foram denominadas “barroquizadas”. Nesses casos, havia um grande contraste entre o exterior das igrejas – cujos traços arquitetônicos se caracterizavam por serem pouco rebuscados – e o interior que se configurava por uma grande presença de detalhes. As catedrais de Freising, Würzburg e Hildesheim são bons exemplos dessas intervenções. Durante o Barroco, registrou-se também um período de muitas perdas no patrimônio alemão, principalmente entre os anos de 1780 e 1820. Naquela ocasião, quando da Revolução Francesa e subsequentes “Guerras Napoleônicas”, registraram-se várias incursões de tropas francesas em cidades alemãs, o que contribuiu para um prejuízo comparável ao da Guerra dos Trinta Anos.

## **2.2. Preservação durante o Romantismo alemão e a contribuição de Karl Friedrich Schinkel**

Conforme aponta Hubel (2006), começaram a surgir no final do século XVIII as primeiras ordens oficiais de proteção ao patrimônio. Marco importante é um decreto publicado em 10 de abril de 1780, que foi o primeiro a fazer recomendações com o objetivo de proteger monumentos, dando maior ênfase a mortuários e epitáfios. No período entre meados do século XVIII até o início do século XIX, conhecido como Romantismo, a preservação do patrimônio na Alemanha foi caracterizada por um grande interesse nos exemplares da Idade Média, vistos como representantes do fazer artístico alemão. Friedrich Weinbrenner foi destacado personagem do período, pela iniciativa em se evitar, no ano de 1807, a demolição da Igreja Convento de St. Blasien (FIG. 2.3 e 2.4).

Karl Friedrich Schinkel (1781-1841) foi um dos profissionais mais significativos do Romantismo Alemão. Como nos mostra Huse (2006), Schinkel destacou-se sobremaneira por sua excelência no âmbito profissional. Além de exímio arquiteto, foi um grande defensor de monumentos históricos alemães. Durante sua carreira, Schinkel aconselhou diversos monarcas a preservarem edificações significativas da Idade Média. Além disso, ele recomendou, em alguns casos, que se atribuísse novos usos a edificações que fossem objetos de preservação. Dessa forma, Schinkel inovou ao fundamentar suas argumentações em favor da preservação de monumentos pelo viés financeiro, defendendo que a opção pela preservação quase sempre era a mais viável. Schinkel argumentava que, para o Estado, seria desvantajoso demolir um castelo ou

um burgo, pelos altos custos que a tarefa demandaria. Portanto, seria mais oportuno preservar o monumento e dar-lhe algum novo uso, que pudesse ser rentável ao Estado. À época essa era uma prática ainda pouco explorada pelos governantes.



FIGURA 2.3: Igreja de St. Blasien, em Waldshut, Alemanha  
Igreja localizada no sudoeste do país, região da Floresta Negra (*Schwarzwald*).  
Disponível em: <<http://www.schwarzwald.com>>. Acesso em: 20 mar. 2011.



FIGURA 2.4: Igreja de St. Blasien, vista do interior  
Disponível em: <<http://www.schwarzwald.com>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

Conforme já mencionado, a partir do século XVII iniciou-se um período de grandes perdas do patrimônio na Alemanha, primeiramente pelos resultados da Guerra dos Trinta Anos e subsequentemente pelas incursões de tropas revolucionárias francesas. Para se ter um bom exemplo, somente na cidade de Colônia foram destruídas 47 igrejas. As recorrentes perdas despertaram uma forte consciência pela proteção dos monumentos locais, sendo que Schinkel foi um dos grandes representantes desta mobilização, protestando em favor de várias obras de arte, como se pode constatar num manifesto escrito na cidade de Chorin, pela preservação de uma igreja gótica:

Impossível que possa se tornar princípio em uma capital destruir excelentes edifícios públicos dessa forma; nesse caminho chegaremos a ver em breve também o arsenal e outras joias de edifícios roubadas, a reminiscência de um passado belo que concede o verdadeiro interesse pela arquitetura.<sup>25</sup>

Schinkel entendia monumentos como verdadeiros bens públicos e que, portanto, teriam sua manutenção e preservação amparados no próprio interesse público, pelo fato de expressarem a “honra do Estado”. Logo o arquiteto percebeu que seria necessário um aparato estatal para ancorar a proteção de monumentos. Em 1815 escreveu um memorando ao governo da Prússia no qual relata a necessidade, os objetivos e a estrutura de um órgão do Estado encarregado da proteção do patrimônio. No memorando ele relata acerca das recorrentes perdas de notáveis obras arquitetônicas, “as mais belas joias do país”. Era necessário naquele momento a criação de leis e regras para impedir que, num curto espaço de tempo, o patrimônio arquitetônico mais significativo desaparecesse e o povo não pudesse reconhecer sua própria história nas obras do passado.

A ideia de Schinkel para a criação de uma espécie de ministério encarregado de tomar decisões com base em estudos especializados no histórico dos monumentos foi bastante pertinente e se mostra adequada até os dias atuais. Outro conceito valioso e praticamente intemporal desenvolvido por Schinkel foi o da inventariação de bens. Segundo o arquiteto, somente quando se conhecesse o que de fato existisse poderia se tornar possível uma proteção eficaz àqueles bens. Segundo seu conceito de inventariação, qualquer obra – seja externa e internamente – ou ruína deveria ser fartamente documentada. No princípio foram priorizados monumentos a partir de

---

<sup>25</sup> “Unmöglich kann es in einer Hauptstadt Prinzip werden, ausgezeichnete öffentliche Gebäude auf diese Weise zu zerstören; wir wurden auf diesem Wege bald dahin kommen, auch das Zeughaus und alle übrigen Gebäude des Schmuckes beraubt zu sehen, der an eine schöne Vorzeit erinnert und das wahre Interesse bei der Architektur einer Stadt gewährt.“ (HUSE, 2006, p.63, tradução do autor)

meados do século XVII, período conhecido como Barroco. Naquele período ainda não se visava inventariar obras mais recentes, por se acreditar que não estariam ameaçadas, em função de serem novas. Além disso, não se atribuía a elas grande valor artístico. De qualquer forma, no discurso de Schinkel é recorrente a defesa pela preservação dos monumentos de diferentes épocas, como registros da história, como se pode exemplificar num escrito de sua autoria, datado de 1819, sobre a escadaria de uma igreja em Berlim:

Ao se tratar as cidades pelos seus lugares e formas exteriores, permanece um interesse principal: a revisão histórica de sua formação e o progresso resultante de monumentos e obras de diferentes épocas que, por intuição direta, são deixados. [...] Mesmo o defeituoso, quando tenha emergido de um gosto especial de uma época, tem seu lugar como elemento interessante, dotado de indícios e informações.<sup>26</sup>

Durante o século XIX, Schinkel fez recomendações a governantes da Prússia em prol da preservação de edifícios monumentais. Além disso, Schinkel também dissertou acerca de intervenções no patrimônio, defendendo que eventuais acréscimos em monumentos deveriam ser o mais imperceptíveis possível. Além da grande contribuição em prol da preservação do patrimônio alemão, Schinkel também se destacou pelas obras em estilo classicista e neogótico que projetou. Um dos mais significativos exemplos de sua arquitetura é o *Altes Museum*, localizado na Ilha dos Museus, no centro de Berlim e próximo à *Schlossplatz*, local do Palácio da República e onde ocorre a reconstrução do *Berliner Stadtschloss*, tema dos capítulos 4 e 5.

### 2.3. O período desde a fundação do Estado Nacional até o século XX

O ano de 1871 é marcado pela fundação do Estado Nacional Alemão (*Deutsches Reich*). Conforme aponta Kiesow (2000), houve no período um grande desenvolvimento econômico, sendo que em poucas décadas várias cidades dobraram ou até mesmo triplicaram sua população. Houve uma expansão horizontal concomitante a uma verticalização de áreas centrais e nos centros históricos, onde

---

<sup>26</sup> “Bei Betrachtung der Städte in ihren Anlagen und äußeren Formen bleibt ein großes Hauptinteresse: die historische Übersicht ihrer Entstehung und ihres Fortgangs, welche sich an den Monumenten und Bauwerken, die aus den verschiedenen Epochen übriggeblieben sind, durch unmittelbare Anschauung ergibt. [...] Selbst das Fehlerhafte, wenn es aus dem besonderen Geschmack einer Zeit hervorgegangen ist, wird in der historischen Reihe ein interessantes Glied sein und, an seinem Platze, manchen Wink und Aufschluß geben.” (HUSE, 2006, p.65, tradução do autor)

predominavam edifícios de até dois pavimentos, passaram a proliferar edifícios de até seis pavimentos.

Com a introdução do automóvel na dinâmica das cidades, intervenções realmente impactantes foram feitas em relação ao sistema viário. Fez-se necessária a abertura de largas avenidas, o que muitas vezes ocorria após a demolição de numerosos edifícios históricos. A situação tornava-se cada vez mais difícil para o patrimônio, pois o espírito da época (*Zeitgeist*) preconizava avenidas cada vez mais largas para automóveis, os grandes *boulevards*.

O estado alemão da Baviera foi um dos primeiros a lançar o decreto de Inventário de Monumentos (*Verordnung über die Inventarisierung der Baudenkmäler in Bayern*), em fevereiro de 1882. Poucos anos mais tarde, em 1885, o jornalista, escritor e historiador Prof. Dr. Wilhelm Heinrich von Riehl (1823-1897) concluiu um grandioso trabalho de inventariação patrimonial com bases científicas. Naquele estado, em 1908, o órgão responsável pela conservação do patrimônio adquiriu autonomia e tornou-se a primeira Secretaria Estadual de Preservação do Patrimônio (*Landesamt für Denkmalpflege*) na Alemanha. Suas funções, que até hoje permanecem pouco alteradas, baseavam-se em quatro princípios, a saber:

- Inventariação de monumentos de arte;
- Restituição advinda de melhorias, restauração, quaisquer outras alterações de monumentos ou modificação de seu entorno;
- Conservação de monumentos;
- Cuidados por museus não-públicos. (In: KIESOW, 2000, p.26, tradução do autor)

Pela primeira vez definiu-se claramente o papel de uma *Denkmalfachbehörde*, o órgão público responsável pela preservação do patrimônio, cujas atribuições específicas foram descritas na Lei de Patrimônio da Baviera.

Naquela época surgiu também uma notável iniciativa alemã referente à preservação do patrimônio, o Dia Alemão do Monumento (*Der deutsche Delkmaltag*). Trata-se de um fórum de discussões sobre patrimônio que se realizou inicialmente em 1900 na cidade de Dresden (FIG. 2.5). Na primeira edição do *Denkamltag* foi lançado o Manual dos Monumentos Artísticos Alemães (*Handbuch der deutschen Kunstdenkmäler*).



FIGURA 2.5: Cidade de Dresden, por volta do ano 1900

Fonte: Detroit Publishing Co.

Ainda na primeira edição do *deutsche Denkmaltag* foi elaborada a lei de patrimônio do estado de Hessen, muito bem aceita pelos especialistas em preservação e que por isso foi trazida para a segunda edição como modelo para outros estados da Alemanha. De acordo com a lei de Hessen, ficaria a cargo do Conselho de Patrimônio (*Denkmalrat*) a elaboração da lista dos bens móveis ou imóveis culturais. Com essa lei, estabeleceram-se, pela primeira vez, regras para proprietários de bens privados, o que representou um enorme avanço na legislação da época.

Em virtude da 1ª Guerra Mundial, no ano de 1914 não ocorreu, pela primeira vez desde 1900, o *Denkmaltag*, dando início a uma interrupção que perduraria por sete anos. Somente em setembro de 1920 o fórum anual seria retomado, desta vez com realização em Eisenach, sendo que naquela edição do *Denkmaltag* a preservação do patrimônio na Alemanha começaria a tomar os moldes atuais. Cada estado ficou responsável por elaborar sua própria legislação de preservação, de acordo com determinação da legislação federal. Passou a predominar a ideia de que o interesse público deveria prevalecer sobre o particular, especialmente para o caso de monumentos em posse de particulares.

Em 1918 foi instaurada a República de Weimar e elaborada uma nova Constituição na Alemanha. O art. 150 da Constituição da República de Weimar reflete bem o papel do Estado em relação à preservação naquele período, a saber: “Art.150 – Os monumentos culturais, históricos e naturais, bem como a paisagem gozam da proteção e dos cuidados do Estado”<sup>27</sup>.

Ainda na primeira metade do século XX, a eclosão da 2ª Guerra Mundial impactou severamente a Alemanha, além de diversos outros países. Em relação ao patrimônio, mais uma vez contabilizaram-se imensas perdas, sendo que muitos monumentos foram total ou parcialmente destruídos. Centros históricos de várias cidades foram devastados, a exemplo de: Colônia, Freiburg, Frankfurt am Main, Hamburgo, Hannover, Bremen, Berlim. As perdas da 2ª Guerra Mundial trouxeram uma nova condição para a conduta em relação ao patrimônio, pois até então era comum se defrontar com a perda casual de apenas um monumento em determinado lugar. No entanto, a destruição daquela guerra fez com que inúmeros monumentos se perdessem repentinamente.

O cenário de monumentos e centros históricos alemães destruídos após o fim da 2ª Guerra Mundial era vasto. Apesar disso, não houve grande esforço imediato em se reconstruir todos os monumentos. Ressalte-se, contudo, o papel de comunidades religiosas, que empenharam enorme esforço na reconstrução dos edifícios cristãos, sobretudo igrejas medievais. Isso foi tão estimulado que até mesmo a já arcaica técnica de construção de arcos e abóbadas foi reaprendida.

Kiesow (2000) ainda constata que, após a subdivisão da Alemanha em dois distintos países, a conduta em relação ao patrimônio apresentou algumas diferenças. Na República Democrática Alemã (RDA), por exemplo, a reconstrução de edifícios deveria seguir 16 princípios originalmente elaborados no governo stalinista na URSS e que estavam contidos na “Lei Sobre Reconstrução das Cidades na RDA e na Capital Alemã, Berlim” (*Gesetz über den Aufbau der Städte in der DDR und der Hauptstadt Deutschlands, Berlin*)<sup>28</sup>, de 6 de setembro de 1950. Os princípios se referiam, sobretudo a: forma da cidade, planejamento e crescimento urbano, rios que cruzavam a cidade, sistema viário, áreas residenciais, parques e até mesmo o caráter da

---

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.dhm.de/lemo/html/dokumente/verfassung/index.html>>. Acesso em: 15 de março de 2011. “Die Denkmäler der Kunst, der Geschichte, und der Natur, sowie die Landschaft genießen den Schutz und die Pflege des Staates” (tradução do autor)

<sup>28</sup> Disponível em: <[http://de.wikisource.org/wiki/Aufbaugesetz\\_\(DDR\)\\_1950](http://de.wikisource.org/wiki/Aufbaugesetz_(DDR)_1950)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

arquitetura das edificações. No que concerne ao planejamento urbano, é marcante a opção por se construir avenidas largas e grandes praças, pois tal solução se adequava melhor às demonstrações de poder promovidas pelo Estado totalitário. Exemplo da aplicação destes princípios no tecido urbano é a cidade de Dresden.

No ano de 1975 foi outorgada a nova Lei de Preservação dos Monumentos na República Democrática Alemã (*Denkmalpflegegesetz*)<sup>29</sup>, cuja principal inovação foi inaugurar os seguintes termos: “monumento com caráter da região” (*Denkmal mit Gebietscharakter*) e “área de preservação do patrimônio” (*Denkmalschutzgebiet*). Naquele momento foi evidenciado na legislação que não somente o monumento em si, que fosse de interesse para preservação, deveria ser considerado, mas também o seu entorno e o contexto em que se inserisse. Gradativamente a discussão sobre quais monumentos se deveria preservar foi extrapolando a escala do edifício e a necessidade de se analisar o entorno e a paisagem ganhou maior relevância com a nova legislação.

#### **2.4. Alguns fatos sobre a reconstrução no pós-guerra**

Conforme vimos acima, o panorama de diversas cidades alemãs logo após a 2ª Guerra Mundial era expressivo quanto ao número de edificações em ruínas. HUSE (2006) informa alguns dados pesquisados por Paul Clemen em relação à cidade de Colônia<sup>30</sup>. Segundo o referido trabalho, de 92 igrejas existentes na cidade, 66 não tinham condições de uso, sendo que 34 igrejas do período românico e gótico haviam sido destruídas. Sem quantificar os dados, ainda se menciona sobre inúmeras outras edificações dos mais diversos usos que haviam se perdido. Praticamente todos os edifícios privados construídos durante a Idade Média também foram destruídos. Calculava-se que apenas 2% do centro antigo se preservaram e que o percentual referente à cidade contemporânea atingia somente 4,5% de edifícios não destruídos. Em cidades nos arredores de Colônia estas cifras mal atingiam 10%<sup>31</sup>. Esse exemplo traz uma boa noção do cenário alemão no pós-guerra, em relação à destruição de suas

---

<sup>29</sup> Disponível em: <[http://www.dnk.de/\\_uploads/media/1053\\_Denkmalpflegegesetz-DDR.pdf](http://www.dnk.de/_uploads/media/1053_Denkmalpflegegesetz-DDR.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

<sup>30</sup> HUSE, Norbert. *Denkmalpflege. Deutsche Texte aus drei Jahrhunderten*. München: Verlag C. H. Beck oHG, 2006. p.183.

<sup>31</sup> CLEMMEN, Paul. *Gesammelte Aufsätze*. Düsseldorf, 1948. p.165.

idades, uma vez que em outras importantes cidades do país, como Berlim, Frankfurt e Munique, a destruição das edificações também atingiu percentuais impressionantes. Esta catástrofe desencadeou uma necessidade sem precedentes de se reconstruir edifícios, numerosos trabalhos a serem desenvolvidos durante anos. Da mesma forma, os debates relativos às reconstruções prosseguiram e abordaram questões além do edifício ou do monumento em si. A reconstrução deveria responder não somente a uma demanda estética ou econômica, mas trazer também solução às urgentes demandas de moradia, reordenamento urbano e do sistema viário, seja em centros urbanos ou áreas predominantemente industriais ou rurais. Segundo relatou um historiador:

Aquele tempo testemunhava uma nova demanda social, um novo espírito e novas possibilidades para o ambiente construído. Os novos lugares não deveriam dominar e se sobrepor às pessoas, mas influenciar de maneira positiva suas vidas, sobretudo os centros históricos das cidades – *die Innenstädte*. (HEMPEL, Eberhard, 1948)

Num cenário de cidades devastadas, a questão de se reconstruir tornou-se mais do que um problema circunscrito ao patrimônio, pois passou a se referir moral e politicamente à sociedade como um todo. Os esforços de reconstrução também tiveram que lidar com a demanda pragmática das cidades, que se modernizavam. A sua morfologia se alterava em função das novas necessidades do sistema viário, mais orientado aos automóveis ou outros meios de transporte cada vez mais velozes.

Edificações completamente destruídas não foram a regra geral, sendo que na minoria dos casos foi necessária a reconstrução total de monumentos. Todavia, os debates surgidos a partir de 1945 tiveram que lidar com uma problemática completamente nova e os técnicos foram subitamente confrontados com diversos problemas práticos para reconstruir edificações. Em alguns casos procedeu-se muito rapidamente à reconstrução de edifícios, podendo os novos diferir substancialmente dos anteriores, uma vez que não houve tempo hábil para se analisar toda a documentação referente aos edifícios reconstruídos. O autor Manfred Fischer (1980) analisou sobre o que denominou “fatos históricos arbitrários cuja suposta legitimidade se deu pela força de uma catástrofe”<sup>32</sup>. Tratava-se de uma aparente continuidade da história, como boa parte das reconstruções se faz parecer. Ocorre que, no caso da Alemanha, responsabilizada por provocar a 2ª Guerra Mundial, muitos acreditavam que o país

---

<sup>32</sup> FISCHER, M. W. *Brand und Wiederaufbau von S. Paolo fuori le mura in Rom 1823-1854*, in: *Deutsche Kunst und Denkmalpflege* 38. 1980. p. 18

tinha certamente o direito de proceder à continuidade de sua história e o recomeço radical (representado por inúmeras reconstruções) funcionaria como uma verdadeira catarse. Huse (2006) nos mostra que a reconstrução da *Goetheshaus* em Frankfurt (FIG. 2.7) é considerada um bom exemplo desta discussão, tendo se tornado um caso bastante significativo no pós-guerra. Contra sua reconstrução houve quem considerasse a sua destruição como uma consequência natural da culpa que a nação alemã teria criado para si no decorrer da guerra. Portanto, seria imoral se esforçar em reconstruí-la, haja vista que seria um símbolo da culpa de toda uma nação. Já os defensores de sua reconstrução viam neste trabalho uma oportunidade de renovação moral da sociedade. A reconstrução em si não objetivava apenas a nova feitura de um monumento, mas o restabelecimento de um lugar representativo para a memória local, com a qual toda a sociedade se relacionava historicamente. Apenas em raros casos a reconstrução foi abordada pelo método arqueológico, de modo a não reconstruir partes com alguns danos, tratando-as com novos materiais aparentes. O edifício da *Alte Pinakothek* em Munique (FIG. 2.6) é um bom exemplo dessa conduta, sendo o resultado uma mistura de partes restauradas e partes originais do monumento.



FIGURA 2.6: *Alte Pinakothek* em Munique

Vista frontal da Pinacoteca. Disponível em: <<http://www.pinakothek.de/alte-pinakothek>>.



FIGURA 2.7: *Goetheshaus* em Frankfurt

Residência onde nasceu Johann Wolfgang von Goethe em 1749. Disponível em: <<http://www.goetheshaus-frankfurt.de>>.

No caso do planejamento das cidades, a postura em diferentes localidades foi muito semelhante. Uma boa cidade era vista como uma nova cidade, ao passo que os antigos edifícios costumavam ser tolerados com a condição de que não representassem empecilho ao trânsito, que gradativamente vinha se intensificando. Contudo, uma notória exceção foi mostrada por Gutschow (1980), que se trata da cidade de Münster<sup>33</sup> (FIG. 2.8), localizada no noroeste alemão. O centro histórico da cidade, tradicionalmente portador de intensa atividade comercial – por isso é denominado *Prinzipalmarkt* – foi severamente danificado por bombardeios durante a 2ª Guerra Mundial. Os comerciantes locais se organizaram num esforço de restabelecer o lugar que há séculos concentrava inúmeras lojas da cidade. Inicialmente, foram feitos trabalhos de limpeza nas paredes e nos pisos queimados, de modo que o calçamento do mercado permaneceu praticamente o mesmo de antes.

---

<sup>33</sup> GUTSCHOW, Niels. *Der Wiederaufbau des Prinzipalmarktes in Münster*, in: *Deutsche Kunst und Denkmalpflege* 38. 1980. p. 41-49



FIGURA 2.8: Fachadas do *Prinzipalmarkt* de Münster, Alemanha, em 2007  
Foto: Roberto Almeida.

Com relação às fachadas, houve uma tentativa de se recuperar o caráter de mercado daquele lugar, com uma abordagem tipológica das edificações. No entanto, não foi exatamente um trabalho de reconstrução total daquelas fachadas, pela diferença em relação às originais – sobretudo pela menor quantidade de detalhes ornamentais que possuíam – ainda que remetesse às típicas fachadas do comércio de tempos passados. O que permaneceu foi basicamente a tipologia desses prédios e não foi prioridade a reconstrução total do conjunto tal qual era anteriormente, mas o aspecto geral do conjunto que ao longo do tempo lhe deu significância e valor histórico (FIG. 2.9 e 2.10). Pela análise das imagens é possível constatar inclusive que algumas das fachadas podem ter sido demolidas à época da reconstrução. Gutschov aponta ainda que não era o objetivo restabelecer o aspecto de tempos antigos, pois, segundo o autor, essa seria uma forma de a comunidade negar a si própria. As novas fachadas deveriam representar a realidade daquele tempo, da destruição deveria ser construído algo que satisfizesse a população, sem perder de vista o que aquelas fachadas foram no passado.



FIGURA 2.9: *Prinzipalmarkt* de Münster, Alemanha, em 1885-90  
Fachadas do centro histórico de Münster antes da reconstrução. Fonte: HUSE, 2006, p.189.



FIGURA 2.10: *Prinzipalmarkt* de Münster em 1960  
Centro histórico de Münster após a reconstrução. Fonte: HUSE, 2006, p.189.

O resultado desse esforço mútuo foi a construção de um notório conjunto, representando uma conquista para a imagem da cidade de Münster, e da mesma forma uma importante contribuição para a arquitetura alemã da década de 1950. O conjunto do *Prinzipalmarkt* em Münster denota bem o desafio em se lidar com a impossibilidade

de conservação do patrimônio, e até mesmo uma contradição ao se restabelecer um conjunto de bens. A atmosfera do mercado do século XIX e anteriores pode ter sido restabelecida, muito embora os traços da arquitetura barroca autêntica do período tenham se perdido. Dessa forma, o resultado atingido em Münster não deixa de portar aspectos problemáticos e contraditórios da relação daquela comunidade com seu passado, pois a tradição que fora consolidada por um conjunto outrora edificado teve sua continuidade garantida por uma superposição de elementos contemporâneos; por mais que aquele centro pareça antigo e possua valor histórico estabelecido muito antes da década de 1950, a arquitetura atual do comércio local não se relaciona diretamente com a constituição desse valor histórico.



FIGURA 2.11: Lübeck, Alemanha. Vista aérea do centro histórico em 2007

Foto: Christian Bier.

Outro exemplo é a cidade de Lübeck (FIG. 2.11), localizada no norte da Alemanha, próximo a Hamburgo. Conhecida por ter sido uma das principais cidades a fazer parte da Liga Hanseática, a cidade também se destacou pelo grande esforço de

reconstrução empreendido após o fim da 2ª Guerra Mundial<sup>34</sup>. A destruição de seu centro histórico (*Altstadt*) foi bastante severa, de modo que a reconstrução não teve como objeto apenas alguns edifícios, mas todo o complexo da área central, numa tentativa de resgatar a identidade histórica local. Destaque para as igrejas da cidade, sobretudo as cinco principais em estilo gótico (S. Jakobi, S. Marien, S. Petri, S. Aegidien e a Catedral de Lübeck). Brix (1975) esclarece que tais exemplares foram parcialmente reconstruídos e tiveram numerosas partes restauradas, com vistas a manter a reconhecida paisagem da cidade inconfundível pela presença das sete torres dessas igrejas compondo sua silhueta (*skyline*); algo que lhe valeu inclusive o nome de “*Cidade das Sete Torres*”. Os edifícios privados e os diversos prédios de uso comercial sofreram diferentes tipos de abordagem quando dos seus trabalhos de reconstrução: alguns receberam materiais que lhe deram caráter contemporâneo, ao passo que em outros houve tentativa de seguir com rigor a planta e a volumetria históricas; no caso da igreja S. Marien perdeu-se parte importante da referência histórica e arquitetônica, pois diversas residências justapostas que existiam no seu entorno imediato se perderam absolutamente<sup>35</sup>.



FIGURA 2.12: Lübeck, após destruição pelos bombardeios da 2ª Guerra Mundial

À esquerda, vista aérea do entorno da igreja S. Marien; à direita, arredores da igreja S. Aegidien.

Disponível em: <<http://www.ndr.de/geschichte/chronologie/nszeitundkrieg/bombenaufloebeck101.html>>.

Portanto, apesar do grande esforço na recuperação de lugares com significação histórica, pode-se considerar que alguns setores da cidade sejam de fato novos e com aspecto contemporâneo. Outras áreas na morfologia urbana de Lübeck remetem mais fortemente à sua historicidade, principalmente as igrejas, nas quais houve maior apuro no tratamento dos materiais e outros detalhes da arquitetura. A controvérsia sobre as

<sup>34</sup> BRIX, Michael. *Lübeck, die Altstadt als Denkmal*. Munique, 1975.

<sup>35</sup> BRIX, 1975.

reconstruções à época já foi intensa, a ponto de uma autoridade do estado responsável pelo patrimônio declarar que:

[...] achava a reconstrução de fachadas enfileiradas em estilo histórico tão absurdo quanto reconstruir uma edificação destruída completamente do modo tradicional [...] e que também um edifício totalmente moderno seria um erro. A solução correta seria o respeito absoluto das proporções. (BRIX, 1975, tradução do autor)

O trecho citado – do discurso do *Landeskonservator* do estado de Schleswig-Holstein, onde se localiza Lübeck – mostra que esta questão é de difícil abordagem, pois transparece uma crítica às reconstruções de um modo geral, seja de forma estilística ou na tentativa de se utilizar técnicas tradicionais. Ao mesmo tempo refuta uma conduta oposta, que seria a construção de novos edifícios absolutamente contrastantes com aqueles anteriormente existentes. Concluiu-se recomendando a manutenção das proporções – o que garantiria o gabarito existente – bem como as relações volumétricas entre os edifícios, talvez pela importância em se resgatar a ambiência do lugar com grande valor histórico. Ocorre que suas recomendações não explanaram objetivamente como deveria se dar esta manutenção das proporções, pois se tratando de um patrimônio parcialmente destruído necessitaria naturalmente de construção ou reconstrução de partes edificadas, justamente o que permaneceu obscuro nesse discurso.

Como pôde ser visto acima, a opção pela reconstrução de edificações com valor histórico ou artístico despertou controvérsias. Em relação a esse tema, um dos mais significativos debates da historiografia alemã referente a patrimônio ocorreu na cidade de Heidelberg. O capítulo seguinte abordará o caso do Castelo de Heidelberg e o debate que envolveu dois importantes teóricos do patrimônio, Georg Dehio e Alois Riegl.

### 3. O CASTELO DE HEIDELBERG

#### 3.1. Histórico do monumento

Neste capítulo será abordado o debate acerca da reconstrução do Castelo de Heidelberg, que se intensificou no fim do século XIX e é considerado um dos marcos mais importantes na fundação da teoria sobre preservação do patrimônio na Alemanha. Tal debate envolveu dois grandes pensadores sobre patrimônio em idioma alemão, o austríaco Alois Riegl e o alemão Georg Dehio. A cidade de Heidelberg (FIG. 3.1 e 3.2) está localizada no sudoeste da Alemanha, no estado de Baden-Württemberg. Marco natural importante da cidade é o leito do rio Neckar, que a atravessa de leste a noroeste, desaguando poucos quilômetros adiante no rio Reno. A cidade é reconhecida no país por sediar a universidade mais antiga da Alemanha, estabelecida em 1386<sup>36</sup>. O Castelo de Heidelberg, antiga residência do Conde Palatino da Renânia, se encontrava em estado de ruína no final do século XIX, sendo que várias partes da edificação estavam tomadas por vegetação. Um dos edifícios do castelo chegou a ser reconstruído, mas após várias críticas recebidas decidiu-se por abandonar a reconstrução do complexo e preservar as ruínas, como será detalhado a seguir.

Conforme aponta Nerdinger (2010), a construção do castelo teria se iniciado no século XIII<sup>37</sup>. Antes de chegar ao estado de ruína, o antigo castelo do Palatinado de Heidelberg foi residência do Conde Palatino da Renânia. No final do século XIX e durante a virada para o século XX foi tema de um importante debate acerca das questões fundamentais na preservação do patrimônio, envolvendo os historiadores de arte Alois Riegl e Georg Dehio. No seu apogeu, o castelo apresentava o “*Hortus Palatinus*” (FIG. 3.3), uma residência concluída após obras de reforma por que passou o castelo.

---

<sup>36</sup> Disponível em <<http://www.heidelberg.de>>. Acesso em: 25 out. 2012.

<sup>37</sup> NERDINGER, Winfried. *Geschichte der Rekonstruktion – Konstruktion der Geschichte*. München: Prestel Verlag, 2010. p. 329.



FIGURA 3.1: Heidelberg, Alemanha.

Mapa da Alemanha com destaque para a localização de Heidelberg. Fonte: Google



FIGURA 3.2: Centro histórico de Heidelberg.

Vista do centro histórico com a Igreja do Espírito Santo e o castelo à esquerda. Foto: Christian Bienia

Durante a Guerra dos Trinta Anos, entre os anos 1618 e 1648, toda a cidade de Heidelberg foi fortemente danificada. Décadas mais tarde, o castelo sofreu graves danos por incêndios e explosões provocados pelas tropas francesas na Guerra dos Nove Anos, também conhecida com Sucessão do Palatinado, entre os anos 1689 e

1693. Posteriormente houve uma tentativa de se recuperar o castelo e este se tornou capital de Mannheim em 1720. Contudo, Heidelberg entrou em decadência no decorrer do século XVIII. Novamente o castelo passou por um período de abandono, no qual sofreu outras devastações. No ano de 1764 um raio atingiu o castelo, sendo que naquele período ele permaneceu como ruína e foi usado parcialmente até mesmo como pedreira (Nerdinger, 2010).

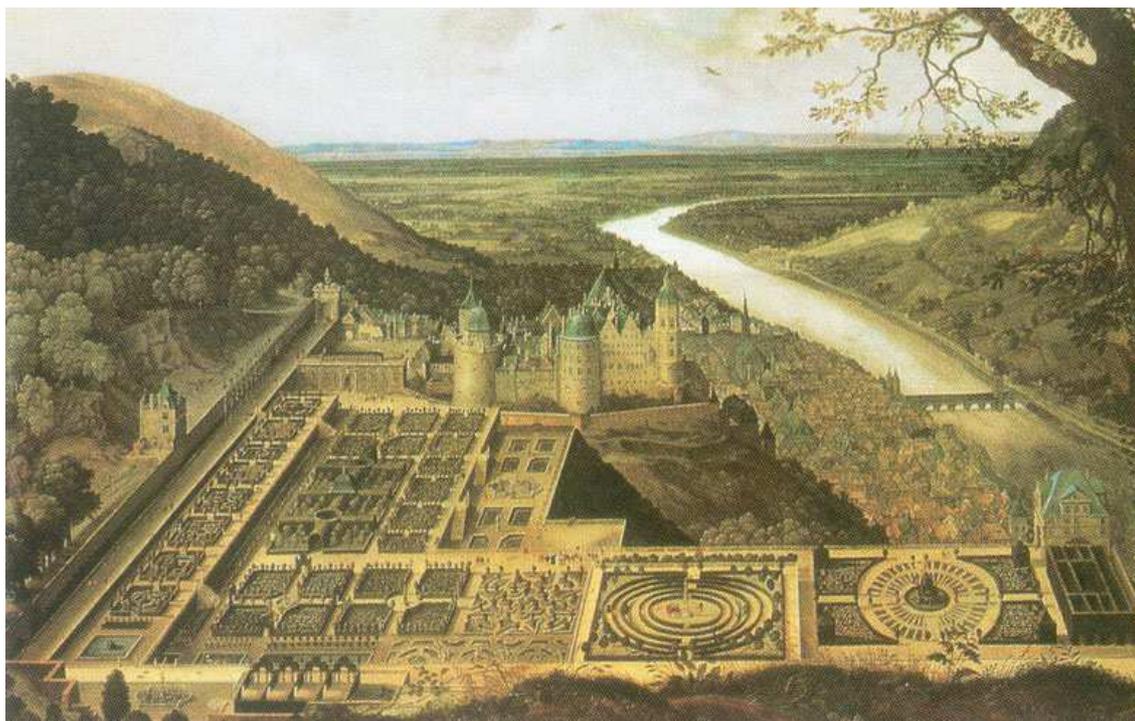


FIGURA 3.3: “*Hortus Palatinus*”, século XVII

Pintura de Jacques Fouquier do Castelo de Heidelberg datada de 1619.

Fonte: Heidelberger Geschichtsverein e.V. Disponível em <<http://www.s197410804.online.de/>>

Como nos mostra Hannmann (1995), a partir de 1806 surgiram pinturas de Johann Georg Primavesi como memórias de viagem, nas quais ele retrata o castelo. Em 1806 o pintor francês Charles de Graimberg veio a Heidelberg, desenhou as ruínas de diversos pontos de vista e publicou uma série de obras de gravura em cobre, assegurando que os danos cessariam. Devido a esse trabalho é considerado o pai da preservação do patrimônio moderno em Heidelberg<sup>38</sup>. As ruínas já estavam naquela época cobertas com vegetação, conforme descrições em desenhos da época, e adquiriram importância nesta condição. Despertou-se um maior interesse pelo castelo e este passou a ser destino de um turismo crescente. Além disso, o castelo se desenvolveu como objeto de um sentimento nacional anti-francês e símbolo de um

<sup>38</sup> GRAIMBERG, Charles de. *Notice de l'entreprise des vues de Heidelberg*. Heidelberg. 1820.

patriotismo alemão<sup>39</sup>. Em 1861 foram executadas demolições controladas para a construção de um túnel ferroviário e rachaduras apareceram, de modo que se passou a cuidar mais ativamente da preservação das ruínas. Anos mais tarde, em 1866, viria a ser fundada uma associação cujo objetivo era coletar documentação referente à história do próprio Castelo de Heidelberg.

Hannmann (1995) também aponta que nos versos do poema “Palavra aos alemães”, o alemão Wolfgang Müller de Königswinter finaliza da seguinte forma “[...] que o povo clama: o Castelo de Heidelberg não deve permanecer como ruína”<sup>40</sup>. Começou naquela época a chamada luta pelo Castelo de Heidelberg (FIG. 3.4), embora somente nos anos 1880 as vozes para a preservação das ruínas tenham se articulado. O ímpeto foi dado pela “Coleção Geral e Associação da História Alemã e Clubes de Antiguidades” em Kassel, 1882, quando o arquivista Hermann Grotefend cunhou a fórmula “conservar, não restaurar”<sup>41</sup>, que mais tarde seria incorporada por Georg Dehio. Naquela época também foi feito um detalhado trabalho para registrar os aspectos construtivos do castelo. Os arquitetos Julius Koch e Fritz Seitz conduziram o trabalho, que ocorreu entre os anos de 1883 e 1889. Em 1891 o ministério das Finanças nomeou uma comissão de especialistas, à qual pertenciam notáveis profissionais em arquitetura e preservação do patrimônio. A comissão chegou à conclusão de que uma restauração do castelo não deveria ser considerada, mas a preservação do *status quo* primordialmente. Eventuais renovações deveriam se limitar a partes danificadas ou irreparáveis.

Ao mesmo tempo os especialistas se uniram para a restauração do edifício Friedrich (*Friedrichsbau*), conduzida entre 1898 e 1903 por Carl Schäfer (1844-1908). O arquiteto neogótico, que também era pesquisador de arquitetura, foi convocado para chefiar os trabalhos no *Friedrichsbau* (FIG. 3.5) com alguns projetos. Propôs-se que seriam executadas renovações radicais e adições, sendo estas compostas por reconstruções de partes faltantes ou alterações no interior. Após sua restauração, o *Friedrichsbau* impulsionou diversas críticas e intensificou o debate sobre prós e contras da reconstrução do castelo.

---

<sup>39</sup> HANNMANN, Eckart. *Bemerkungen zur Heidelberger Schlossdiskussion*, in: Konservatorenauftrag und heutige Denkmalherausforderung. Jahrestagung der Vereinigung der Landesdenkmalpfeleger in der Bundesrepublik Deutschland. Stuttgart: Landesdenkmalamt Baden-Württemberg, 1995, p.33-47.

<sup>40</sup> Tradução do autor.

<sup>41</sup> “Konservieren, nicht Restaurieren”



FIGURA 3.4: Castelo de Heidelberg  
Vista geral a partir do noroeste. Foto: Reinhard Wolf.



FIGURA 3.5: *Friedrichsbau* após reconstrução, Castelo de Heidelberg  
Vista frontal. Foto: S. Gawain.

Em 1900, Schäfer também foi incumbido de elaborar o plano de reconstrução de outro edifício integrante do castelo, o *Ottoheinrichsbau* (FIG. 3.6), além de um suntuoso ambiente denominado Salão de Vidro. Inicialmente, o arquiteto projetou para o *Ottoheinrichsbau* uma solução de duplo frontão. Muitos especialistas, inclusive

professores da universidade de Heidelberg, protestaram publicamente contra a solução<sup>42</sup>. Ocorre que em 1902 foi descoberto o Caderno de Esboços de Wetzlar, obra que reunia mais de 1600 desenhos datados do frontão do *Ottoheinrichsbau*. Tal descoberta forçou Schäfer a fazer alterações em seu projeto, de modo a aproximá-lo mais do estilo original do edifício. Das numerosas objeções, provavelmente o artigo de Dehio de 1901 “*O que será do Castelo de Heidelberg?*”<sup>43</sup> é a opinião mais forte contra o agravamento da situação do castelo, como Dehio denominava o plano. O debate passou a ser uma grande lição sobre preservação do patrimônio, sendo que em 1902 foi realizada uma conferência sobre o *Ottoheinrichsbau*.

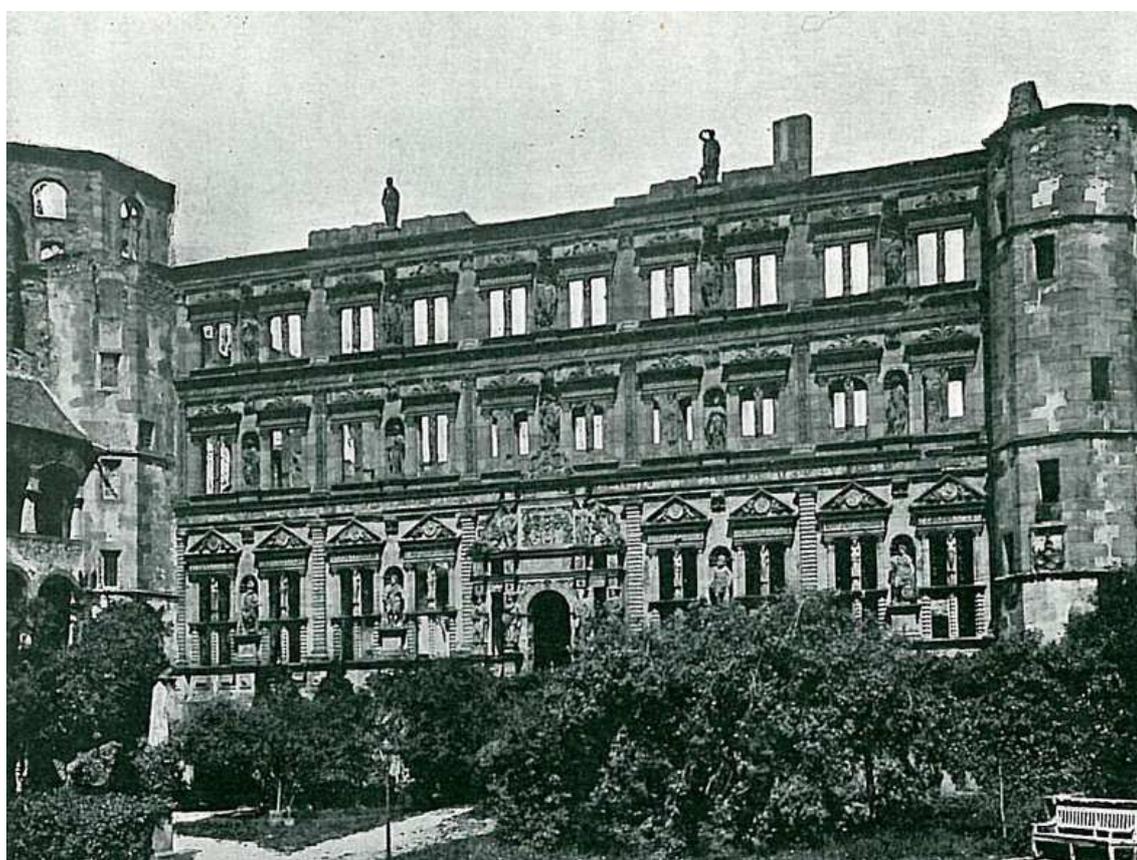


FIGURA 3.6: *Ottoheinrichsbau*, Castelo de Heidelberg

Vista de cerca de 1900. Fonte: PFAFF, Karl. *Heidelberg und Umgebung*. Heidelberg: J. Hörning, 1902.

Concluiu-se que seria necessário construir uma cobertura para o edifício, sendo que três diferentes soluções para o telhado foram testadas posteriormente. Os resultados da conferência repercutiram no governo local e, no ano seguinte, passou-se a considerar a proposta de criação de um modelo de preservação. O debate acerca do

---

<sup>42</sup> Dentre as críticas está o consagrado texto de Georg Dehio: “*Was wird aus dem Heidelberger Schloss werden?*”, que será objeto de estudo ainda neste capítulo.

<sup>43</sup> Tradução do autor.

castelo se inflamou novamente em Bamberg, quando do "Dia para Preservação do Patrimônio" (*Tag für Denkmalpflege*), em que se proporcionou novamente um fórum para discussões. Mas os defensores da reconstrução já pareciam ter menos influência e Dehio afirmou em sua participação<sup>44</sup> que “nenhum passo seria dado, sem que pudesse ser retrocedido”<sup>45</sup>. Sua afirmação final foi:

deveria agora se conter com aquelas medidas de proteção e precauções, que certamente uma continuação do edifício sem sérios danos num tempo previsível, digamos cinquenta, digamos que se garanta cem anos – e então iniciariamos novamente um debate sobre Heidelberg. (DEHIO, 1905)

O parlamento estadual de Baden finalmente adiou em 1910 os planos para reconstrução por um período indefinido. Em 1912 o governo aceitou também que as ruínas devessem permanecer como estavam. Assim terminou aquele momento determinante para o debate sobre preservação do patrimônio com uma definição de princípios, que permaneceram válidos por algumas décadas. Vale frisar que, mesmo sendo tema de um debate que envolveu o governo, a sociedade e especialistas em História da Arte, o castelo ainda era apenas um monumento. Uma necessidade tão premente de se discutir a reconstrução de monumentos só voltaria a mobilizar diferentes atores após as imprevisíveis destruições da 2ª Guerra Mundial, pois naquele momento a perda não se restringiria a um ou outro exemplar, mas diversos monumentos num mesmo lugar.

Ainda sobre o contexto do debate que envolvia o Castelo de Heidelberg no final do século XIX, vale destacar um trabalho elaborado em 1882 durante uma assembleia que a Associação dos Arquitetos Alemães e a Organização dos Engenheiros, com vistas a fazer recomendações sobre a conservação e parcial reconstrução do castelo<sup>46</sup>.

Na parte inicial do texto foi feita uma considerável exaltação à qualidade arquitetônica do monumento em Heidelberg, exemplar que seria testemunho do poder alcançado pelos antigos povos germânicos. Além disso, registrou-se no texto que o castelo apresentava muitos traços da mais apurada técnica construtiva existente na época de sua construção. Portanto, salvaguardar o monumento foi visto como a forma adequada de se reconhecer este valor histórico associado ao castelo. Também se fez menção a

---

<sup>44</sup> 6. *Tag für Denkmalpflege Bamberg. 22. und 23. September 1905, Stenografischer Bericht*, S. 178f.

<sup>45</sup> Tradução do autor.

<sup>46</sup> Resolution der V. Generalversammlung des Verbandes deutscher Architekten- und Ingenieurvereine vom 23. August 1882. Zur Erhaltung und Wiederherstellung des Heidelberger Schlosses, in: *Deutsche Bauzeitung* 16, 1882, p.399.

algumas transformações por que passou o monumento no decorrer dos séculos e que sua presença mereceria ser valorizada, tendo em vista que eram marcas do tempo transcorrido, necessárias à compreensão da história do castelo.<sup>47</sup>

Segundo revelou a Comissão, já havia naquela época diversos castelos medievais em desuso, estando condenados a uma devastação gradativa. Contudo, foram mencionados dois notáveis exemplos de reconstruções bem sucedidas, a saber: o Palácio Imperial em Goslar e o Castelo do Grande Mestre (*Hochmeister*) de Marienburg.

O Castelo de Heidelberg, construído para servir de residência do Príncipe-eleitor do Palatinado de Heidelberg (*Residenzschloss der pfälzischen Kurfürsten zu Heidelberg*) foi considerado pela Comissão uma das melhores criações da arquitetura renascentista alemã. Embora a edificação se apresentasse em estado de gradativa deterioração, havia uma beleza cênica naquele lugar, formada pela ruína do castelo e toda a paisagem natural de seu entorno.

A Comissão concluiu que os trabalhos de reconstrução – à época planejados para serem executados no *Friedrichsbau* e no *Ottoheinrichsbau* – seriam uma tentativa de recuperar-lhes o valor artístico. Entretanto, as reconstruções se mostravam necessárias apenas naqueles edifícios, como forma de dar-lhes novamente um uso e possibilitar que o restante do complexo pudesse ser preservado no estado de ruína. Foi considerado bastante desejável o esforço empregado no castelo do Heidelberg, pois propiciaria uma nova atribuição de valor àquele monumento. Ressalte-se que a Alemanha havia se unificado poucos anos antes da realização dessa assembleia e o relatório elaborado possui uma ênfase no nacionalismo. Declarava-se que era necessário à jovem nação se afirmar como potência e superar o período marcado pelos principados descentralizados.

O trabalho da Comissão formada por arquitetos e engenheiros apresentado acima demonstra como o Castelo de Heidelberg adquiria reconhecimento crescente como notável monumento histórico no país alemão. Naquele contexto também era crescente o sentimento nacionalista, sendo que a dimensão histórica e estética do monumento foram enaltecidos, sendo tomadas como símbolos das grandes realizações do passado. O reconhecimento dos valores presentes no Castelo de Heidelberg também

---

<sup>47</sup> Ibid.

serviria de estímulo ao povo em se reconhecer como nação, algo urgente naquele momento, de modo que as análises feitas acerca do monumento estariam muito relacionadas com a identidade nacional, como será exposto adiante neste capítulo. A seguir será apresentada a contribuição de Georg Dehio para o debate em Heidelberg.

### 3.2. Georg Dehio e a crítica aos trabalhos propostos para o *Ottoheinrichsbau*

O historiador de arte alemão Georg Dehio foi um dos protagonistas do importante debate que se desenvolveu no final do século XIX até os primeiros anos do século XX, cujo tema era justamente todo o complexo do Castelo de Heidelberg, os trabalhos de reconstrução que já estavam sendo executados, bem como as proposições para novas intervenções no *Ottoheinrichsbau*, conforme explanação acima. Huse (2006) destaca que Dehio foi dos mais significativos teóricos sobre patrimônio na Alemanha, atuando intensamente na academia, tendo lecionado na Universidade de Königsberg desde os anos 1880 e, alguns anos mais tarde, sendo convocado a integrar o Instituto de História da Arte de Estrasburgo. Em sua carreira acadêmica publicou diversas obras que muito contribuíram para o desenvolvimento da teoria do patrimônio, sendo que dentre as mais destacadas está o Manual das Obras de Arte Alemãs<sup>48</sup> (*Handbuch der Deutschen Kunstdenkmäler*), um monumental trabalho em 12 volumes lançado em 1905<sup>49</sup>. Poucos anos antes dessa publicação, Dehio publicou um texto<sup>50</sup> com vistas a criticar os trabalhos de preservação e reconstrução do Castelo de Heidelberg. À época havia alterações construtivas planejadas para o monumento, o que, em princípio, causava entusiasmo na comunidade local, dada a importância do castelo. Contudo, o autor demonstrou preocupação com a possibilidade da ocorrência do que denominara *vandalisme restaurateur*, termo criado pelos franceses para caracterizar uma conduta intervencionista que alterasse um monumento de maneira excessiva ou o desfigurasse. Nas palavras do autor, “lutava-se, entretanto, com sangue fervoroso e buscava-se com calma esclarecer do que se tratava”<sup>51</sup>. Desde o início estava claro que as ruínas do

---

<sup>48</sup> Tradução do autor.

<sup>49</sup> Disponível em <<http://www.dehio.org>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

<sup>50</sup> DEHIO, Georg. *Was wird aus dem Heidelberger Schloss werden?*. Straßburg, 1901. In: *Kunsthistorische Aufsätze*, München/Berlin 1914. p.247-259.

<sup>51</sup> DEHIO, G. 1901. (Tradução do autor).

Castelo de Heidelberg, caso fossem deixadas por si mesmas, não poderiam permanecer indefinidamente no tempo. De qualquer forma, embora lentamente, estavam todos os elementos a caminho de seu desaparecimento. Com efeito, todo edifício, desde o momento de sua conclusão está sujeito a este mesmo destino e o governo de Heidelberg, naquele momento, já se mobilizava em torno de um questionamento “O que haveria de ocorrer para proteger o Castelo de Heidelberg da deterioração contínua e, especialmente, conservar pelo maior tempo possível suas partes detentoras de valor artístico?” (DEHIO, 1901).

Dehio relatou que houve uma pesquisa técnica para determinar o estado do castelo em 1883. A partir dos avanços desse trabalho, duas comissões foram formadas em 1891 e 1901. Mencionou-se que em Nurembergue, Munique, Stuttgart e outras localidades, as soluções geralmente rejeitavam por unanimidade a ideia de recuperar partes indisponíveis, optando-se pela manutenção do *status quo*, decisão comumente recebida com aprovação pelos especialistas envolvidos nos casos. O autor destacou que no trabalho de 1882 a Associação dos Arquitetos Alemães e a Organização dos Engenheiros citaram o Castelo de Heidelberg como um caso típico de excesso de intervenções, as quais não deveriam ser mais permitidas.

O que motivaria a constituição de uma nova comissão naquele momento? Segundo Dehio, esta decisão não estaria ligada a novas descobertas posteriores às análises de 1891, mas à vontade particular do arquiteto Carl Schäfer, que assumiu a restauração do *Friedrichsbau*, único edifício que não mais estava em estado de ruína como todo o restante do conjunto. A comissão formada pelo arquiteto havia admitido a tentativa de embelezar o antigo edifício, uma medida que excederia seu campo de atuação. Constatou-se que um órgão do estado de alta hierarquia – o *Oberbaubehörde* – fora excluído de qualquer participação e crítica, sendo que esse deveria ser seu papel no caso do castelo. Enquanto o poder público se omitia, o responsável pelos trabalhos, cujo talento artístico já era reconhecido, aumentava o ritmo de suas intervenções. Era planejado intervir-se no *Ottoheinrichsbau* – cuja ruína diferia muito do *Friedrichsbau* – restaurando-o a um aspecto que Schäfer acreditava ter sido autêntico. Naquele momento, o *Friedrichsbau* já havia sido totalmente reconstruído pela equipe de Schäfer. Seu intento de fazer um levantamento foi a razão para convocar uma segunda comissão, sendo que dentre seus membros havia poucos que efetivamente trabalharam na primeira comissão, a de 1891. Esse fato, segundo Dehio, resultou

numa controvérsia, pois um grupo formado por arquitetos, membros da igreja, historiadores de arte e outros especialistas havia se posicionado contrariamente à reconstrução, a exemplo do que ocorreu em 1891; por outro lado, um grupo formado apenas por arquitetos se posicionou em favor do arquiteto responsável pelo plano de intervenção.

Vale notar que nesse trabalho Georg Dehio defende que um monumento da natureza e da importância do Castelo de Heidelberg deveria expressar o ideal de todo o povo da nação alemã. Desse modo, não se poderia admitir uma decisão que estava em conflito com a opinião pública. A população teria o dever de julgar as medidas propostas para o monumento, e todos com condições de fazê-lo, “pois não se tratava de uma ciência secreta, mas de aspectos que de um modo geral são facilmente compreendidos” (DEHIO, 1901).

O autor se declarava, todavia, como representante de apenas um pequeno círculo de opinião. Certos arquitetos demandavam ser considerados como os únicos especialistas, diferenciando-se dos historiadores de arte. Dehio questionou sobre qual seria o verdadeiro papel do arquiteto e sua relação com monumentos e com o passado, afirmando que o arquiteto seria, em parte, engenheiro, dedicado à física e matemática; por outro lado, um artista imbuído da imaginação criativa. No entanto, para as obras de arte do passado, o arquiteto poderia ser apenas um pesquisador e não ser tratado como criador. A partir do momento que o arquiteto interviesse no monumento, seu trabalho e aquilo que declarava seriam medidos pelos estudiosos de arte. Praticamente não haveria contraste entre as duas atuações, pois verificava-se diferença apenas no momento em que o trabalho de um arquiteto era demandado, podendo ser anterior ao monumento, para concebê-lo, ou posteriormente, para complementá-lo ou restaurá-lo. Nesse âmbito seria dificultoso distinguir a atuação do arquiteto entre científica ou artística.

Para Dehio, o que os arquitetos viam como artístico, na sua vontade de afirmar uma certeza histórica, poderia representar uma confusão psicológica, facilmente compreensível mas que, para o monumento, representaria um grande perigo.<sup>52</sup> A origem dessa conduta poderia estar no espírito do século XIX, quando havia um relacionamento respeitoso com as obras do passado. Acreditava-se que trazer os

---

<sup>52</sup> DEHIO, G. 1901.

monumentos de volta à forma original era a melhor maneira de provar o quão valiosos estes monumentos eram. Dessa maneira, a historicidade não poderia ser resguardada, pois a tentativa de corrigir o curso da história de forma retrospectiva era feita sem uma rígida definição de critérios. Após longas pesquisas e erros cometidos no passado, concluiu-se que a conduta não deveria ser apenas a de restaurar e restaurar sempre. Restaurava-se quando a conservação material se mostrava impossível e se recuperaria partes do monumento apenas sob condições muito específicas e limitadas. O profissional submetido a esse tipo de intervenção deveria saber que não se tratava de um trabalho livre. Conhecimentos técnicos e arqueológicos, não apenas a capacidade artística, deveriam ser levados em consideração. Segundo o autor, haveria sempre profissionais com essa noção de controle sobre sua atuação. Contudo, também haveria outros tipos de especialistas, intervindo de modo inadequado em estátuas, pinturas e outras obras de importância histórica, numa conduta condenável. Dehio ainda cita como exemplo a *Vênus de Milo* e a *Última Ceia* de Leonardo da Vinci:

...seria uma barbárie inconcebível tentar reconstituir tais obras com materiais frescos e atuais. [...] Qual seria então o motivo de se gastar tanto tempo, trabalho e recursos na criação de uma edificação da época num lugar representativo do passado? Isto protegeria este passado? Não seria simplesmente o desejo de torná-lo apenas mais aprazível? (DEHIO, 1901, tradução do autor)

Talvez fosse somente a tentativa de reverenciá-lo. Ocorre que tal reverência poderia também trazer perdas consigo. Substituir as perdas do tempo pela vontade incontrolável de reconstituição seria o contrário da reverência histórica.

Dehio afirmava que naquele lugar encontrava-se a honra do país, e que os tesouros do passado deveriam ser o máximo possível repassados para as gerações futuras, sem que fossem gravados com as marcas de outras épocas sucessivamente, incorrendo as futuras gerações em erros de interpretação. Ressaltou-se que deveria haver mais consciência em relação aos aspectos arqueológicos. Infelizmente, aos olhos do autor, executar os trabalhos de reconstrução da forma que se conduzia em Heidelberg era uma barbárie. Dentre as alterações condenadas pela crítica ao projeto de reconstrução de Schäfer, estaria a nova altura do edifício *Ottoheinrichsbau*, muito superior à original e que descaracterizava completamente a fachada, pelas novas proporções presentes.

O autor prosseguiu com suas críticas em relação à nova fachada que seria construída: “seria a solução para a frágil já existente construir uma nova muito maior e mais

pesada?”<sup>53</sup> Questionou-se também sobre a possível integração estética do telhado ao conjunto existente e a possibilidade da reconstrução do *Ottoheinrichsbau* representar um dilema estético sem solução. Uma vez que a reconstrução do *Friedrichsbau* havia sido concluída e considerada por alguns como satisfatória, no caso do *Ottoheinrichsbau* a substituição de ruínas por novos materiais poderia ser mais intensa, a ponto de refazer toda a edificação. Em outras palavras, o *Ottoheinrichsbau* desapareceria e daria lugar a um outro edifício, em parte novo e em parte cópia do monumento.

Dehio também citou trechos do trabalho elaborado em 1883, no qual a Comissão avaliou positivamente partes da edificação, considerando que as bases seriam estáveis e que boa parte das fachadas e das partes mais altas também estariam razoavelmente conservadas, com ressalvas apenas para pequenas deformações geométricas. O autor também apontou que naquele grupo envolvido com o projeto não havia nenhum profissional que tivesse trabalhado na comissão de 1883. As grandes fachadas do *Ottoheinrichsbau* não seriam adequadamente protegidas contra as intempéries com a construção do novo telhado, e além disso todo o volume da edificação seria consideravelmente ampliado com esta introdução, que por si só já aumentaria vultosamente os custos de manutenção das fachadas. Alguns engenheiros da época atestaram que a preservação das ruínas seria possível, sem que, durante séculos, fossem constatadas alterações muito evidentes no seu aspecto.

Também foi destacado por Dehio a necessidade de se analisar os trabalhos de restauração já executados no castelo, dividindo-os em dois grupos, a saber: aqueles empreendidos antes e depois das desastrosas perdas e incêndios durante a Guerra dos Trinta Anos. Significativas mudanças na forma da cobertura foram feitas em virtude desses danos, segundo registrou o autor. Embora o projeto de Schäfer tivesse sido feito com base em antigos desenhos encontrados, eles eram de pequena escala e pareciam fazer apenas alusões aos registros históricos. No entanto, a maior preocupação relatada na crítica é o fato de que as mais antigas representações do edifício eram do fim do século XVI, ao passo que o *Ottoheinrichsbau* fora construído entre 1556 e 1563. Dehio avaliava que poderia ter havido alterações estilísticas nas principais fachadas do edifício. Além disso, demonstrava insatisfação com a grande

---

<sup>53</sup> Ibid. (tradução do autor)

influência da arquitetura italiana nos traços do projeto de Schäfer. Esse era um indício do espírito nacionalista de que se imbuía naquele momento histórico em que avaliava as intenções de restauração no monumento alemão. Do ponto de vista arqueológico, não poderia ser considerada válida a promessa de resgatar o *Ottoheinrichsbau* ao seu estado original, pois afinal não se poderia afirmar com certeza como ele teria sido à época de sua construção, nem mesmo o arquiteto Carl Schäfer, e somente se conseguiria uma solução que provavelmente se aproximaria da imagem original do monumento.

Até então a crítica de Dehio se limitava apenas ao *Ottoheinrichsbau* em si. Ocorre que, caso os trabalhos de Schäfer se estendessem para todo o complexo de ruínas do Castelo de Heidelberg, o resultado poderia ser uma dissonância entre ruínas e acréscimos. Um paralelo que se fez foi imaginar a reconstrução de apenas um templo grego no contexto da acrópole grega. Nesse ponto identifica-se uma importante ideia já introduzida pelo historiador de arte alemão, ao considerar no seu texto os aspectos do entorno do bem cultural, noção que veio a ganhar grande destaque no porvir da teoria do patrimônio, ao longo do século XX, sobretudo nas sucessivas publicações das Cartas Patrimoniais. No decorrer do texto o valor do Castelo de Heidelberg foi atribuído justamente ao conjunto, não somente em cada detalhe da ruína especificamente, mas na inter-relação desses com a paisagem e os elementos naturais em associação com os elementos arquitetônicos. Nas palavras do autor, a reconstrução seria uma relação de perdas e ganhos, mas desfavorável ao monumento, na qual

perder-se-ia o real em prol da imitação; perder-se-ia o acontecimento histórico e ganhar-se-ia o arbitrário atemporal; perder-se-ia a ruína, grisalha, vivaz e expressiva para ganhar uma coisa, que nem antiga nem nova é, uma abstração acadêmica morta.<sup>54</sup> (DEHIO, 1901, p.11, tradução do autor)

Dehio finalizou sua crítica enfatizando que essa seria a escolha a fazer, denotando um afã devido à ameaça a rondar o Castelo de Heidelberg. Em tom de predição afirmou que a *“Ameaça de Heidelberg”* estaria presente em todos os lugares.

Como vimos, as críticas de Georg Dehio reprovaram enfaticamente a reconstrução que estava em curso no Castelo de Heidelberg no final do século XIX. Da mesma forma, o

---

<sup>54</sup> *Verlust und Gewinn im Falle fortgesetzter Verschaffung des Schlosses lassen sich deutlich übersehen. Verlieren würden wir das Echte und gewinnen die Imitation; verlieren das historisch Gewordene und gewinnen das zeitlos Willkürliche; verlieren die Ruine, die altersgraue und doch so lebendig zu uns sprechende, und gewinnen ein Ding, das weder alt noch neu ist, eine tote akademische Abstraktion.*

outro texto analisado, elaborado pela Associação dos Arquitetos Alemães, juntamente com a Organização dos Engenheiros, recomendou que se interrompessem as intervenções no complexo e fosse priorizada a conservação das ruínas existentes. Essa postura nos permite inferir que o monumento, a despeito de ter sido abandonado durante décadas e ter sofrido sérios danos ao longo de sua existência, já possuía naquela época um grande valor histórico<sup>55</sup> para a comunidade local. De fato, a análise dos trabalhos de Alois Riegl – a ser apresentada na seção seguinte – referentes ao Castelo de Heidelberg também nos mostrará que aquele bem dispensava a reconstrução de todas suas partes. O que se depreende do texto de Georg Dehio é que a Alemanha daquela época estaria em meio a um efervescente momento político. Isso é compreensível pelo fato de ser um Estado recém-formado, que naturalmente tinha necessidade de assumir uma identidade. Como veremos na análise de Michael Falser, na seção 3.4, a questão da identidade nacional foi crucial para embasar o argumento de Dehio, de modo que ele se referiu ao povo a à nação repetidas vezes em seu texto. Veremos que, mesmo se posicionando contrariamente à reconstrução do castelo, a exemplo do que fez Georg Dehio, o historiador de arte austríaco Alois Riegl reconheceu a identidade nacional de uma forma muito diferente.

Além disso, destacamos que Dehio já adiantou conceitos que só ganhariam maior relevância algumas décadas mais tarde, como a avaliação do entorno da obra arquitetônica. Em Heidelberg, a paisagem que o meio natural configura em torno do castelo é significativa e foi valorizada. Outro aspecto notável é que o próprio abandono da edificação por décadas proporcionou o surgimento de plantas em algumas partes da edificação, sendo que essa espécie de “simbiose” despertou um diferente olhar sobre o monumento. Por outro lado, nos comentários feitos pelos arquitetos e engenheiros em associação, outro conceito relevante apresentado é o de viabilidade econômica do monumento. No momento em que reconheceram na reconstrução do *Friedrichsbau* a boa intenção de dar um uso àquela edificação, já adiantaram algo que também ganhou importância crescente no decorrer do século XX, a questão do uso. Decerto algum uso que se desse ao monumento poderia ser um instrumento capaz de motivar mais pessoas a conhecê-lo e, conseqüentemente, evitar que novamente caísse no abandono.

---

<sup>55</sup> Os diferentes valores atribuídos ao monumento estão detalhados na seção 3.3.

Por fim, constata-se pelos argumentos até aqui apresentados que a posição predominante em relação ao Castelo de Heidelberg estaria alinhada às diretrizes das principais Cartas Patrimoniais publicadas no século XX – conforme apresentadas na Introdução desta dissertação – pelo fato de se posicionarem em favor da preservação do bem existente, refutando-se o princípio de executar a reconstrução total de edifícios constituintes do conjunto, pela descaracterização histórica e estilística que tal procedimento poderia provocar.

### 3.3. Alois Riegl e “O Culto Moderno dos Monumentos”<sup>56</sup>

O historiador de arte austríaco Alois Riegl foi um pensador com importância singular no decurso do desenvolvimento da teoria sobre patrimônio. Em 1903, escreveu “*O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese*” (*Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*<sup>57</sup>), obra que tinha como objetivo fundamentar a elaboração de uma legislação específica para salvaguardar monumentos e nortear a política de preservação do patrimônio no Império Austro-Húngaro. Ressalte-se que, à época, Riegl dirigia o principal órgão estatal de proteção e pesquisa do patrimônio, a Comissão Central para Pesquisa e Preservação da Arte e dos Monumentos Históricos (*Zentralkommission für die Erforschung und Erhaltung der Kunst- und historischen Denkmale*); órgão que se assemelharia a um ministério e no qual o historiador de arte trabalhou até 1905, ano de sua morte.<sup>58</sup> O referido texto integrou um esforço de Alois Riegl em estabelecer um novo paradigma legal para fundamentar a política de preservação austríaca. Além disso, “*O Culto Moderno dos Monumentos*” trouxe definições que esclareceram conceitos acerca dos monumentos. Riegl introduziu sua teoria patrimonial com esse texto, sendo que ele integra a obra que o historiador de arte preparou para fundamentar sua proposta ao poder legislativo austríaco daquela época. Além de “*O Culto Moderno dos Monumentos*”, Riegl elaborou a própria proposta de lei para preservação do patrimônio. Os conceitos desenvolvidos por ele adquiriram

---

<sup>56</sup> RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

<sup>57</sup> Originalmente publicada em 1903, a obra de Riegl intitulada “*Der moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*” será abordada neste trabalho tendo por base as traduções dos termos abordados pelo autor conforme a versão da Ed. UCG, 2006.

<sup>58</sup> Disponível em <<http://www.denkmaldebatten.de/protagonisten/aloes-riegl/aloes-riegl-wirken/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

grande importância e um caráter intemporal, a ponto de influenciar a teoria patrimonial no âmbito internacional e nas décadas subsequentes. Sua teoria se mostra válida até os dias atuais, mais de um século após ter sido publicada.<sup>59</sup>

“*O Culto Moderno dos Monumentos*” está organizado em três capítulos, sendo o primeiro dedicado à apresentação dos valores atribuídos aos monumentos, bem como sua evolução histórica; o segundo capítulo trata dos valores de rememoração e sua relação com o culto dos monumentos; o último aborda os valores de contemporaneidade e sua relação com o culto dos monumentos. Esta organização já denota uma preocupação em desenvolver uma reflexão que se fundamenta primordialmente no valor atribuído ao monumento, não somente no monumento em si, tratado como uma completude, mas um evento histórico cuja significação para uma dada sociedade seria passível de se metamorfosear no decurso do tempo.

No primeiro capítulo, o autor mostra que são vários tipos de valores atribuídos aos monumentos. Inicialmente, define-se o que é “*monumento*”, diferenciando os “*monumentos intencionais*” daqueles “*não intencionais*”. Para Riegl, na forma mais antiga e verdadeiramente original do termo, monumento “é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino” (RIEGL, 1903). Dessa forma, o monumento, em seu sentido original, relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo. A criação de monumentos intencionais estaria relacionada com as épocas mais antigas da cultura humana. Riegl afirmava que, embora não se tivesse cessado de produzir monumentos, a sociedade daquela época não se referia aos “*monumentos intencionais*” ao utilizar o termo “*monumento*”, mas majoritariamente aos monumentos artísticos e históricos, que seriam os “*monumentos não intencionais*”. Esses não seriam destinados originalmente à categoria de monumento, mas tal significação lhes era atribuída *a posteriori* pelo homem moderno. Em relação a essa conceituação inicial, Choay (2000) também nos traz importantes definições acerca do “*monumento*”<sup>60</sup>, partindo da acepção etimológica do termo, que se relaciona com a memória:

---

<sup>59</sup> Disponível em <<http://www.denkmaldebatten.de/protagonisten/aloes-riegl/aloes-riegl-denkmalwerte/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

<sup>60</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP. 2000. p.17-29.

O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. (CHOAY, 2000, p.17-18)

A autora prossegue mostrando a função que o monumento possui na sociedade, bem como a evolução do conceito no decorrer do tempo. Ao se referir aos termos “intencionais” (*gewollte*) e “não intencionais” (*ungewollte*) introduzidos por Riegl, Choay nos trouxe a noção de “monumento histórico”, que estaria relacionado àquele bem não concebido como monumento *a priori*, mas que se elevaria à categoria de monumento a partir de uma valoração que recebesse em virtude de algum fato marcante.

Já o monumento histórico seria, para Riegl, uma criação da sociedade moderna, um evento histórico localizado no tempo e no espaço. A partir do século XV, na Itália, após um período em que se conheciam somente os monumentos intencionais, as obras da Antiguidade começaram a ser valoradas por aspectos históricos e artísticas, não mais apenas por serem símbolos ou memoriais das grandezas de Grécia e Roma. A partir dessa mudança de atitude se verificou o surgimento de um novo valor de rememoração, não mais aquele ligado à memória coletiva, mas o “valor histórico-artístico”.

Riegl nos mostra que não existiria um “valor artístico absoluto”, mas apenas um “valor relativo”. Isto ocorreu desde o início do século XX, quando a crença na inexistência de um cânone artístico ou de um ideal artístico objetivo e absoluto gradativamente se impôs à antiga tese de que tal cânone existia. Em decorrência, não se poderia falar em monumentos artísticos, mas históricos, pois possuiriam valor para a história da arte.

Em conseqüência, a definição do conceito de valor de arte deverá variar segundo o ponto de vista que cada um adote. Segundo a concepção antiga, uma obra de arte possuía um valor artístico na medida em que ela respondesse às exigências de uma estética supostamente objetiva, mas não sucedeu nesses dias dar lugar a alguma formulação incontestável. Segundo a concepção moderna, o valor de arte de um monumento se mede pela maneira com que ele satisfaça às exigências da vontade artística moderna. (RIEGL, 1903, p.47-48)

Ou seja, o valor é atribuído ao monumento, e daí a forma específica que este culto assumir estaria diretamente relacionado com outro conceito chave do pensamento de Riegl, qual seja o “desejo de arte”<sup>61</sup> (*Kunstwollen*) de cada época. Se até o século XVIII os preceitos dominaram o fazer artístico, os monumentos tinham que responder a

---

<sup>61</sup> CHOAY, F. 2000. p.26.

esse cânone para serem admitidos como tal. A partir do século XIX, porém, quando se passou a negar a validade desses preceitos, abriu-se caminho para a valoração positiva de toda e qualquer manifestação artística. Dessa forma, ampliou-se sobremaneira o alcance do culto patrimonial, resultando em formas distintas de intervenção e tutela desses monumentos.

O segundo capítulo de *“O Culto Moderno dos Monumentos”* trata especificamente dos valores de rememoração, que se dividem em *“valor de ancianidade”*, *“valor histórico”* e *“valor de rememoração intencional”*. O autor aponta que:

a classe dos monumentos intencionais diz respeito às obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado. Na classe dos monumentos históricos, o círculo se alarga àqueles que apresentam ainda um momento particular, mas cuja escolha é determinada por nossas preferências subjetivas. Nos monumentos antigos entram enfim todas as criações do homem, independentemente de sua significação ou de sua destinação original [...] As três classes aparecem assim como três estados sucessivos de um processo de generalização crescente do conceito de monumento (RIEGL, 1903)

O valor de ancianidade para Riegl revelava-se imediatamente, ao primeiro contato com uma obra, na qual ficava claro seu aspecto não moderno; isto é, tal valor surgia do contraste que podia ser percebido não apenas pelas classes mais instruídas ou cultivadas, mas inclusive pelas massas. E foi esse apelo às massas, presente no valor de ancianidade, que fez com que Riegl acreditasse em sua ascendência no início do século XX, no qual passaria a predominar uma cultura de massas. O valor de ancianidade do monumento histórico não seria, para ele, uma promessa, mas uma realidade. A imediatez com a qual esse valor se apresentasse a todos, a facilidade com que se oferecesse à apropriação das massas e a sedução fácil que exercesse deixariam entrever que ele seria o valor preponderante do monumento histórico no século XX.

A *“eficácia”* do valor de ancianidade residiria exatamente em seu aspecto vetusto, nos traços de decomposição impostos à obra pelas forças da natureza, alterando sua forma e cor, fazendo aflorar no espectador a sensação do tempo transcorrido, do ciclo de criação / destruição, que se apresentaria como lei inexorável da existência.

Por isso, o valor de ancianidade determinaria como pressuposto de ação conservativa exatamente a não intervenção, ou seja, *“ao menos em princípio, ele rejeita toda ação conservativa, toda restauração, enquanto intervenção injustificada sobre o desenrolar das leis da natureza”* (RIEGL, 1903, p.73). Entretanto, essa posição não

intervencionista em relação aos monumentos não significaria a aceitação de uma destruição violenta, seja em decorrência da ação do homem, seja proveniente das forças naturais.

A apreciação moderna veria nas ruínas a manifestação do ciclo natural a que se submete inelutavelmente toda obra humana, aqui entendida como um organismo natural, o qual deveria se desenvolver livremente, protegido apenas de um fim prematuro. O autor mostra que, analogamente ao desenvolvimento do valor da ancianidade, estaria a proteção de animais, plantas ou ainda florestas inteiras, denominados “*monumentos naturais*”, outro traço característico da cultura moderna. Naquele contexto do “*fin-de-siècle*”<sup>62</sup>, valores novos e antigos conviviam, até que os novos se impusessem aos antigos de forma definitiva, marcando a passagem do valor histórico ao valor de ancianidade.

O prazer estético proveniente da contemplação de um monumento não se esgotaria na constatação de sua vetustez, de seu aspecto antigo, mas se completaria com o conhecimento do estilo empregado na época em que foi construído, o que implicaria um conhecimento de história da arte. Portanto, o prazer proveniente desse conhecimento não seria um prazer imediato, mas reflexivo e científico, sendo que extrapolaria o valor de ancianidade e caracterizaria o valor histórico. Além disso, o valor histórico viria do reconhecimento de que um determinado monumento representasse um estado particular e único no desenvolvimento de um domínio da criação humana. O monumento passaria a ser identificado como documento histórico e, por essa razão, deveria ser mantido o mais fiel possível ao estado original, como no momento preciso de sua criação. Isto implicaria diretamente no método de conservação a ser adotado, que deveria, por oposição ao postulado pelo valor de ancianidade, buscar a paralisação do processo de degradação sofrido pela obra, ainda que admitisse as transformações já impostas pelo tempo como parte da história do próprio monumento.

O último dos “*valores de rememoração*” apresentado por Riegl foi o “*valor de rememoração intencional*”. Ele seria o que mais se aproximaria dos valores de contemporaneidade, na medida em que se remeteria à busca de um eterno presente e exigiria do monumento “nada menos [...] que a imortalidade, o eterno presente, a perenidade do estado original” (RIEGL, 1903). A diferença entre o valor de

---

<sup>62</sup> SCHORSKE, C. *Viena fin-de-siècle – política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

rememoração, seja de ancianidade ou intencional, e os valores de contemporaneidade estaria na forma de abordar um monumento. Para o valor de contemporaneidade, o monumento deveria ter o caráter de perfeita integridade, como se não houvesse sofrido a ação destrutiva da natureza.

No terceiro e último capítulo, Riegl aborda os “*valores de contemporaneidade*”, divididos em dois tipos: “*valor de uso*” e “*valor de arte*”, sendo que o “*valor de arte*” se subdivide em “*valor de arte relativo*” e “*valor de novidade*”. No caso do “*valor de uso*”, o monumento deveria atender às necessidades materiais do homem, enquanto o “*valor de arte*” atenderia às necessidades do espírito. O valor de uso, consubstancial ao monumento sem qualificação, segundo Riegl, seria igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tivessem conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tivessem recebido novos usos, mesmo museográficos.

O “*valor de arte relativo*” estaria referido à capacidade do monumento antigo para sensibilizar o homem moderno, ou seja, ainda que tivessem sido criados por um “*valor artístico*” radicalmente diferente do nosso; alguma característica de concepção, forma ou cor específica do monumento poderia torná-lo capaz de satisfazer o valor de arte moderno, a despeito de sua aparência não moderna. De outro modo, principalmente entre as camadas menos cultivadas da população, quando se espera do monumento a aparência nova e fresca de uma obra recém-criada, o valor de arte predominante seria o “*valor de novidade*”.

O caráter acabado do novo, que se exprime da maneira mais simples por uma forma que ainda conserva sua integridade e sua policromia intacta, poderia ser apreciado por todo indivíduo, mesmo desprovido de cultura. É por isso que o valor de novidade seria, de um modo geral, o valor artístico do público menos culto. Segundo Riegl, o valor de novidade atenderia àquela atitude milenar que atribui ao novo uma incontestável superioridade sobre o velho. Tal atitude estaria tão solidamente ancorada na sociedade, que não poderia ser extirpada no espaço de alguns decênios e, de fato, até nossos dias ainda permanece.

A obra do historiador de arte Alois Riegl trouxe enorme contribuição para a teoria do patrimônio como um todo. Ele inaugurou e desenvolveu conceitos fundamentais, baseados no fato de haver diferentes tipos de valor a serem atribuídos aos monumentos, decorrentes das distintas formas de percepção e recepção dos monumentos históricos em cada momento e contexto específicos, além dos

contrastantes meios para sua preservação. Ao indicar essas múltiplas possibilidades, impõe-se ao sujeito da preservação a necessidade de fazer escolhas, as quais deveriam ser baseadas num juízo crítico. Desse modo, o pensamento de Riegl inseriu definitivamente as práticas da preservação no debate sobre a cultura, considerando-a deliberadamente como ato de cultura, antecipando-se às propostas defendidas a partir do segundo pós-guerra europeu pelo chamado restauro crítico.

Ao concluir, pode-se observar como Riegl conjuga um trabalho de grandiosa reflexão e, pode-se dizer, de fundação conceitual, único e para muitos ainda hoje insuperado. Foi pensador pioneiro em analisar com tanta perspicácia as razões do conservar, desenvolvendo sua tese com verdadeiro rigor científico e de forma estritamente disciplinar, sem deixar que fatores sociais, morais, étnicos ou políticos a influenciassem em demasia. Percebe-se aí um fator que teria sido marcante na formação do autor, já que sua trajetória se desenrolou na capital multicultural, Viena. Em fins do século XIX a cidade vivenciou um período singular de efervescência cultural e progresso intelectual<sup>63</sup>, sendo que Riegl, um exímio pensador no campo da preservação, lidou adequadamente com uma realidade de multiculturalismo, o que lhe possibilitou o êxito de escrever uma obra com caráter de síntese e praticamente intemporal (pela universalidade dos conceitos que abarca), justificando assim o fato de permanecer ainda nos dias atuais como referência fundamental ao estudo da teoria patrimonial.

#### **3.4. Considerações acerca das obras de Alois Riegl e Georg Dehio**

A partir do que foi exposto, podem ser relacionados alguns conceitos desenvolvidos por Alois Riegl e Georg Dehio. Primeiramente, tomando por base a teoria de Riegl, pode-se concluir que o Castelo de Heidelberg possuiria valores em consonância com o sistema desenvolvido pelo historiador de arte Alois Riegl. Conforme já mencionado, a obra sofreu danos durante o século XVIII e permaneceu abandonada até que despertasse novamente o interesse de pintores no início do século XIX. Naquela época já se tratava de uma edificação em estado de ruína, marcada pela pátina das décadas anteriores. Dessa forma, considera-se que um valor notadamente presente no monumento era o *valor de ancianidade*. Além disso, Riegl também reconheceu haver no monumento um

---

<sup>63</sup> Esse contexto histórico-político e cultural de Viena é retratado com maestria por SCHORSKE (1990).

forte *valor histórico*. Sem dúvida, o Castelo de Heidelberg é o testemunho material de fatos importantes ocorridos naquele lugar, foi residência de autoridades do Palatinado (*Pfalz*) e resistiu – embora tenha sofrido inúmeros danos – a severos conflitos, como a Guerra dos Trinta Anos e a Sucessão do Palatinado. Também pelas suas características construtivas, o castelo foi considerado como exemplar único do Renascimento Alemão. Portanto, Alois Riegl se alinhava à opinião de Georg Dehio ao considerar o Castelo de Heidelberg como monumento possuidor de valores e que mereceria uma atitude preservacionista.

Georg Dehio, como vimos anteriormente, reconheceu e exaltou os valores da historicidade do castelo, sendo que defendeu com vigor a interrupção das reconstruções no conjunto, para que justamente se preservasse o Castelo de Heidelberg, mesmo que em ruínas. Ocorre que, embora os dois historiadores de arte julgassem desejável a preservação do castelo, os motivos que os levaram a suas conclusões eram contrastantes.

Riegl vivenciou a efervescência da capital de um Império multicultural, Viena. Para ele, o castelo não seria necessariamente uma obra-prima para afirmar o povo alemão como nação. Era um monumento construído pelos homens, de um modo geral, possuidor de grande valor histórico e que marca fatos notórios, sem que estes valores tenham que pertencer a uma única cultura. Já Dehio exaltou o monumento e identificou os mesmos valores históricos que Riegl teria notado, mas transpareceu no seu discurso um forte caráter da nacionalidade alemã. Dehio reconheceu no mesmo monumento fatos cujo desdobramento inevitável seria o surgimento da Alemanha unificada. Portanto, é compreensível que se referisse ao monumento com vistas a engrandecer seu povo, pois havia no seu discurso uma intenção em despertar o nacionalismo nos seus conterrâneos. Se por um lado Alois Riegl reconhecia no monumento valores, sem que estes devessem pertencer exclusivamente a uma cultura, por outro Georg Dehio lidou com o mesmo monumento objetivando engrandecer exclusivamente seu povo; uma diferença crucial nas abordagens pelas diferentes visões de mundo que os teóricos tinham.

Falser publicou um texto no ano de 2005 para marcar o centenário de morte de Alois Riegl<sup>64</sup>. Nesse trabalho ele analisou parte da trajetória do historiador de arte austríaco e fez alguns paralelos em relação a Georg Dehio, seu contemporâneo que atuou na Alemanha. Falser partiu da tese de que o discurso do patrimônio espelharia a construção cultural e política de identidades nacionais. Também prestou-se a validar todo um processo de formação desta identidade nacional pelas estratégias de se trazer à luz da teoria e da prática alguns fundamentos do patrimônio.

Em relação à Alemanha, tratando-se do final do século XIX até o início do século XX, o autor aponta que no *Reich* havia o conceito de cultura nacional (*Kulturnation*) que forçava a homogeneizar pelo idioma e pela própria cultura o povo daquele território. Já no Império Áustro-Húngaro, a realidade era uma sociedade multicultural. Tal império era composto por doze nacionalidades na virada do século XX e cabia ao Estado lutar contra qualquer insurreição ou ameaça separatista em prol de sua unidade. Esta concepção de Estado contrariava o nacionalismo separatista que agitava o continente e foi transcrita na Constituição de 1867.

O autor citou como exemplo destes esforços multiculturalistas o trabalho de Joseph Alexander Freiherr Von Helfert (1820-1910), secretário do Ministério da Educação e Cultura e presidente da Comissão Geral para Pesquisa e Conservação da Arte e Monumentos Históricos. Ele foi fundador do Instituto Austríaco para Pesquisa Histórica, de caráter supranacional. Outra iniciativa citada foi o trabalho de Konprinz Rudolf (*Konprinzenwerk*) composto por 24 volumes com ilustrações de mais de 400 autores de diferentes nacionalidades. Cultura política, arte política e política social eram temas em voga nos círculos intelectuais da capital Viena no início do século XX<sup>65</sup>. Por conseguinte, o patrimônio era um meio de legitimar uma ideia de Estado multicultural. A língua como ponto de unidade numa construção nacional foi crucial para a identidade da monarquia dos Habsburgos, pelas manifestações culturais, artísticas e políticas. Nomes de alguns notáveis autores foram citados, desde o campo das ciências, da filosofia (Ernst Mach, Moritz Schlick) até a literatura de Hermann Bahr e Hugo von Hoffmansthal. Este era o cenário da intensa produção intelectual por trás da construção da identidade coletiva na sociedade austríaca.

---

<sup>64</sup> FALSER, M. *Zum 100. Todesjahr von Alois Riegl 2005*. Disponível em: <<http://www.kunsttexte.de>>, v.1, 2006, p.1. Acesso em: 10 set. 2011.

<sup>65</sup> SCHORSKE, C. 1990.

Nesse cenário, disciplinas como A História da Arte e O Patrimônio Cultural adquiriram enorme relevância na construção da identidade coletiva da Monarquia dos Habsburgos. Era o meio de dar significado ao ideal de unidade numa sociedade multicultural. O subjetivo individual pertencia a um pluralismo supranacional, universal, de modo que estes dois pólos contrastantes poderiam contribuir na construção de um “supra-conceito” (*Gesamtkonzept*), que seria justamente o ponto de partida da tese de Alois Riegl.

Por outro lado, poderiam ser estabelecidas certas comparações entre o sistema de valores idealizado por Alois Riegl<sup>66</sup> e o trabalho<sup>67</sup> de seu contemporâneo alemão, Georg Dehio, sendo o contexto político-cultural dos dois teóricos do patrimônio muito contrastante. A tentativa de Riegl foi de desenvolver um sistema de valoração fechado, com bases científicas. Em princípio, ele dividiu o patrimônio, como vimos, em duas categorias: valores de rememoração e valores de contemporaneidade. Nesta 1ª categoria o valor de “ancianidade” (*Altenswert*) não representaria apenas a pátina e as marcas do passado, mas a sua historicidade, como dimensão central do monumento, algo universal na ciência histórica moderna. Desdobraram-se deste conceito o valor histórico intencional e o não intencional. Para Riegl o monumento também portaria uma dimensão social que viria de aspectos religiosos, sociais e políticos. O valor histórico não intencional surgiria a partir da significância que o monumento passasse a adquirir no decorrer da história da arte, por aspectos artísticos e culturais, ao passo que o valor histórico intencional seria dado aprioristicamente, sem que se dependesse do decorrer do tempo para adquirir o valor histórico, uma vez que o monumento já surgiria para ser um marco da memória. A categoria dos “valores de contemporaneidade” abrangia o “valor de uso” e o “valor artístico”, subdividida em “valor artístico relativo” e “valor de novidade”. Esse valor artístico relativo estaria fundamentalmente ligado a um “desejo de arte” (*Kunstwollen*) que seria característico de cada época na história da sociedade. O monumento possuiria esse valor se seus traços estilísticos convergissem com o desejo de arte de seu tempo.

---

<sup>66</sup> RIEGL, A. 1903.

<sup>67</sup> Neste caso, apesar de se tratar especificamente do texto já comentado “*Was wird aus dem Heidelberger Schloss werden?*”, leva-se em consideração o conjunto da obra do autor, sobretudo a importante publicação “*Handbuch der Deutschen Kunstdenkmäler*”

Falser (2005) aponta algumas semelhanças entre Dehio e Riegl, pois ambos nasceram em meados do século XIX, estudaram História da Arte e lecionaram esta disciplina em universidades. Riegl também estudou Direito, Filosofia e História. Ambos foram membros de órgãos oficiais de preservação. Mas o que sobremaneira diferenciaria os dois historiadores de arte é o momento em que começaram a desenvolver suas teorias. Riegl desenvolveu importantes estudos a partir do momento que assumiu a chefia do principal órgão de preservação na capital (multicultural) Viena. Já a teoria de Dehio assumiria traços da ideologia nacionalista do *Reich* alemão, presentes nos seus trabalhos antes e após a 1ª Guerra Mundial.

Na teoria de Riegl, segundo nos mostra Falser (2005), arte e cultura influenciariam de modo conjunto no sentimento estético que certa obra emana. O homem era reconhecido, individualmente, como parte criadora e também destrutiva neste ciclo. Para Riegl, a relação natureza *versus* cultura seria bem visível na ruína. Por outro lado, Dehio associou cultura com poder, capaz de trazer unidade a um povo, fortemente relacionada à história. Isto se tornou mais notável a partir de 1918, quando a produção de Dehio foi influenciada pelo contexto da guerra. O autor afirmou que a cultura seria um direito, legitimação e constante tarefa a cargo do povo. Cultura, poder e história uniriam a nação em torno da construção de sua própria história. Já Riegl via o estilo artístico de forma neutra, um fenômeno autônomo. O termo criado pelo autor – *Kunstwollen* – é impessoal e representaria um desejo criativo coletivo, cíclico de acordo com o tempo histórico em questão.

Em 1901 Dehio publicou o famoso estudo sobre o Castelo de Heidelberg<sup>68</sup>, que analisamos neste capítulo, no qual o descreveu como “maravilhoso conjunto, feito do passado, eternidade, arte, natureza e história”. Neste caso arte, natureza e cultura exclusivamente do povo alemão. Em alguns excertos do texto escrito pelo autor alemão pode-se depreender uma exaltação do sentimento nacionalista. Num dos trechos, Dehio afirmou que se conservava um monumento não somente por se achá-lo belo, mas por se tratar de parte da existência da nação. Os monumentos sobre o território alemão eram vistos como exclusivamente pertencentes à história cultural do povo alemão. Huse (2006, p.146) nos relata a respeito de uma réplica escrita por Riegl criticando a posição de Dehio, que seria egoísta, separatista e sem piedade. Riegl não

---

<sup>68</sup> DEHIO, G. 1901.

via numa ruína o sentido de nação, mas parte da humanidade ali expressa. Nas suas palavras, o nacionalismo egoísta era como o próprio egoísmo humano. As críticas de Riegl atingiram diretamente a tese de Dehio, que via a legitimação do patrimônio na arquitetura vernacular e outros elementos da cultura nacional. Riegl esclarecia que certas obras, quando edificadas, sequer representavam a cultura daquele Estado onde se localizavam, e que adquiriram status de monumento histórico tanto quanto obras representativas do vernáculo ou típicas da história da cultura local.

Riegl ocupou-se durante parte da sua carreira na tentativa de identificar a origem do caráter pitoresco e vivaz que algumas obras adquiriram, tais como mercados e prédios residenciais. Alguns traços foram identificados, como o valor de uso da obra, a sinergia da população local ou mesmo a identificação com a história originária dos romanos. Riegl fez críticas em relação à postura adotada por Georg Dehio num texto<sup>69</sup> que este escrevera com recomendações à intervenção em parte do domo da catedral em Wawel, Cracóvia. Dehio defendeu que se fizesse uma nova pintura, justificando tal ato de repintar como representativo do sentimento de poder e grandiosidade no catolicismo polonês. O conflito entre a historicidade do antigo e o valor de uso que enaltece o poder nacional e religioso demonstravam, para o autor, o compromisso do patrimônio com diferentes concessões.

Falser (2005) concluiu afirmando que os conceitos de patrimônio de Dehio e Riegl refletiam sua identidade nacional e uma busca em afirmar na cultura política sua noção de Estado. Dehio expressava, pelo uso de palavras como cultura, poder, povo, unidade, grandeza e espírito uma proteção da imagem cultural alemã. Já Riegl, como historiador de arte num Estado multicultural, direcionava seus conceitos de forma “*antinacional*”. O antigo era uma reação ao desenvolvimento do moderno. Sua tese continha idéias como emancipação individual, participação política e, enfim, democratização do patrimônio.

O autor mencionou o cenário pós-guerra europeu e uma nova realidade de diversidade étnica-cultural. Observou-se que é mais frequente uma discussão acerca da perda de identidade pelo processo de europeização e globalização, na nova ordem política do continente. Paralelamente, notou-se uma tendência à construção de identidades na porção do leste europeu. Nesse aspecto, valorizou-se a contribuição de Riegl, pois o

---

<sup>69</sup> Ver HUSE, N. 2006, p.124-149.

que foi analisado no contexto transnacional nos leva a discutir temas como multiculturalismo, transnacionalismo e identidades híbridas.

Questionou-se sobre qual teria sido a contribuição concreta da obra de Riegl, quando da emancipação dos diferentes Estados europeus no decorrer dos séculos. Como compreender, por exemplo, que nos Estados Unidos tenha se estudado Riegl de forma crescente nos últimos anos?<sup>70</sup> Ele busca explicação no caráter transnacional da teoria de Riegl, da cultura regional e dos lugares de memória, que contribuíram para a prática da conservação do patrimônio em toda Europa. Vários lugares, rotas comerciais ou mesmo de conflitos de guerras, que possuíam significado histórico-cultural costumavam ultrapassar os limites da geografia política dos países.

Por fim, Falser introduziu suas conclusões citando a Ilha dos Museus (*Spreeinsel*) no centro de Berlim, declarada patrimônio cultural da humanidade pela Unesco em 1999. A poucos metros do local encontrava-se o simbólico edifício sede do governo da República Democrática Alemã, o Palácio da República, que será objeto de estudo pormenorizado no capítulo seguinte. O fato de se dispor de tal área em local tão importante na história do país deveria motivar uma construção que celebrasse as diferenças culturais dos alemães originários do leste e do oeste, ademais poderia cristalizar o sentido de unificação. Entretanto, optou-se pela sistemática eliminação dos traços da Alemanha socialista, ao passo que o Palácio da República deu lugar à reconstrução do castelo (*Berliner Stadtschloss*) aos moldes dos tempos imperiais, conforme era até o século XIX<sup>71</sup>. Seria algo como uma alegoria<sup>72</sup> ao patrimônio cultural prussiano de outrora, quase que evocando um nacionalismo alinhado à teoria de Georg Dehio. Não por acaso, esse exemplo de intervenção em mais um notório monumento de projeção nacional foi o tema de intensos debates em relação à reconstrução como uma possibilidade plausível. Por uma curiosa coincidência tem-se o lapso de um século desde a querela histórica entre Riegl e Dehio – ocorrido na virada do século XIX para o século XX – até a recente controvérsia sobre o Palácio da República em Berlim – debate que se acalorou nos anos 1990 e se estendeu até a virada do século XXI – que

---

<sup>70</sup> FALSER, M. 2005.

<sup>71</sup> Vide capítulo 4.

<sup>72</sup> Termo usado conforme aparece em: CHOAY, 2000, p.29.

trouxo ainda questões fundamentais, talvez até intemporais, na condução das políticas de preservação.

Esse exemplo do Castelo de Heidelberg figura, sem dúvida, como fundamental na historiografia da preservação alemã. Importa ressaltar que a modalidade da reconstrução esteve presente nos duradouros debates dos quais fora tema. Aquele conjunto edificado, que em fins do século XVIII encontrava-se parcialmente destruído, em ruínas e densamente coberto por vegetação já era portador de um grande valor histórico e enorme significação cultural para a identidade de toda a nação alemã. Tal constatação advém do registro de manifestos em favor da manutenção do *status quo* da ruína existente, refutando-se, num dado momento, a iniciativa de se reconstruir o *Ottoheinrichsbau* da maneira como fora feito no *Friedrichsbau*. Diante do exposto, conclui-se que o valor atribuído pela sociedade a um determinado bem, qualquer que seja este valor, deve ser considerado e compreendido por órgãos e agentes que intervenham no monumento. O reconhecimento do valor predominante, seja ele histórico, artístico, de uso ou até mesmo de novidade – como se estudou no sistema de valoração de Riegl – é pressuposto importante para que se alcance um resultado em consonância com os anseios da comunidade. E essa concordância entre o valor atribuído ao bem e as políticas de preservação pode determinar o sucesso dessas políticas, conseqüentemente garantir a perenidade do bem. Ademais, foi notório constatar que nesse particular caso do Castelo de Heidelberg a reconstrução não foi eleita como solução desejável; porquanto aquele complexo por si só já possuía a devida significação histórico-cultural, de modo que permanece parcialmente em ruínas tal qual o era ainda no século XVIII. Após mais de um século de debates e proposições para se intervir no monumento, depreende-se, portanto, que o valor predominante foi crucial para as derradeiras decisões que foram tomadas. Supondo-se que, de acordo com a teoria de Dehio, realmente esse exemplar seria significativo na constituição da identidade nacional da Alemanha (à época uma nação jovem), compreende-se a dimensão que o valor histórico predominante adquiriu. De fato aquela sociedade pode ter se espelhado nos aspectos históricos e arquitetônicos da obra, justificando o desejo de mantê-la como testemunho de sua trajetória.

## 4. BERLINER STADTSCHLOSS E O PALÁCIO DA REPÚBLICA

### 4.1. O *Berliner Stadtschloss*<sup>73</sup>

Neste capítulo iniciaremos o estudo sobre o “Castelo de Berlim” (*Berliner Stadtschloss*) e a trajetória do Palácio da República (*Palast der Republik*), em Berlim. O *Berliner Stadtschloss* foi um palácio real que serviu de residência a alguns eleitores<sup>74</sup> de Brandenburgo, a partir do século XVI. O monumento se localizava na chamada Ilha dos Museus (*Museuminsel*), no centro da capital alemã, e foi parcialmente destruído ao final da 2ª Guerra Mundial. Após a subdivisão de Berlim, a Ilha dos Museus passou a ser domínio do regime socialista e, em 1950, o *Berliner Stadtschloss* foi demolido pelo governo da República Democrática Alemã (RDA). Já nos anos 1970 foi construído no mesmo local do *Stadtschloss* o Palácio da República, edifício que seria sede daquele governo. Após o fim do regime socialista, o Palácio da República entrou em decadência, iniciando-se na década de 1990 um grande debate acerca da demolição da edificação. Para dar lugar à antiga sede do governo da RDA, intencionou-se reconstruir o *Berliner Stadtschloss*, e o debate acerca desta reconstrução tornou-se uma das maiores controvérsias sobre patrimônio na Alemanha. Após meses de debates, decidiu-se, em 1993, que o Palácio da República seria realmente demolido, o que se efetivou somente na primeira década dos anos 2000. Em seu lugar seria reconstruído o *Stadtschloss*, aos moldes do antigo palácio real, uma decisão que contraria toda a teoria contemporânea sobre o patrimônio e se mostra bastante surpreendente por ter sido tomada na atualidade.

Inicialmente, será feito um panorama histórico do *Berliner Stadtschloss*, bem como do Palácio da República, até o período que sucedeu o fim do regime socialista na

---

<sup>73</sup> Neste capítulo optou-se por se referir ao *Berliner Stadtschloss* (ou *Berliner Schloss*) como **castelo**. Note-se que em alguns trabalhos tal edificação também é referida como palácio real, dada a trajetória histórico-política da cidade. No caso do edifício que veio a ser erigido em seu lugar durante o regime socialista, o Palácio da República (*Palast der Republik*), optou-se por se referir a ele como **palácio**. Justifica-se tal opção pela proximidade linguística dos termos eleitos com seus equivalentes no idioma original, o alemão.

<sup>74</sup> Utilizou-se acepção antiga do termo, segundo HOUAISS “diz-se de ou príncipe ou bispo que participava da eleição do imperador, na Alemanha antiga”

Alemanha. No capítulo seguinte será dada ênfase ao debate sobre a reconstrução do *Stadtschloss*, que se intensificou nos anos 1990 e desencadeou a decisão por demolir o Palácio da República. Pretende-se elucidar os motivos que teriam levado a sociedade alemã a decidir-se pela reconstrução total, uma solução contrária às principais diretrizes internacionais de intervenção no patrimônio edificado.

Como nos mostra Ladd (1998), o histórico da região do Palácio da República – outrora castelo da cidade de Berlim, o *Berliner Stadtschloss* – remonta ao século XV, quando o Sacro Império Romano concedeu o território de Brandemburgo a Burgrave Friedrich, integrante da família Hohenzollern do sul da Alemanha. As duas cidades gêmeas, denominadas como *Berlin-Cölln* (FIG. 4.1), emergiram como principal centro comercial de uma região ainda pouco povoada. Houve tensões na medida em que os habitantes de *Berlin* e *Cölln* lutaram contra Friedrich em defesa de seus direitos, até que, no ano de 1442, Friedrich ordenou a *Cölln* a construção de um castelo na porção norte da ilha, de onde a corte pudesse exercer sua autoridade suprema<sup>75</sup>.

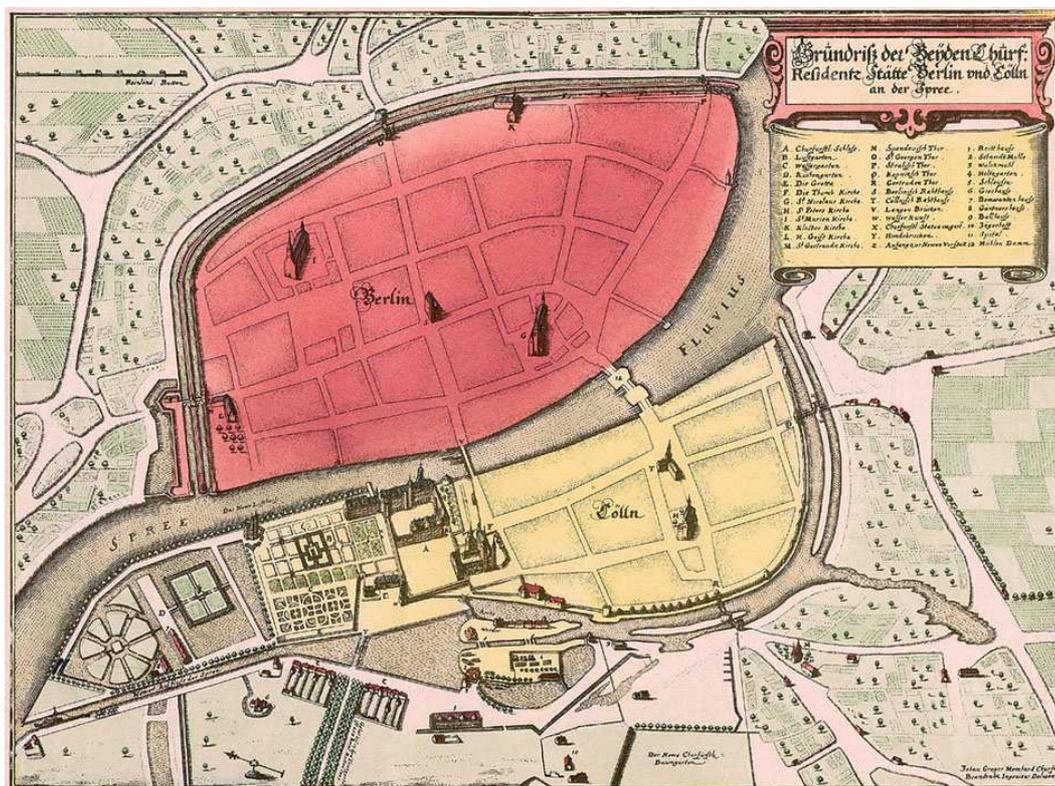


FIGURA 4.1: Planta de Berlim no século XVII

Planta elaborada por Johann Gregor Memhardt em 1652. Fonte: HOLFELDER, 2008, p.16.

<sup>75</sup> WIESINGER, L. *Das Berliner Schloss. Von der kurfürstlichen Residenz zum Königsschloss*. Darmstadt: 1989. p.7.

O castelo se tornou residência permanente dos eleitores de Brandenburgo, ao passo que *Berlin* e *Cölln* perderam a autonomia dos tempos medievais e tiveram que se submeter definitivamente aos anseios do governante. Este foi um forte impacto para os dois povoados, uma vez que as cidades livres da Alemanha feudal – como Hamburgo e Frankfurt – eram muito prósperas e dinâmicas. Na FIG. 4.1 vê-se a região do castelo (*Schlossplatz*) na parte norte de *Cölln*, às margens do rio Spree e a leste dos jardins reais. Nota-se, nas FIG. 4.2 e 4.3, a evolução da morfologia nos séculos seguintes.

Segundo Hennet (2005), o eleitor Joachim II (1505-1571) elevou a cidade de Berlim à condição de residência oficial e, a partir de 1538, iniciou um processo de transformação do castelo para uma luxuosa construção cuja planta se apresentava basicamente em duas asas. Joachim II fora sucedido por Johann Georg (1525-1598), que entre os anos de 1578 e 1595 empreendeu novas obras de ampliação no complexo do castelo. Durante o principado de Joachim Friedrich (1546-1608), a principal alteração a ser mencionada foi sua iniciativa em concentrar no complexo do castelo as funções administrativa, jurisdicional e religiosa de seu governo. Os dois eleitores que sucederam Friedrich pouco alteraram o castelo, sendo que a reforma mais notória foi feita na catedral, a partir de 1613.

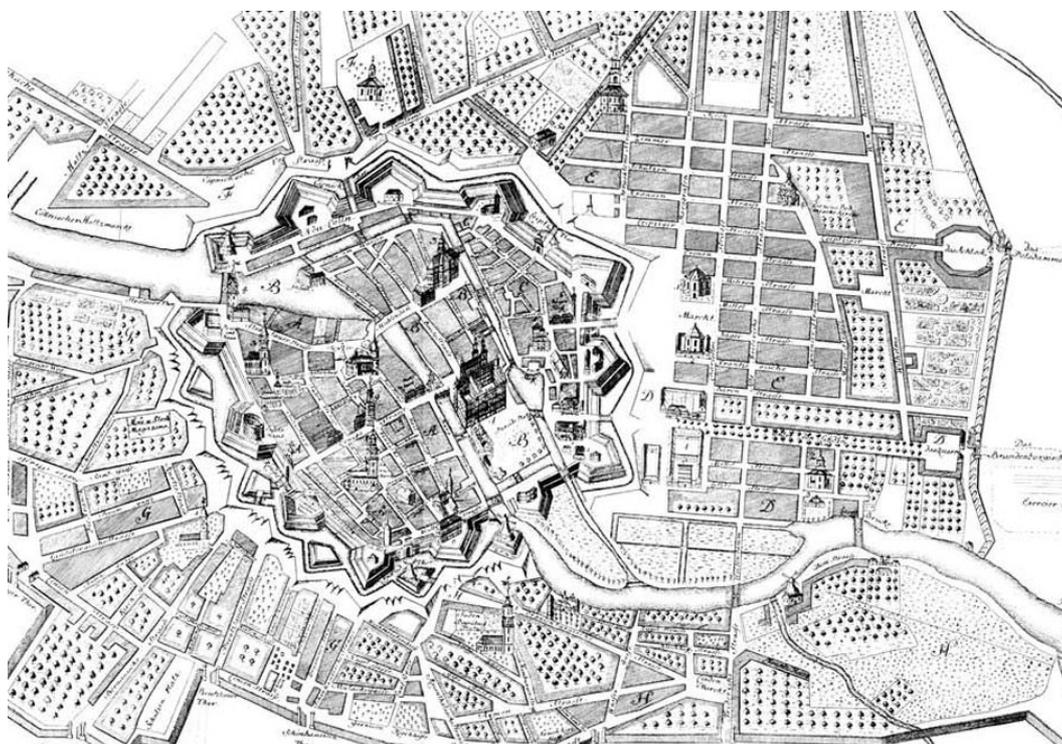


FIGURA 4.2: Planta de Berlim em 1737, elaborada por Johann Friedrich Walther

Disponível em: <<http://www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/staedtebauprojekte/molkenmarkt/de/geschichte/index.shtml>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

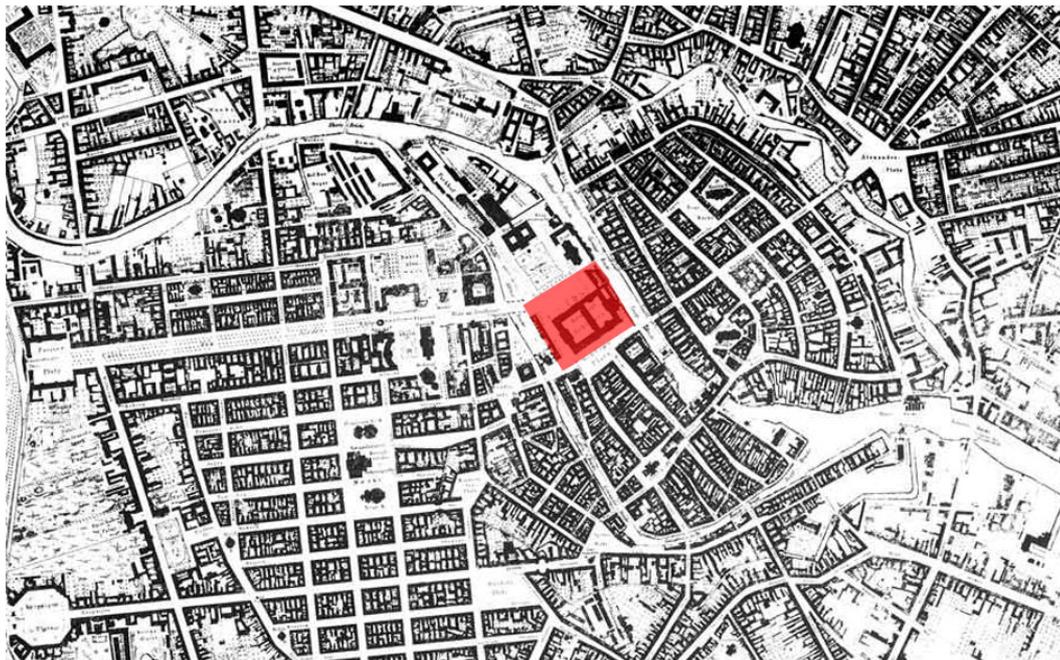


FIGURA 4.3: Berlim em 1867, por Libenow. Destaque do autor: *Schlossplatz*  
Disponível em: <<http://www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/staedtebau-projekte/molkenmarkt/de/geschichte/index.shtml>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

Na segunda metade do século XVII, período marcado pelo absolutismo, o principado de Brandemburgo era um dos mais poderosos em território alemão. Berlim era próspera, mesmo tendo sofrido inúmeros danos durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Seu governante, Friedrich Wilhelm – que havia assumido em 1640 – era conhecido como o Grande Príncipe pela sua diplomacia e pela conduta militar. Seu principado foi marcado por políticas que favoreceram o comércio interno, além de ter promovido a expansão de seus domínios territoriais. Em relação aos aspectos arquitetônicos do castelo, menciona-se que neste período foi construído um grande salão de alabastro entre os dois pátios, cuja autoria é de Johann Arnold Nering. Friedrich Wilhelm ainda adicionou duas novas cidades – *Friedrichswerder* e *Dorotheenstadt* – ao principado que era composto por *Berlin* e *Cölln*. Outro aspecto do seu governo foi a tolerância religiosa, que atraiu luteranos e calvinistas a povoar os novos territórios ao redor de Berlim. Naquela época a cidade também abrigou protestantes que sofriam perseguição, como os huguenotes franceses e judeus provenientes de Viena. Wilhelm foi sucedido por Friedrich III, seu filho. O sucessor anexou uma quinta cidade ao principado, a *Friedrichstadt*, e em 1709 unificou as cinco cidades na cidade de Berlim (PESCHKEN; ALTHOFF, 2000).

Friedrich III (1657-1713) conseguiu alçar-se ao título de rei, algo até então inédito para os governantes alemães, já que se submetiam ao Sacro Império Romano. Friedrich III

foi entronizado como rei Friedrich I no território do ducado da Prússia, adquirido por Brandemburgo e localizado a leste, fora dos limites do Império Romano – precisamente na cidade de *Königsberg*, em 18 de janeiro de 1701. Um de seus grandes legados foi a fundação da Academia Real de Artes e Ciências. O rei também expandiu os limites do palácio para o oeste, na região da antiga cidade de *Cölln*. Durante seu reinado foram construídas grandes fachadas externas, configurando um segundo pátio. As obras que alteraram a volumetria do castelo nesse período foram comandadas inicialmente por Andreas Schlüter, sendo que desde então a edificação assumiu o caráter que perduraria até sua destruição em 1945 (FIG. 4.4). O sucessor de Schlüter foi o construtor Eosander von Göthe, que trabalhou numa grande ampliação do castelo a oeste, com a adição de um terceiro portal. O rei Friedrich II (1712-1786)<sup>76</sup>, que sucedeu Friedrich I foi responsável por transformar Berlim num verdadeiro centro político. Durante seu reinado a Academia de Artes e Ciências foi reinaugurada e construiu-se o *Forum Friedericianum*. Outra intervenção notável foi a mudança da catedral, que se situava a sul do castelo. Esta fora demolida e entre 1745 e 1748 construiu-se uma nova catedral projetada por Johann Boumann, atualmente a *Wilhelminische Dom* (HENNET, 2005).



FIGURA 4.4: Foto aérea do *Berliner Stadtschloss*, cerca de 1900  
Fonte: HOLFELDER, 2008, p.17.

---

<sup>76</sup> Friedrich II é mais conhecido como *Friedrich der Große* (Frederico, o Grande) em virtude do grande sucesso em campanhas militares que marcou seu reinado.



FIGURA 4.5: *Berliner Stadtschloss*, pintura do século XIX

Disponível em: <<http://www.stadtschloss-berlin.de/images/neuebildergalerie/vergangenheit/1.jpg>>

O entorno do palácio (FIG. 4.6) configurou-se durante o reinado de Friedrich Wilhelm III (entre 1797 e 1840), com grande participação do arquiteto real, Karl Friedrich Schinkel (1781-1841). O arquiteto projetou um jardim real a norte do palácio, o *Lustgarten*, focalizando o local onde se encontrava a estátua de Wilhelm. Ao sul se encontrava o palácio, representando a coroa; a leste havia uma catedral protestante redesenhada por Schinkel, representando a Igreja; a oeste havia um arsenal em estilo barroco que representava o exército. Na porção norte, Schinkel projetou um museu composto por uma longa colunata – conhecido hoje como *Altes Museum* – para representar a cultura. Este complexo de edifícios compõe a denominada “Ilha dos Museus” (FIG. 4.6), região que pertenceu à porção norte da antiga cidade de *Cölln*. Outras alterações urbanas no seu entorno foram as configurações das praças Belle-Alliance (atual *Mehringplatz*); *Leipziger Platz* e *Pariser Platz* (PESCHKEN; ALTHOFF, 2000).

Conforme nos mostra Demps (1999), o primeiro *Kaiser* alemão foi Wilhelm I (1797-1888), que decidiu por não residir no *Berliner Stadtschloss*, embora o castelo fosse utilizado para cerimônias oficiais, como a de abertura do primeiro *Reichstag* em 1871, após a unificação. Durante seu governo foi aberta a rua Kaiser-Wilhelm e construída a ponte de mesmo nome, atualmente rua e ponte Karl-Liebknecht. Parte de uma das

asas foi removida, de modo que a avenida *Unter den Linden* assumiu dimensões grandiosas, possibilitando uma nova contemplação para os jardins reais.

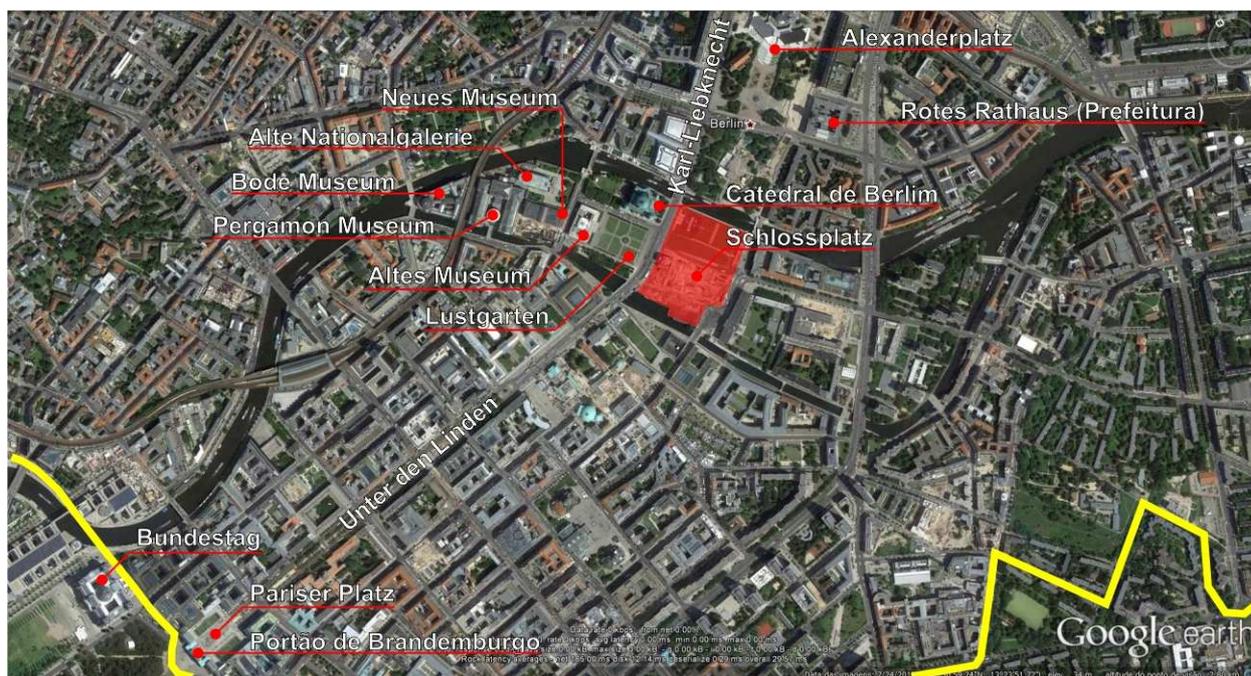


FIGURA 4.6: Centro de Berlim (*Mitte*)

Destaque para a *Schlossplatz*, localizada na Ilha dos Museus (*Museuminsel*). Fonte: Google. Informações adicionais na imagem de satélite elaboradas pelo autor; mostrando o traçado do Muro de Berlim em amarelo.



FIGURA 4.7: Pátio interno do *Berliner Stadtschloss*, pintura de cerca de 1830  
Pintura de Eduard Gärtner. Disponível em: <<http://www.pausanio.de/reiseziel/415/schlossplatz>>



FIGURA 4.8: *Berliner Stadtschloss*, pintura de cerca de 1850

Pintura de Eduard Gärtner. Disponível em: <<http://www.kunstkopie.de/a/gaertner-johann-philipp-e/berlin-schlossfreiheit-vo.html>>

Ainda durante o reinado dos Hohenzollern, destaquem-se as modificações empreendidas pelo último governante dessa dinastia, *Kaiser Wilhelm II* (1859-1914). No que se referiu ao castelo houve um conjunto de obras nos seus interiores, devido ao fascínio do *Kaiser* pelo estilo arquitetônico de Schlüter e Eosander. O imperador reformou diversas partes no interior do castelo com o intuito de torná-las o mais próximo possível do estilo dos arquitetos barrocos. O chamado Salão Branco foi ampliado, sendo que seu interior foi ornado com mármore e ouro. Na parte exterior também houve algumas reformas nos terraços e nos muros<sup>77</sup>. Na parte oeste a partir do palácio foi construído o Museu Nacional, o qual apresentava uma estátua de Wilhelm I, que reinou durante o processo da unificação alemã em 1871. Tal monumento já não se encontra mais no local. Wilhelm II também autorizou a substituição da antiga catedral por uma nova (1893-1903), maior e que fosse mais imponente, a fim de demonstrar o papel de Wilhelm como protetor dos protestantes. Esta deveria competir com São Pedro em Roma e São Paulo em Londres, muito embora seu projeto não tenha atingido este objetivo. A Catedral de Berlim foi bastante danificada na 2ª Guerra Mundial, sendo que sua restauração só efetivamente se iniciou

<sup>77</sup> CYRAND, Eberhard. *Das Schloss an der Spree*. Vol. 4. Berlim: 1987. p.345.

na década de 1970, perdurando até 1993. No fim do século XIX foi demolida uma parte do palácio ao longo do rio Spree para implantação da rua Kaiser-Wilhelm – atualmente rua Karl-Liebknecht.

#### **4.2. O ocaso do *Berliner Stadtschloss* com a ascensão da República**

O palácio sofreu certo esvaziamento de sua função precípua, quando da abdicação do imperador ao trono, em 1918. Durante a República de Weimar – entre os anos de 1919-33 – não se verificou alguma iniciativa mais significativa no sentido de se transformar a identidade do palácio. A ele não foi dado nenhum fim institucional de grande importância para o governo, sendo que chegou a ser usado para diferentes atividades, principalmente como museu. Na década de 1920 havia até unidades residenciais alugadas no interior do castelo.<sup>78</sup> Hennem (2005) aponta que, em 1932, o crítico Adolf Behne – que auxiliou um dos arquitetos do Conselho de Obras da Grande Berlim, Martin Wagner – chegou inclusive a publicar um texto em que afirmava ser o castelo uma obra já sem significado para a cidade, de modo que parte dele poderia ser demolida para possibilitar a construção de um ramal ferroviário ligando o leste e o oeste da cidade. Da mesma forma, o 3º Reich não fez uso mais significativo do castelo nem de seu grande simbolismo para a história de Berlim, não havendo no período entreguerras registro de eventos importantes no *Stadtschloss*. Contudo, no período seguinte houve a necessidade de intervenções, uma vez que o palácio foi atingido por bombas durante a guerra em 1945, tendo sido parcialmente destruído pelos bombardeios dos Aliados em 3 de fevereiro daquele ano (FIG. 4.9). O castelo permaneceu em chamas durante alguns dias com focos em praticamente todos os seus lados, desde o portal Eosander, passando pelo Salão Branco e vários outros ambientes no 1º pavimento.<sup>79</sup> Parte das fachadas e pátios permaneceu inatingida após os bombardeios e por isso foi possível manter algumas exposições para o público entre os anos 1946-48, nos quais Berlim era dividida em quatro zonas de ocupação. Dentre as exposições, uma das mais significativas foi uma em comemoração ao centenário da revolução de 1848.

---

<sup>78</sup> PESCHKEN, G. 1991. p. 113.

<sup>79</sup> RODEMANN, Karl. *Das Berliner Schloss und sein Untergang*. Berlim, 1951. p.9.

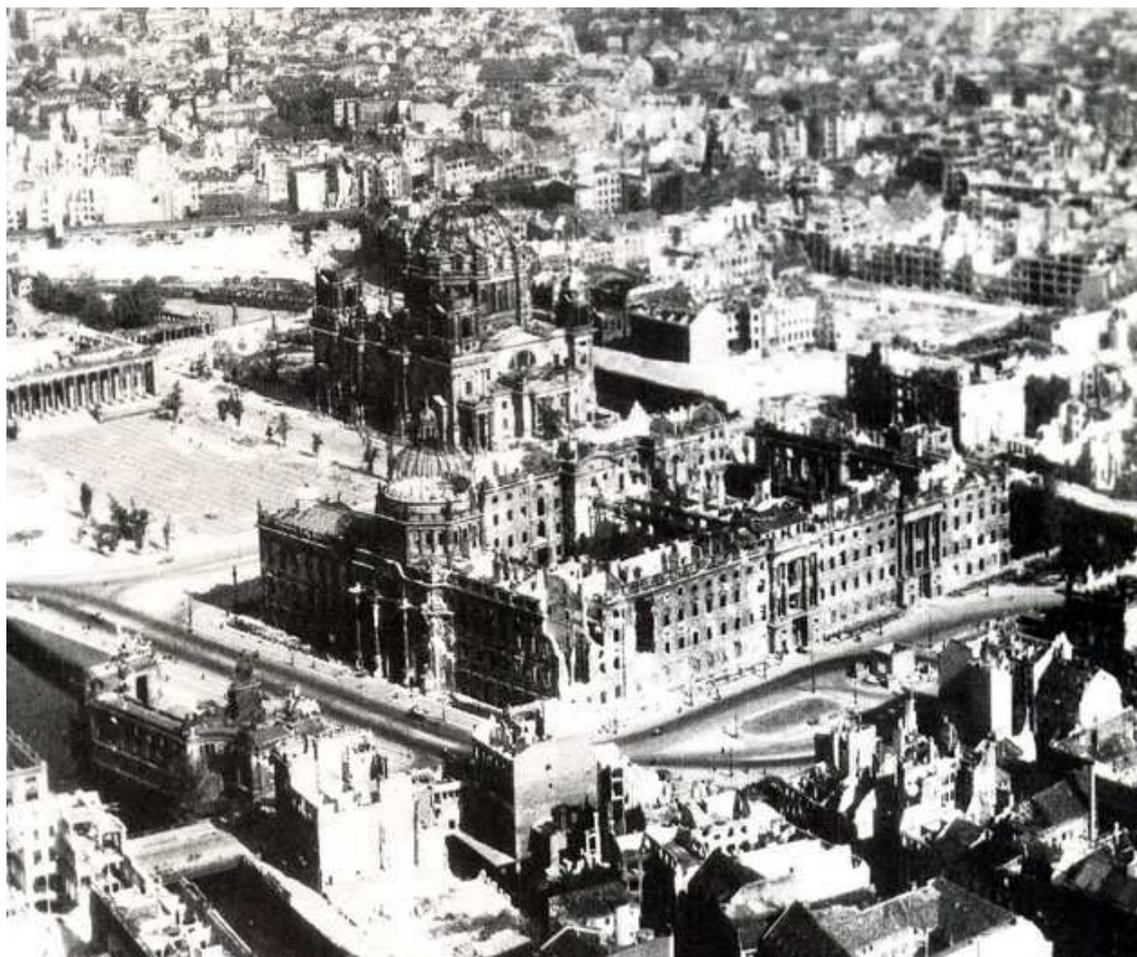


FIGURA 4.9: Foto aérea do *Berliner Stadtschloss* tirada em 1946  
Castelo, Catedral de Berlim (2º plano) e entorno destruídos após bombardeios americanos.  
Fonte: HOLFELDER, 2008, p.20.

Em 1948 Berlim deixou de ser dividida entre as quatro diferentes zonas, subsistindo as regiões ocidental e oriental. Nesta última, sob domínio soviético, iniciou-se um plano para reconstruir Berlim como uma cidade socialista. Nesse mesmo ano, o órgão responsável pela inspeção do *Stadtschloss* ordenou a evacuação e fechamento do edifício. O plano se concretizou definitivamente em 1950, quando do 3º Congresso do Partido Socialista. O secretário-geral e líder do partido, Walter Ulbrich, declarou em seu discurso no congresso: “O centro de nossa capital, o Lustgarten e a área das ruínas do palácio devem se tornar uma grande praça para manifestações, na qual a vontade de nosso povo por luta e por progresso possa encontrar expressão”<sup>80</sup>. Naquele ano o governo decretou a demolição do castelo. Tal tomada de decisão desencadeou uma onda de protestos e indignação tanto no lado ocidental quanto oriental da capital.

---

<sup>80</sup> Retirado da obra de Bodo Rolka e Klaus-Dieter Wille, *Das Berliner Stadtschloss*. Berlim: Haude und Spener, 1987, p.95. (tradução do autor)

Diversos historiadores de arte condenaram a decisão, com destaque para Richard Hamman, à época uma autoridade em arte barroca que foi para a universidade Humboldt da Berlim oriental. Ele argumentava que um monumento arquitetônico tão importante deveria ser preservado, e que a revolução e o socialismo não deveriam ser inimigos de monumentos históricos<sup>81</sup>, citando como exemplos os casos do Louvre em Paris e do Kremlin em Moscou, importantes monumentos que atravessaram fases de revolução e nem por isso tiveram que ser demolidos. Apesar das inúmeras argumentações contra a demolição, o poder público corroborou a decisão de demolir, declarando que o palácio estava muito danificado para ser reconstruído. O prefeito de Berlim à época, Friedrich Ebert, assegurou que a demolição seria a melhor alternativa, pois não era conveniente deixar as ruínas intocadas, uma vez que boa parte do palácio havia sido destruída pelos bombardeios.

Além disso, antes da demolição do *Stadtschloss* pelo governo socialista, não foi pensado um outro uso para as partes remanescentes, nem mesmo que se transportassem as ruínas para outro lugar da cidade. Aquele local no centro berlinense assumiu grande importância para os líderes da República Democrática Alemã e a ruína do antigo castelo deveria dar lugar à sede do governo emergente. A retirada dessas ruínas durou alguns meses e durante a década de 1950 vários projetos para edifícios monumentais foram concebidos e apresentados (FIG. 4.10). Ocorre que o local não recebeu a nova sede do governo durante anos e acabou por se tornar um enorme estacionamento, sempre repleto pelos Trabants, típicos veículos dos proletários alemães da época. Próximo ao rio Spree, a oeste, um edifício de Schinkel permaneceu inutilizado até início da década de 1960, quando foi substituído pelo novo Ministério do Exterior. Outro novo edifício construído naquela década na parte sul foi o Conselho de Estado, sendo que este recebeu em sua fachada o portal barroco de Eosander, única parte do castelo demolido que subsistiu para ser reutilizada. Este exemplar possuía grande significação histórica, pois foi onde Liebkecht proclamou a República Socialista da Alemanha, em novembro de 1918. O estadista também ajudou a fundar o Partido Comunista Alemão (LADD, 1998).

---

<sup>81</sup> Ibid.

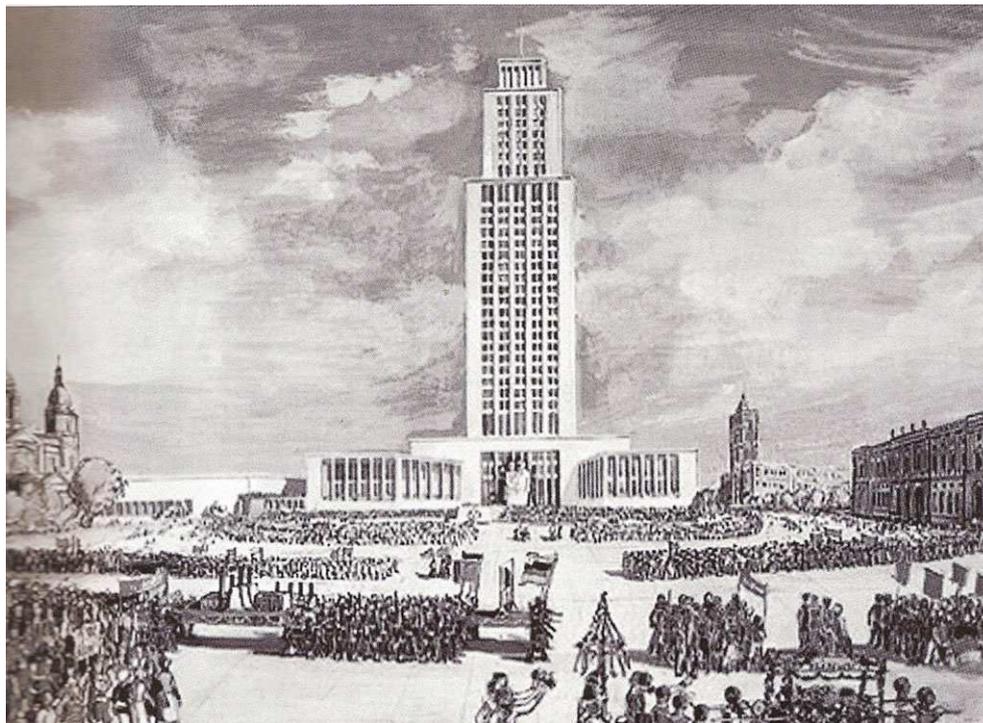


FIGURA 4.10: Projeto para o Palácio da República de 1951  
Projeto elaborado pelo construtor Gerhard Kosel. Fonte: HOLFELDER, 2008, p.23.

### 4.3. O surgimento do Palácio da República

No momento que antecedeu a construção do Palácio da República, o primeiro secretário do Partido Socialista Unificado da Alemanha (*Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*, ou *SED*) era Erick Honecker. Sua política de obras se pautou pelo esforço na construção de moradias, sendo que em 1972 solicitou o estudo para uma edificação de uso misto (*Mehrzweckgebäude*) a ser construída na Praça Marx-Engels (FIG. 4.11). Em março de 1973 o departamento responsável por obras do SED decidiu-se pela construção da nova edificação no terreno do antigo castelo, vindo a se tornar a obra mais proeminente em seu entorno imediato e a sede do governo socialista da Alemanha Oriental (HENNET, 2005). Durante o lançamento da pedra fundamental, Honecker declarou sobre o Palácio:

Este Palácio da República deve ser a casa do povo, um local de deliberações dos responsáveis pelo mais alto órgão de representação dos nossos trabalhadores – e estado dos camponeses, um lugar de importantes conferências e conselhos internacionais. Nossa cultura socialista vai

encontrar aqui também uma casa, bem como a alegria e o companheirismo das pessoas que trabalham.<sup>82</sup>

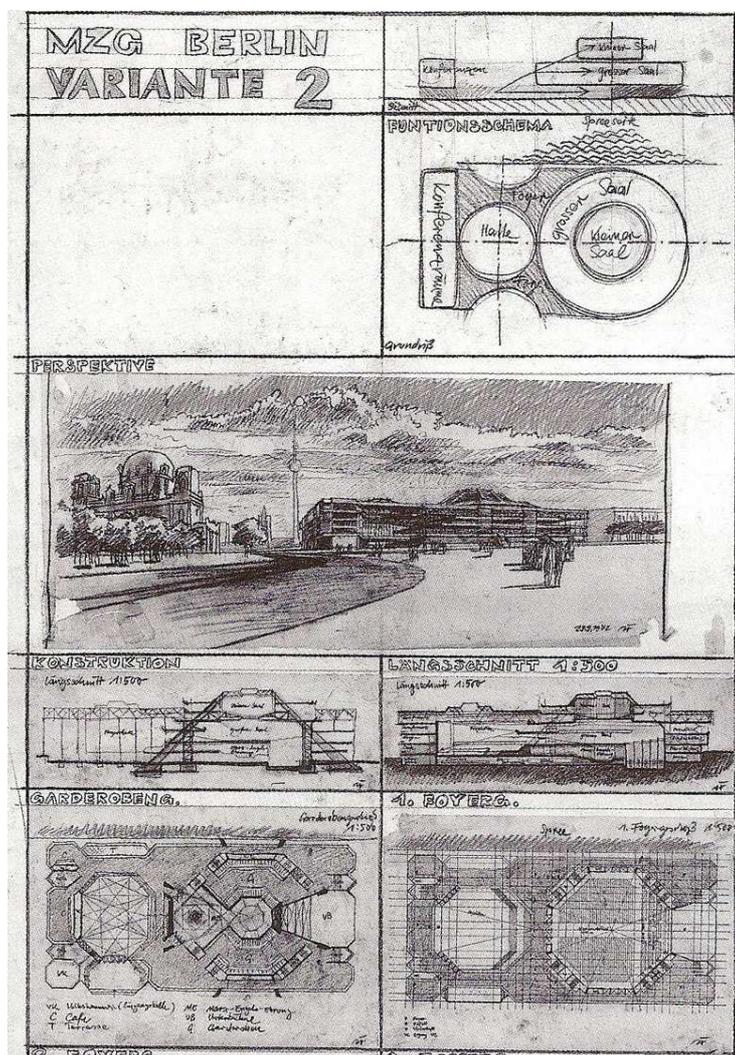


FIGURA 4.11: Um dos estudos para o Palácio da República Elaborado em 1972 por Werner Roesler. Fonte: HOLFELDER, 2008, p.33.

O projeto do Palácio da República (FIG. 4.12) foi desenvolvido por um grupo de profissionais, liderados por Heinz Graffunder. O novo edifício ocupou parte da *Marx-Engels-Platz*, correspondente ao local do *Stadtschloss* que fora demolido. Defronte ao Palácio da República restou uma enorme área livre, que na maior parte do tempo era utilizada como estacionamento. No entorno imediato havia o Conselho de Estado e o Ministério do Exterior. A forma retangular revestida em vidro reflexivo na cor bronze e mármore branco, bem como os elementos metálicos aparentes davam ao edifício o caráter marcante do modernismo internacional – *international style* (FIG. 4.13).

<sup>82</sup> Esta citação do discurso de Honecker encontra-se em: GRAFFUNDER, H; BEERBAUM, M. *Der Palast der Republik*. Leipzig, 1977, p.10, tradução do autor.



FIGURA 4.12: Palácio da República nos anos 1980  
Foto: Lutz Schramm



FIGURA 4.13: Palácio da República, vista a partir da Torre de TV (*Fernsehturm*)  
Foto: Denis Apel

Ladd (1998) aponta ainda que o palácio da República possuía espaços destinados a usos bem variados. O maior destes era o Grande Salão (*Große Saal*), localizado na porção sul da edificação e com capacidade para cinco mil pessoas, onde regularmente ocorriam os congressos do partido socialista (FIG. 4.14). Além disso, este grande salão também foi palco para shows, inclusive de bandas de rock, bem como espetáculos de dança, devido à grande flexibilidade do espaço que proporcionava várias possibilidades

de uso. Havia também um auditório para reuniões do parlamento, além de outras salas de reunião. O edifício também possuía outros espaços para apresentações (FIG. 4.15), performances teatrais, restaurantes, cafés e, inclusive, um local com pistas de boliche.

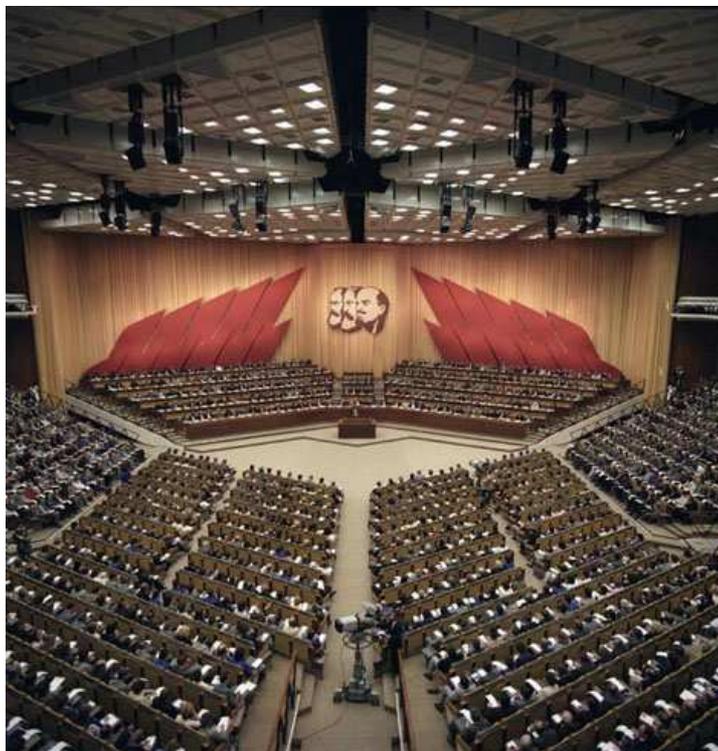


FIGURA 4.14: O Grande Salão (*Der Große Saal*)  
Conferência do Partido Socialista (SED) em 17 de abril de 1986. Fonte: Bundesarchiv



FIGURA 4.15: Evento de dança (*Jugendtanzabend*) no Palácio da República  
Evento realizado em 26 de junho de 1976. Fonte: Bundesarchiv

#### 4.4. O declínio do Palácio da República

O Palácio da República veio a ser alvo de discussões e opiniões diversas no início da década de 1990. Quatro décadas após a decisão pela demolição do *Stadtschloss*, o parlamento votou pela reunificação alemã, resultado da queda do regime socialista. Em relação ao edifício em si, destaque-se que, apenas alguns dias antes dessa votação parlamentar, uma inspeção oficial condenou a estrutura do Palácio da República por contaminação por amianto, determinando seu fechamento ao público e suspensão das atividades ali desenvolvidas<sup>83</sup>. No ano de 1993 foi decidido que o Palácio da República seria demolido, o que acalorou as discussões na capital alemã, a exemplo do que havia ocorrido na década de 1950, quando da demolição do *Stadtschloss*. Opiniões muito contrastantes foram postas em debate. De um lado, aqueles que defendiam a reconstrução do antigo *Stadtschloss*, trazendo de volta a imagem do centro da cidade, que perdurou dos tempos imperiais até meados do século XX. Por outro lado, os opositores a esta solução e defensores do Palácio da República, que clamavam pela sua manutenção na praça, sob o argumento de que era bastante plausível proceder à sua conservação, com vistas a dar-lhe aquele uso intenso e já assimilado pela comunidade dos tempos da Berlim oriental. Naturalmente que nenhum dos grupos se motivava tão somente por uma nostalgia do regime político que cada edificação simbolizava: era inconcebível um retorno ao regime monárquico dos Hohenzollern; da mesma forma, o regime socialista há pouco findo não retornaria à capital alemã naquele momento. O que se denotava representativo era a imagem da praça que se desejava manter, seja remetendo ao passado imperial ou ao passado do socialismo. Havia ainda uma terceira corrente, que defendia a demolição do Palácio da República, mas para em seu lugar erigir uma obra completamente nova, cuja concepção não estivesse presa ao *Stadtschloss* outrora existente.

Ladd (1998) nos mostra que, entre os anos de 1993 e 1994, esteve exposta no interior do Palácio da República uma maquete do *Stadtschloss*, que se pretendia reconstruir. Também foi organizada uma exposição com o objetivo de apresentar à população a história do castelo. A exposição sobre o passado e o futuro do castelo foi organizada e

---

<sup>83</sup> BEUTELSCHMIDT, T.; NOVAK, J. M. *Ein Palast und seine Republik, Ort-Architektur-Programm*. Berlim, 2001, p.45.

financiada por iniciativa de particulares, o que não era usual. Essa exposição atraiu um grande número de visitantes, trazendo um efeito favorável aos defensores da reconstrução do castelo com a fachada barroca, uma vez que o público mostrou-se cada vez mais entusiasmado com a ideia da reconstrução ao ter contato com a história daquela edificação e daquele lugar significativo para Berlim. Também naquele período constatou-se a profusão das mais variadas argumentações em relação ao destino do Palácio da República, seja por aspectos arquitetônicos, pela estética do edifício e sua relação com a praça, pela preservação histórica, pela forma urbana ali já configurada ou até mesmo pelos aspectos relacionados à identidade nacional. Decerto muito foi escrito sobre a questão da inserção urbana e a identidade que estava relacionada ao edifício, bem como seu simbolismo e a importância política ali existente. Estava em discussão não somente a substituição de um monumento, mas também o conflito de ideologias antagônicas que ainda se mostrava presente. Na opinião de muitos, a decisão pela demolição do castelo na década de 1950 havia sido arbitrária e foi interpretada como um duro golpe do regime socialista na trajetória pretérita da capital. Um dos grandes críticos do episódio foi o jornalista Joachim Fest, para quem a decisão de demolir o *Stadtschloss* demonstrava a intenção de criar naquela praça um espaço que denotasse o controle estatal sobre as massas. Fest declarou que à época do conflito ideológico bipolarizado – e a cidade de Berlim foi um exímio exemplo desse contraste – “a demolição do castelo simbolizava a vitória do regime comunista”. Portanto, “a reconstrução significaria tão somente o seu fracasso”<sup>84</sup>. Em outras palavras, a reconstrução do palácio real pôde significar a vitória dos ocidentais na Guerra Fria, na medida em que retirava da capital alemã o grande símbolo do período socialista. Para certos alemães nascidos ou que viveram na República Democrática Alemã (RDA) poderia ser algo positivo, pois o Palácio da República também representava um governo opressor e totalitário.

O Palácio da República, apesar da controvérsia a respeito de seu simbolismo e de sua relação com o regime socialista, não era, afinal, um edifício em escala monumental. Curiosamente a realização da obra contrariou expectativas e vários projetos que presumiram ser ali um lugar propício para uma sede institucional de dimensões

---

<sup>84</sup> FEST, Joachim. *Plädoyer für den Wiederaufbau des Stadtschlosses*. In: *das neue Berlin*. Frankfurt: Insel, 1991, p.118.

grandiosas. Supõe-se até que a atividade governamental ali desenvolvida não seria a mais forte característica do edifício. Com efeito, o Palácio da República foi um local de usufruto intenso dos cidadãos, um verdadeiro bem público que serviu à comunidade. Possuía mais de dez bares e restaurantes, além de áreas de exposição e concertos e inclusive pista de boliche, todos esses serviços a preços acessíveis à maioria dos berlinenses, o que o tornava um lugar atrativo tanto para moradores quanto para turistas (FIG. 4.16 e 4.17).

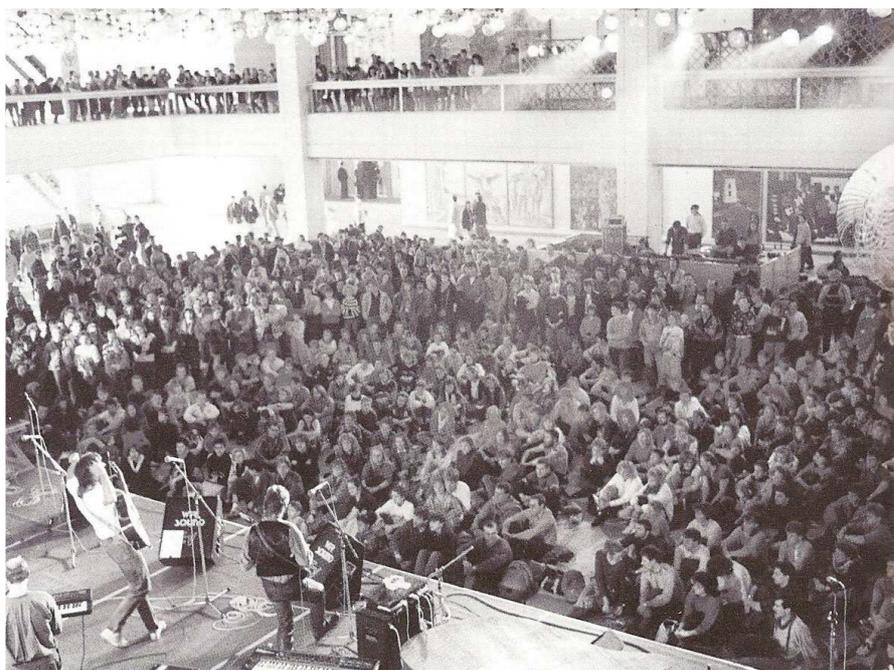


FIGURA 4.16: Festival de música no Palácio da República  
Fonte: HOLFELDER, 2008, p.62.



FIGURA 4.17: Pista de boliche do Palácio da República  
Fonte: HOLFELDER, 2008, p.66.

De acordo com Findeisen (1994), o caráter e o uso da edificação eram motivo de nostalgia para muitos berlinenses que vivenciaram a capital nos anos da cortina de ferro. Tanto que a decisão de demoli-la de 1993 despertou protestos por parte destes moradores, outrora usuários dos serviços disponíveis no Palácio da República. Inclusive, foi oficializada uma petição com assinaturas de muitos berlinenses, lembrando que o edifício chegou até a ser denominado como a “Casa do Povo”. Os alemães provenientes da porção oriental do país afirmavam que o Palácio da República deveria ser tratado como algo muito positivo que remanesceu do regime socialista, logo, deveria ser preservado. Mas havia um grande obstáculo às tentativas de se preservar o edifício, pois era forte o argumento de que a contaminação por amianto comprometia a estrutura de forma irreversível. Novamente deu-se controvérsia sobre um argumento que foi bastante criticado. Os defensores do Palácio da República garantiam que na própria cidade de Berlim havia outros exemplares de edifícios da década de 1970, atacados pela mesma contaminação e que, contudo, não foram condenados e demolidos, permanecendo com seu uso original. Portanto, seria possível, e plausível, a preservação do Palácio da República, até porque a sua demolição seria uma condenável decisão de apagar deliberadamente um capítulo importante da história recente alemã.

Por outro lado, havia aqueles que argumentavam em favor da demolição do Palácio da República. Sua principal motivação estava relacionada ao caráter histórico. Aquele lugar de Berlim, ao longo da avenida *Unter den Linden* e nas proximidades do rio Spree remete à antiga confluência das cidades *Berlin-Cölln*, ocupação que definiu a identidade assumida pela cidade, que viria a ser capital política do Estado alemão. Um dos críticos mais expoentes foi o jornalista Wolf Jobst Siedler, para quem a “mediocridade arquitetônica” do Palácio da República justificaria sua demolição. Seu argumento se baseava na predominância de monumentos arquitetônicos históricos no entorno deste edifício; de fato o Palácio da República contrastava fortemente por ser o único exemplar em estilo moderno, tratando-se apenas dos edifícios institucionais. Pela localização central e forte aspecto histórico relacionado ao lugar, esses críticos consideravam que o Palácio da República não seria representativo da importância histórica da Ilha dos Museus. Certamente, o valor histórico foi tema muito relevante nesse caso particular, uma vez que os defensores da manutenção do Palácio da República argumentavam também que esta edificação servia como testemunho da

evolução da cidade no século XX, um marco singular e representativo de um período importante para a história contemporânea da capital.

Segundo Joachim Fest<sup>85</sup>, ainda em favor da reconstrução do castelo, não deveria ser desconsiderado o fato de que também o *Stadtschloss* havia sido parte relevante do cotidiano dos moradores de Berlim. O antigo palácio também teria sido acessível e usufruído pelos transeuntes, que frequentemente passavam pelos seus jardins internos ao percorrerem aquela região da cidade. Isso revelaria que o castelo também despertava uma simpatia da população e não se dissociava da vida cidadina, mesmo que originalmente tenha sido uma residência real. O autor também aponta que o palácio exerceu papel fundamental de integração das antigas cidades *Berlin-Cölln* num momento histórico crucial para sua constituição. Ademais, certifica que o entorno do palácio foi posteriormente ocupado por inúmeros edifícios das classes menos abastadas, tendo servido como moradia aos cidadãos comuns ou tendo abrigado serviços variados até início do século XX, mais uma vez no intuito de demonstrar que a integração do palácio real ao cotidiano da cidade havia ocorrido de forma natural.

Ladd (1998) aponta ainda que outra discussão relevante estava ligada aos aspectos funcionais da reconstrução. Seria apropriado reconstruir o palácio seguindo de modo fiel todas as características construtivas do original, inclusive o *layout* interno composto pelos salões reais? O consenso por parte de especialistas envolvidos nesse debate é de que tal reconstrução total não deveria ser o objetivo principal da empreitada, uma vez que a busca pela imagem da praça, bem como seu contexto urbano, teria maior relevância. Portanto, a prioridade da reconstrução deveria se pautar no fiel refazimento das fachadas, dando ao espaço interior a melhor configuração de acordo com um novo uso. Um desdobramento que se deu em relação ao tema da imagem da praça e as fachadas do palácio referiu-se à identidade dos alemães de Berlim e sua história recente. Na década de 1990 havia o temor de que uma tentativa de recriar a ambiência histórica daquele local na capital pudesse reforçar um momento negativo, cujo grande marco foi a ascensão do 3º *Reich*. Mas a tentativa de trazer de volta uma parte da tradição alemã, simbolizada pelo palácio real, não corria grandes riscos de se entrelaçar àquele período a que não se desejava atribuir qualquer valor. Com efeito, o

---

<sup>85</sup> Ibid, p.110-111.

*Stadtschloss* não exerceu sobre Hitler grande fascínio ou especial interesse, e isso se comprova pelo fato desta edificação não ter sido utilizada para nenhuma finalidade de maior importância para o *Reich* durante sua supremacia, muito embora fosse localizado numa área central e muito significativa para a cidade. Por outro lado, a própria concepção do castelo estava de fato relacionada a um momento histórico bastante diverso, marcado pelo governo da dinastia dos Hohenzollern, da qual proveio o primeiro imperador alemão, Wilhelm I, soberano à frente do Estado alemão quando de sua unificação. O castelo remeteria, então, mais a esse momento da capital do que a uma fase de grande beligerância na história germânica. Essas motivações se compunham a fundamentar a reconstrução como alternativa coerente com Berlim.

Pretendeu-se apresentar um breve panorama histórico da região mais central de Berlim, especialmente a Ilha dos Museus e a *Schlossplatz*. É um lugar de grande significância para a cidade, pois marca desde os primórdios da formação de Berlim até se consolidar como principal centralidade da capital alemã nos dias atuais. Viu-se que a Ilha dos Museus foi um lugar estratégico antes da unificação de *Berlin* e *Cölln*, que é considerada um marco no surgimento da cidade. Quando do notável crescimento da cidade, no século XV, construiu-se o *Berliner Stadtschloss*, que elevaria o lugar ao *status* de residência real. O castelo permaneceria como principal sede do poder em Berlim até a unificação da Alemanha, ocorrida em 1871.

No início do século XX, período em que houve revoluções em Berlim, o castelo perdeu gradativamente sua importância política, o que resultou na sua subutilização. Muito embora fosse um monumento histórico e artístico, representativo do período imperial; o *Stadtschloss* curiosamente não despertou grande interesse nos nacionais-socialistas, quando de sua ascensão ao poder na década de 1930. Essa peculiaridade na trajetória do *Stadtschloss* pode até ter repercutido no desfecho do debate sobre sua reconstrução, uma vez que não se associou com intensidade a imagem do castelo ao período do nazismo alemão.

Sucedeu-se que após a 2ª Guerra Mundial, quando a cidade foi dividida em diferentes zonas de ocupação, a região do *Schlossplatz* se tornou domínio do regime socialista. Após a controversa decisão de demolir o *Stadtschloss* já parcialmente destruído, a liderança socialista empreendeu a construção de sua sede justamente naquele importante lugar. Com isso, tem-se a partir dos anos 1970 um novo monumento no

centro de Berlim, o Palácio da República. Esse monumento já surgira com grande significância, vindo a se tornar o maior símbolo do poder socialista na República Democrática Alemã. Além disso, tinha a peculiaridade de possuir espaços onde a população local desfrutava das mais diversas atividades de entretenimento, um contraste salutar com a intensa atividade política que lhe era inerente. Desse modo, ao Palácio da República foi atribuído um valor histórico cada vez maior, pois no lugar ocorreram diversos fatos marcantes na trajetória da RDA.



FIGURA 4.18: Manifestação durante a XI Conferência do partido SED, em 1986

Fonte: HOLFELDER, 2008, p.125.

Com o fim do regime socialista, começou-se novamente a discutir o destino daquele lugar no centro berlinense. Vimos que o histórico da *Schlossplatz* é multifacetado e repleto de símbolos para a cidade. Uma vez que o Palácio da República já havia adquirido significância junto à população de Berlim, a decisão por demoli-lo foi alvo de críticas, a exemplo do que ocorrera quando se demoliu o *Berliner Stadtschloss*. O antagonismo entre socialismo e capitalismo é outro fator que estimulou o debate. Seria a demolição do Palácio da República uma forma de eliminar parte da memória do passado socialista na Alemanha? Considera-se também relevante investigar quais motivos foram determinantes para a decisão de se reconstruir o *Stadtschloss*,

refazendo fielmente suas fachadas históricas. No próximo capítulo serão detalhados fatos acerca desse intenso debate sobre a reconstrução do *Stadtschloss*, que se intensificou nos anos 1990 e resultou na controversa decisão de se reconstruir, já no século XXI, um monumento do passado.



FIGURA 4.19: Corte esquemático do Palácio da República  
Câmara do Povo à esquerda, Foyer Principal ao centro e o Grande Salão à direita.  
Fonte: HOLFELDER, 2008, p.118.



FIGURA 4.20: Vista do Palácio da República a partir da ponte *Schlossbrücke*  
Fonte: HOLFELDER, 2008, p.128.

## 5. A RECONSTRUÇÃO DO *BERLINER STADTSCHLOSS*

### 5.1. O início do debate acerca da reconstrução do *Stadtschloss*

Neste capítulo será apresentado de forma detalhada o debate acerca da demolição do Palácio da República, em virtude da decisão de se reconstruir o *Berliner Stadtschloss*. Conforme mencionado anteriormente, esse debate é dos mais importantes no cenário atual da preservação do patrimônio na Alemanha. Tal debate se aprofundou na década de 1990, sendo seu desfecho surpreendente por admitir uma solução que contraria as diretrizes das principais Cartas Patrimoniais do século XX, pois se optou pela reconstrução total de um monumento do passado. Objetiva-se investigar os fatores sociais e políticos que levaram à decisão de demolir o Palácio da República, retirando de Berlim o edifício que foi um grande símbolo da República Democrática Alemã.

Em 1991, em votação do parlamento alemão, ficou decidido que a capital política do país recém-reunificado seria Berlim. O escritor Joachim Fest<sup>86</sup> foi um dos pioneiros, naquela época, a defender veementemente a ideia de se reconstruir o *Berliner Stadtschloss*. Em sua publicação, Fest reconhece que sua posição seria rechaçada pelos especialistas em patrimônio, tendo em vista a inautenticidade material da obra proposta. No entanto, essa postura, segundo Fest, seria um purismo que já vinha perdendo importância. Segundo o autor, “a arquitetura não é somente a arte do engano absoluto [...] mas também a decidida apropriação de obras-primas do passado”. Para reforçar seu argumento, ressalta que a própria decisão pela demolição do *Stadtschloss* em 1950 havia sido controversa, porventura um erro, uma vez que denotava o êxito de um Estado autoritário. Conforme se mencionou anteriormente, a reconstrução do castelo seria o símbolo do fracasso desse sistema.

De fato, o argumento de Joachim Fest ecoou de forma negativa para alguns historiadores, sobretudo aqueles provindos do lado oriental. A historiadora Simone

---

<sup>86</sup> FEST, Joachim. *Plädoyer für den Wiederaufbau des Stadtschlusses*. In: *Das neue Berlin*. Frankfurt: Insel, 1991. Nessa publicação o escritor defende os pontos vista ora apresentados.

Hain<sup>87</sup> contrapôs-se a Fest, primeiramente registrando que a intervenção socialista na praça não teria sido totalmente arbitrária, sendo que uma equipe de arquitetos de Moscou inclusive opinou pela preservação de determinados monumentos no entorno, haja vista que se mantiveram todas as outras edificações históricas da Ilha dos Museus, inclusive a Catedral de Berlim, que fora severamente danificada nos bombardeios de 1945. Contudo, reconhece-se que houve um grande peso político na decisão de se demolir o *Stadtschloss*, o que não deveria, necessariamente justificar a postura de se desfazer do Palácio da República, pois novamente a intervenção era motivada sobremaneira por uma questão política. No futuro talvez se chegaria mais uma vez à conclusão de que ter deixado ocorrer a demolição de um monumento por motivações políticas teria sido um grande erro.

O escritor berlinense Wolf Jobst Siedler publicou um notável texto<sup>88</sup> apoiando a iniciativa de demolir o Palácio da República e reconstruir o *Berliner Stadtschloss*. O fulcro de seu argumento é o que denominou como o “resgate da forma da cidade”<sup>89</sup>, uma vez que o castelo se localizava justamente no meio do centro histórico de Berlim e que, portanto, sem sua presença este centro histórico perderia muito de seu significado. Consequentemente, seria inevitável a demolição do palácio, até porque, segundo Siedler, o Palácio da República:

Seria símbolo de um Estado fragmentado e porque sua mediocridade arquitetônica danifica tudo o que está nas suas proximidades. O Palácio da República está no lugar errado, com a angulação errada e seu volume não é suficiente para se relacionar com a ópera Knobelsdorff, o arsenal Nehring, a universidade Boumann e o museu Schinkel. (SIEDLER, 1991)<sup>90</sup>

Siedler (1991) ainda complementou seu argumento defendendo que a reconstrução do castelo deveria ser encarada como um fato normal, a despeito de que isso fosse considerado uma falsificação do ponto de vista da conservação do patrimônio. A perda do castelo já era fato consumado, sendo sua reconstrução a única solução possível

---

<sup>87</sup> HAIN, S. *Späte Rache an den Barbaren – Entsteht das Berliner Stadtschloss neu?* In: Der Spiegel, n.51, 14 dez. 1992, p. 192-206.

<sup>88</sup> SIEDLER, W. J. *Das Schloss soll wieder her!*. In: Merian Extra Hauptstadt Berlin. Berlim. 13 set. 1991.

<sup>89</sup> “*Rettung der Stadtgestalt*” (tradução do autor)

<sup>90</sup> “... weil er ein Symbol des zerbrochenen Staates gewesen wäre, und nicht einmal, weil seine architektonische Mediokrität alles beschädigt, was in seiner Nähe steht. Der Palast der Republik steht am falschen Ort, mit dem falschen Winkel, und sein Volumen reicht nicht aus, um Knobelsdorffs Oper, Nehrings Zeughaus, Boumanns Universität und Schinkels Museum aneinander zu binden” (tradução do autor)

para “resgatar a cidade como cidade”<sup>91</sup>. Desse modo, dever-se-ia reconstruir o castelo “não de forma triunfal” – como outrora certamente ocorrera, quando da sua construção primeira – “mas com a resignação e o devido sentimento de perda pelo comprometimento em se reconstruí-lo”. Nessa conclusão de Siedler é perceptível uma noção quase paradoxal dessa resignação que o autor apregoa: é como uma mistura da veneração do monumento pretérito e uma tentativa de resgate deste castelo glorioso, mas ao mesmo tempo uma certa culpa, ou o reconhecimento do caráter negativo inerente à intervenção aludida, a reconstrução.

Houve estudiosos que contradisseram o ponto de vista de Siedler sobre a admissibilidade em se reconstruir o *Stadtschloss*. O historiador de arte Tilmann Buddensieg considerava que o castelo possuía três “níveis de significação”, que seriam os valores predominantes de acordo com sua tese: o castelo era a sede da dinastia prussiana, os Hohenzollern; era uma obra de arte significativa e marcava o centro urbano de Berlim. O primeiro nível citado naturalmente não poderia ser recuperado e também o segundo nível não seria passível de se restabelecer. Quanto ao terceiro nível, o que o configuraria seria a volumetria do castelo no seu contexto urbano e sua relação com o entorno imediato, segundo o autor. Portanto, seria desejável a alternativa de se construir uma nova edificação mantendo as proporções originais do castelo. Contudo, a nova obra não deveria necessariamente ser uma cópia do castelo, mas possuir o caráter da arquitetura contemporânea, dando espaço para a manifestação de algum arquiteto do período atual.<sup>92</sup> A posição de Buddensieg foi partilhada pelo historiador Helmut Engel. Em uma publicação no ano de 1991, Engel declara que, a fim de se reconstruir o *Stadtschloss*, seria necessário se reconstruir o arquétipo; só que para atingir tal objetivo, como se o antigo castelo novamente surgisse, inevitavelmente “se incorreria numa falsificação, que leva a um deliberado engano”<sup>93</sup>.

Hennet (2005), por sua vez, pondera que poderia haver um exagero na visão dos autores que defendiam com afincos a autenticidade. Para a autora, a história da Europa poderia até ser vista como a “história das falsificações”; dentre os inúmeros exemplos que se poderiam mencionar, a autora dá destaque para a catedral de Colônia. De fato,

---

<sup>91</sup> “*Die Stadt als Stadt zu retten*” (tradução do autor)

<sup>92</sup> In: *Der Spiegel*, n.51, 14 dez. 1992, p. 200.

<sup>93</sup> ENGEL, Helmut. *Wer kopiert die Meister?* In: *Neue Zeit*, 31 out. 1991.

a monumental obra foi construída, e teve certas partes reconstruídas, durante mais de cinco séculos, a contar do início no século XIII até a derradeira conclusão já no final do século XIX, após registros do projeto original terem sido encontrados. Esse exemplo contradiz um dos principais argumentos a favor da dita autenticidade, que esta se refere sempre a uma determinada época. A catedral de Colônia não deixa de ser um notável exemplar da arquitetura gótica, muito embora sua conclusão tenha ocorrido em fins do século XIX. Ademais, esse fato não lhe retira os valores histórico e estético inerentes à obra.

No que se refere aos conceitos de autenticidade e falsificação, considera-se relevante apresentar as reflexões de Michael Falser (2010)<sup>94</sup>. O autor afirma, com base na teoria elaborada por Cesare Brandi (1966) que tais conceitos, “falsificação” e “autêntico”, não chegariam a ser propriedades inerentes ao próprio objeto, mas estariam ligados ao próprio julgamento do espectador. Segundo este ponto de vista, até mesmo uma obra de reconstrução poderia ser admitida como “verdadeira” (“*echt*”). O problema surgiria se se entendesse uma reconstrução como algo original: “uma falsa identificação faz de uma reconstrução, então, uma falsificação”<sup>95</sup>. O autor complementa o argumento afirmando que toda reconstrução traz, intrinsecamente, a negação intencional de uma decepção, algo que inclusive está presente nas estratégias básicas das atuais reconstruções. A chamada indústria da cultura, patrocinada por empresas de grande poder econômico e financeiro utilizam como recurso apregoar haver a necessidade da sociedade de um retorno à ordem da imagem e da estrutura da cidade por meio da reconstrução. Desta forma, as associações para reconstrução existentes na Alemanha poderiam não mais ser legítimas representantes da iniciativa popular.

No caso do *Stadtschloss*, por exemplo, estabeleceu-se uma associação (*Förderverein Berliner Schloss e. V.*) para a reconstrução do castelo. Ela se responsabilizaria, em princípio, pela execução das fachadas, independentemente de subsídios governamentais. Devido aos altos custos envolvidos na obra, a referida organização se viu forçada a recorrer ao Estado, com vistas a angariar novos recursos que permitissem o prosseguimento dos trabalhos. Naturalmente que a dotação de tal verba proveio de impostos, pagos por todos os cidadãos. Portanto, a questão que surgiu

---

<sup>94</sup> FALSER, M. “*Ausweiterung der Kampfzone*” *Neue Ansprüche an die Denkmalpflege 1960-1980*. In: BUTTLAR, A. et. al. *Denkmalpflege statt Attrappenkult*. Berlin: Birkhäuser Verlag, 2010. p.88-97.

<sup>95</sup> *Ibid.* p.94.

neste caso foi a seguinte: será que todos os cidadãos que, de fato, contribuem para a atual reconstrução do *Stadtschloss* concordam com esta alternativa, ao invés de se investir na tentativa – decerto mais econômica e mais correta, do ponto de vista da sustentabilidade – de reformar o Palácio da República? De acordo com o autor, o que se espera, sobretudo das associações para reconstrução, é que o trabalho de análise esteja sempre orientado ao monumento e sua significação. Mencione-se o grandioso exemplo do Castelo de Heidelberg, analisado no capítulo anterior, cuja reconstrução total foi rejeitada no início do século XX e cuja discussão acerca de seus valores se tornou uma verdadeira aula de preservação, trazendo lições importantes para a teoria do patrimônio. É desejável e necessário que, nos casos atuais, as discussões sobre a possibilidade de reconstruções totais traduzam a visão hodierna deste tipo de intervenção em monumentos, com todos os argumentos possíveis e deixando-se transluzir os anseios dos mais variados segmentos da sociedade, não ocorrendo que somente uma pequena parte desta sociedade sobrepuje todo o restante para atender a interesses específicos.

Ainda sobre o conceito de falsificação, faz-se oportuno apresentar brevemente o que Cesare Brandi (1966) explanou em sua significativa obra que trata da teoria do restauro<sup>96</sup>. Inicialmente, o autor relata que algo só é falso quando considerado como falso e que, portanto, não se poderia “considerar a falsidade como uma propriedade inerente ao objeto”, a exemplo do que fora citado acima em relação ao trabalho de Michael Falser. Brandi utiliza-se do exemplo da produção de moedas para atestar que a falsidade não reside na materialidade do objeto em questão. Segundo o exemplo, se se utiliza da mesma liga usada nas moedas legítimas para produzi-las fora da Casa da Moeda, único órgão oficial incumbido desta tarefa, então essas moedas serão falsas, embora a materialidade possa vir a ser exatamente a mesma das legítimas. Portanto, o conceito de falso está no juízo que se faz do objeto, e não no objeto em si. Dessa constatação surge outro conceito importante e um desdobramento na teoria de Brandi. Objetos idênticos poderiam ser considerados “cópias”, “imitações” ou “falsificações”, sendo que a diferença fundamental entre essas três denominações estaria na intencionalidade de quem produziu. O autor introduz três casos em que se produza um objeto, a saber:

---

<sup>96</sup> BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. p.113-120.

1. produção de um objeto semelhante a, ou reproduzindo um outro objeto; no modo e no estilo de um determinado período histórico ou de determinada personalidade artística, para nenhum outro fim a não ser uma documentação do objeto ou o prazer que dele se quer extrair;
2. produção de um objeto como referido acima, mas com o intento específico de levar outros ao engano a respeito da época, da consistência material ou do autor;
3. [...] difusão do objeto, mesmo que não tenha sido feito com a intenção de levar ao engano, como uma obra autêntica, de época, ou de matéria, ou de fabricação, ou de autores diversos daqueles que dizem respeito ao objeto em si. (BRANDI, 1966)

Diante do que se expôs, considerou-se que o primeiro caso seria cópia ou imitação, dependendo do grau de produção ou do estilo, seja da época ou do autor. O segundo e o terceiro casos são para Brandi “as duas acepções fundamentais do falso”. Objetos produzidos intencionando-se a cópia, a imitação, a contrafação ou falsificação portariam uma historicidade, no caso uma dúplice historicidade e Brandi destaca que certas épocas têm predileção por reproduzir determinado tipo de estilo<sup>97</sup>. Há uma dificuldade para se determinar a existência de uma cópia ou falsificação no caso de um objeto em particular, uma vez que nem sempre é possível determinar a intencionalidade do autor. Brandi denomina esta intenção que precede a produção do objeto como “*animus*”. Este *animus* apontado pelo autor seria determinante em se esclarecer se ao objeto poderia ser atribuído juízo de falso ou não.

Ademais, Brandi esclarece que na época moderna passou-se a consentir com a produção de objetos que se referem a períodos históricos anteriores; desde que se fizesse referência à época sem a intenção de induzir o espectador ao engano, não se poderia atribuir ao objeto o juízo de falso. Contudo, o autor conclui esta reflexão sobre a falsificação considerando que, do ponto de vista técnico, seria difícil atribuir, ao objeto reproduzido, um valor que o dissociasse do conceito de falso. Mesmo que este excerto da obra de Brandi tenha por referência, sobretudo, obras de pintura, ele é importante pelo aprofundamento em relação ao conceito de falsificação. Também é notável quando se estabelece um vínculo entre o conceito em si e a intencionalidade, ou o juízo que se atribui ao objeto. Justamente esta intencionalidade poderia ter assumido um papel de relevância no debate acerca da reconstrução do *Stadtschloss*.

---

<sup>97</sup> Esta predileção vai de encontro ao conceito de *Kunstwollen* elaborado por Alois Riegl. In: *Der moderne Denkmalkultus*, 1903.

Georg Mörsch (1986)<sup>98</sup> analisa em detalhes os aspectos da reconstrução, sendo que, deste trabalho, ater-se-á a algumas definições trazidas pelo autor. No início do texto afirma-se que o monumento depende de sua “substância material”, sendo que a forma e o conteúdo desta matéria estão relacionados ao seu histórico. Para o autor, mesmo que o significado atribuído a um monumento possa sofrer mudança em diferentes épocas – este significado nos remete ao conceito de juízo trazido por Brandi (1966) – seria indispensável ao monumento a manutenção de sua “autêntica substância material”, pois qualquer alteração nesta substância modificaria a própria realidade do monumento. Para o autor, nenhum monumento admitiria um segundo exemplar, sendo que:

uma cópia, uma reconstrução, [...] podem em casos específicos e justificados lembrar o monumento, repetir parcialmente qualidades formais, ser ajuda psicológica para perdas e catástrofes, mas nunca uma alternativa da preservação do patrimônio para a conservação da substância existente. (MÖRSCH, 1986)<sup>99</sup>

A seguir, apresentam-se as definições trazidas por Mörsch. Note-se que algumas definições se aproximam aos conceitos já elaborados por Brandi, como “cópia” e “falsificação”:

*Cópia (Kopie)*: imagem precisa, produzida a partir de um protótipo ainda existente. É conhecida a cópia protegida [...] e a cópia didática [...].

*Reconstrução (Rekonstruktion)*: método científico de exploração de uma fonte para nova produção de coisas perdidas, independentemente do tempo que se passou desde então. Ao contrário da “reconstrução” imediata (*Wiederaufbau*), a reconstrução é muitas vezes executada num grande intervalo de tempo, tornando-se cada vez mais difícil e hipotética, e com uma maior distância emocional. Diferentemente dos rápidos efeitos de uma catástrofe, que praticamente provoca uma pressão pela rápida reconstrução (*Wiederaufbau*), precede a reconstrução frequentemente um prolongado processo de decadência.

*Reconstrução (Wiederaufbau)*: produção de novos monumentos, na maioria das vezes após os efeitos, num curto período de tempo, da destruição advinda de catástrofes como guerra, incêndios e terremotos. Geralmente ocorre por causa da necessidade de reconstrução imediata por parte da população afetada. Muitas vezes – e aqui cabe cautela – ocorre na forma do que fora destruído e com auxílio da pesquisa científica.

*Falsificação (Fälschung)*: fabricação e uso abusivo de cópia deliberadamente enganosa pela produção e (ou) disseminação da cópia por meio da confirmação de que esta seria original

---

<sup>98</sup> MÖRSCH, Georg. *Kopieren in der Denkmalpflege?* In: *Unsere Kunstdenkmäler*, vol.37, n.1, 1986. p.73-86.

<sup>99</sup> BUTTLAR, A. et. al. 2010. p.109 (Tradução do autor)

Imitação (*Imitation*): produção de um novo trabalho em consonância com o existente, para evitar que se o reconheça como novo. A diferença para a cópia é que a imagem concreta não é exatamente imitada.

Complemento (*Ergänzung*): no sentido estrito da preservação, a elaboração de uma parte outrora existente, mas agora faltante, que por razões estéticas, históricas ou funcionais é tida como essencial. Dependendo da localização do complemento pode ser mais ou menos hipotético. É antiga a questão sobre o ajuste preciso do complemento na condição histórica (reconstrução) ou de uma forma mais livre, portanto, reconhecível como complemento. Por outro lado, mas também relevante no sentido da preservação, o complemento é qualquer interferência ou adição num organismo (*Organismus*) artístico existente.

Substituição (*Ersatz*): troca de uma parte danificada ou do todo [...] por meio de uma nova com semelhantes ou idênticas funções, do ponto de vista estético, funcional ou técnico. O novo recebe exatamente a mesma forma da parte substituída (o que de forma alguma deve ser evidente), já que se trata de “meio-cópia”, para fazer o ajuste do original desnecessário; ou se trata de “meio-reconstrução”.<sup>100</sup>

A principal reflexão que se faz em relação ao excerto supracitado é justamente sobre as definições apresentadas para reconstrução. Com efeito, não se elegeu neste trabalho termos que os traduzissem satisfatoriamente, e de maneira a diferenciar os vocábulos *Rekonstruktion* e *Wiederaufbau*. Muito embora esteja se tratando de uma questão semântica, e que porventura se refira a uma diversidade linguística, na qual o idioma português não abarcaria o tema por meio de duas palavras (a exemplo do alemão), considera-se que a diferença nestas significações permite importantes constatações. O ato de reconstrução não deve ser entendido de maneira genérica como a nova feitura de um monumento que fora perdido, pois, como se constata acima, pelo menos uma substancial diferença no lapso da ocorrência dessa perda pode ser identificada. Tratando-se de uma perda gradativa e lenta, ou de um repentino desastre, pode-se admitir que diferentes abordagens teóricas e metodológicas de reconstrução serão tomadas, e seria plausível que se tivesse bem claramente definido que tipo de abordagem a se fazer desde o início do processo. Uma vez que no idioma alemão essa sutil diferença é mais evidente, em virtude de haver dois termos notadamente distintos, porventura no caso brasileiro esta diferença no decurso do tempo que leva à perda de um monumento nem sempre seja considerada com relevância. Ressalte-se também que para o termo *Wiederaufbau* o autor se mostra mais cauteloso, sobretudo pelo imediatismo que lhe é inerente, ao passo que para *Rekonstruktion* denota-se um distanciamento emocional.

---

<sup>100</sup> Ibid. p.109-110 (Tradução do autor)

Portanto, se no caso de uma catástrofe faz-se necessário debater sobre uma imediata reconstrução, deve-se atentar para o componente emocional e evitar que este se torne sobremaneira preponderante em relação a todos os outros aspectos relativos ao monumento. Do mesmo modo, talvez não seja desejável tender a abordar todo tipo de reconstrução como se fosse um *Wiederaufbau*, de modo que seja necessário estabelecer, num primeiro momento, casos que mais estejam assemelhados à referida *Rekonstruktion*.

Em relação ao estudo que ora se apresenta, ressaltamos que, num primeiro momento, houve uma repentina destruição do *Stadtschloss* durante os bombardeios de 1945. Com base nos conceitos apresentados, teríamos naquele momento um exemplo de *Wiederaufbau*, caso a decisão fosse por reconstruir o monumento. Certamente essa possível escolha estaria relacionada ao emocional daquela coletividade, após a derrota na 2ª Guerra Mundial. O rápido restabelecimento de certos monumentos seria uma forma de devolver aos cidadãos a imagem daquela cidade com a qual estiveram sempre relacionados. Conforme vimos no capítulo 2 o exemplo da cidade de Münster, a reconstrução imediata de conjuntos edificados foi uma prática adotada justamente com o objetivo de recuperar a imagem histórica da cidade.

Ocorre que, após a demolição do *Stadtschloss* e construção do Palácio da República, novamente surgiu o debate sobre reconstrução naquele lugar. Contudo, o atual caso poderia ser classificado como *Rekonstruktion*, uma vez que o debate durou muito tempo e envolveu vários setores da sociedade de Berlim. Considera-se que, por ser um debate acerca da *Rekonstruktion*, houve mais espaço para que diferentes argumentos pudessem ser apresentados. Adiante serão apresentados fatos importantes referentes à decisão tomada, pela demolição do Palácio da República, com vistas a compreender os motivos que justificaram essa alternativa.

## **5.2. A intensificação do debate no âmbito político e a decisão de se reconstruir o *Berliner Stadtschloss***

No início do ano de 1992 o debate sobre o destino do Palácio da República ainda estava indefinido. Boa parte da incógnita sobre seu uso era devido à recente reunificação, pois o governo federal já havia decidido que Berlim seria a capital política da nação, sediando o parlamento, ministérios e outros órgãos federais. Naturalmente

que a região da *Schlossplatz* – denominada Praça Marx-Engels no período do socialismo – foi um dos focos dessa discussão, sobretudo pela presença do Palácio da República, à época já subutilizado. Em abril daquele ano houve inclusive uma recomendação do Senado alemão pela manutenção do edifício<sup>101</sup>. A alternativa seria a ampliação de sua área, ocupando parte do terreno que no passado era ocupado pelo castelo (FIG. 5.1). Matthias Lambrecht registra<sup>102</sup> também que em meados daquele ano havia proposições pela substituição do palácio, sendo que ao Senado cabia, principalmente, decidir sobre qual atividade aquele lugar da cidade deveria abrigar. No mesmo artigo é abordada a questão da contaminação da estrutura por amianto. Muito embora fosse forte o argumento de que tal contaminação condenaria a edificação, Lambrecht demonstra que uma porta-voz do governo, Petra Reetz, declarou que o Senado havia manifestado durante três meses daquele ano predileção pela não demolição do Palácio da República, sendo que seria muito menor o custo de reformar o prédio, eliminando a contaminação estrutural por meio da adoção de novos procedimentos químicos.

Hennet (2005) nos mostra que, à época, o parlamento consultou três grandes grupos de investidores, que também eram detentores de conhecimentos técnicos na área de recuperação de edificações com semelhantes patologias. O grupo esclareceu que a contaminação atingia várias partes do edifício, como telhado, paredes e pisos, além de várias áreas técnicas. A conclusão foi que restariam intactas apenas o esqueleto estrutural, a caixa de escadas, o núcleo de concreto e a fundação, no caso de um processo de descontaminação do amianto. Portanto, essa solução demandaria enorme volume de recursos, mesmo em caso de uma demolição parcial do palácio. Com base nessa conclusão, o Senado decidiu, em outubro de 1992, pela demolição do Palácio da República, alegando que seu uso não poderia ser viável do ponto de vista econômico.

---

<sup>101</sup> PAUL, Ulrich. *Pallazo soll bleiben*. In: Berliner Zeitung. 22 abr. 1992.

<sup>102</sup> LAMBRECHT, Matthias. *Asbestsanierung könnte sofort beginnen*. In: Berliner Zeitung. 8 jul. 1992.

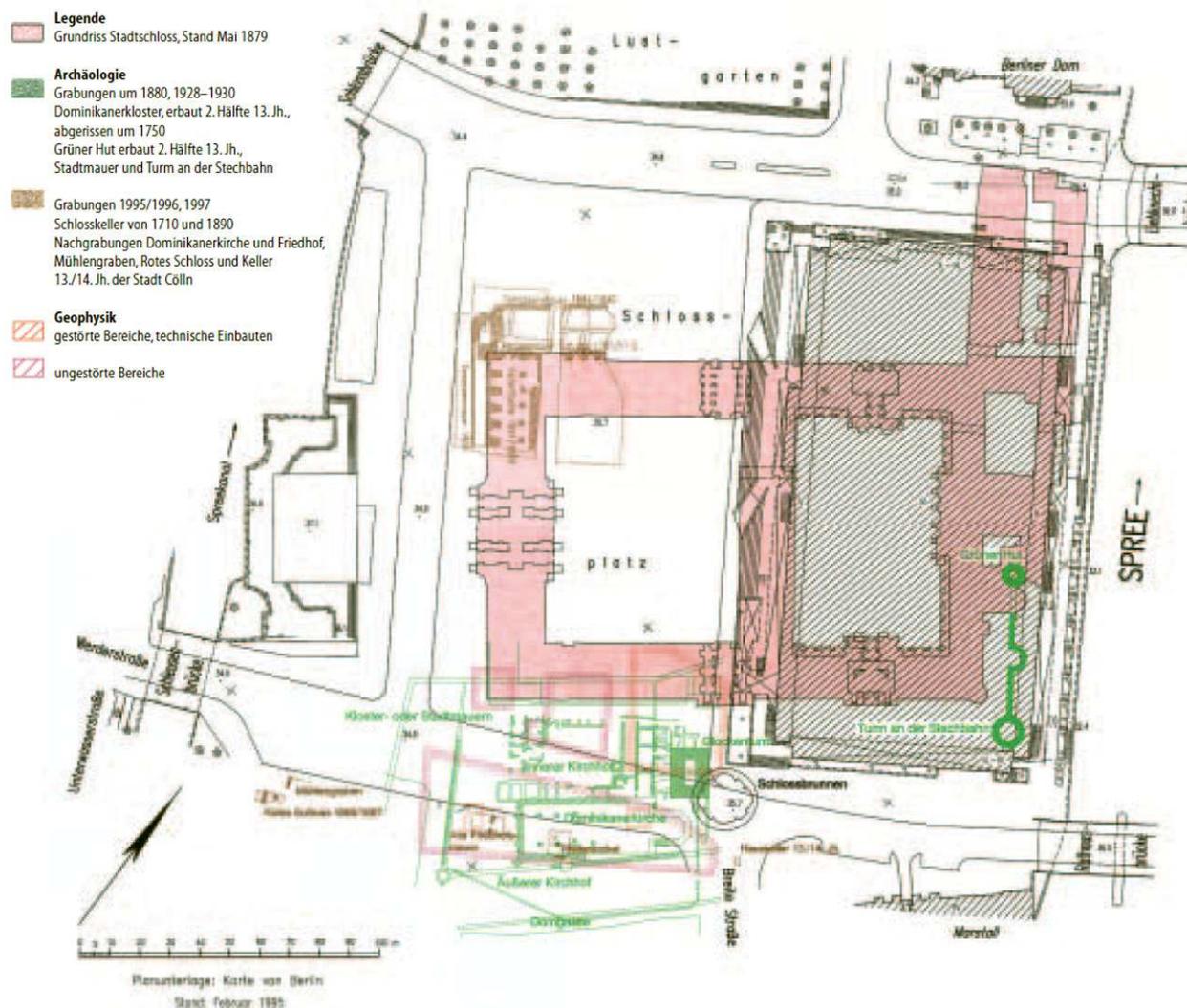


FIGURA 5.1: Sobreposição: planta do *Stadtschloss* e Palácio da República

*Stadtschloss* em vermelho, Palácio da República hachurado em preto e áreas de escavações arqueológicas em verde e marrom. Fonte: BVBW UND SVS. Internationale Expertenkommission "Historische Mitte Berlin". Abschlussbericht, 2002, p.47.

Tão logo foi tomada a decisão pela demolição do Palácio da República, já houve manifestações de insatisfação por parte dos senadores que questionavam se seria aceitável colocar o interesse econômico em primeiro plano, de modo a se desfazer de um edifício significativo para o lado oriental da Alemanha, além de ser uma construção que fora paga por essa população no passado.<sup>103</sup> A decisão desencadeou um embate entre o poder executivo federal e o próprio Senado, bem como entre partidos. Representantes do CDU (União Democrata-Cristã) sugeriram a reconstrução das fachadas do castelo para reverter "a barbárie de Walter Ubricht". Já representantes do SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha) rejeitaram a ideia, declarando um "não

<sup>103</sup> SCHWALDT, Norbert. *Krieg dem Palast, Friede dem Schloss?* In: *Neue Zeit*, n.4. mar. 1991.

ao castelo de Potemkin”<sup>104</sup>. No fim do ano de 1992 foi formado pelo Senado um comitê, denominado “Berlim 2000”, cujo objetivo era discutir a transição da capital federal de Bonn para Berlim. Após meses de debate, inclusive tendo se votado pela manutenção do Palácio da República, o comitê decidiu, em março de 1993, pela sua demolição, em virtude da impossibilidade de dar-lhe novo uso por “razões urbanísticas, funcionais e econômicas”. Naquele lugar da *Schlossplatz* deveria surgir um novo edifício que abrigasse um centro de convenções e uma grande biblioteca pública. Para sua construção o comitê sugeriu que atendesse “à exata forma do conjunto da *Spreeinsel*”. Percebe-se que todo o debate acerca da manutenção/demolição do Palácio da República ocorreu num momento político muito marcante e decisivo para a Alemanha. O grande significado simbólico e histórico da *Schlossplatz* (outrora Praça Marx-Engels) foi o pano de fundo para a difícil escolha que culminou na demolição do monumento moderno. Ao que parece, todo o debate visava não somente à edificação em sim, mas a todo o conjunto e a significação do *Berliner Stadtschloss*.

Nesse aspecto pode-se considerar uma conduta que esteve presente em outras cidades alemãs e até mesmo em outros países europeus em meados do século XX, ao se lidar com centros históricos. Citemos como exemplo as cidades alemãs de Münster, Lübeck e Dresden; além da cidade polonesa de Varsóvia, cujas edificações mais significativas de seus centros históricos foram reconstruídas. Ao comentar a reconstrução de Varsóvia, o historiador Konstanty Kalinowski (1978)<sup>105</sup> relata uma forte dualidade em relação ao monumento a ser trabalhada: por um lado o “desejo”, suscitado pela reconstrução; por outro lado a realidade, representada pelo sentimento de perda que a falta do monumento desperta. Em casos de reconstrução estaria em jogo o restabelecimento de uma “dimensão existencial” fundamental para a comunidade, sendo esse restabelecimento a principal justificativa para a reconstrução.

---

<sup>104</sup> MÜNTER, Christian. *SPD: Nein zu “potemkinschen” Stadtschloss*. In: Berliner Morgenpost, n. 8. Dez. 1992.

<sup>105</sup> BUTTLAR, A. et. al. 2010. p.37.

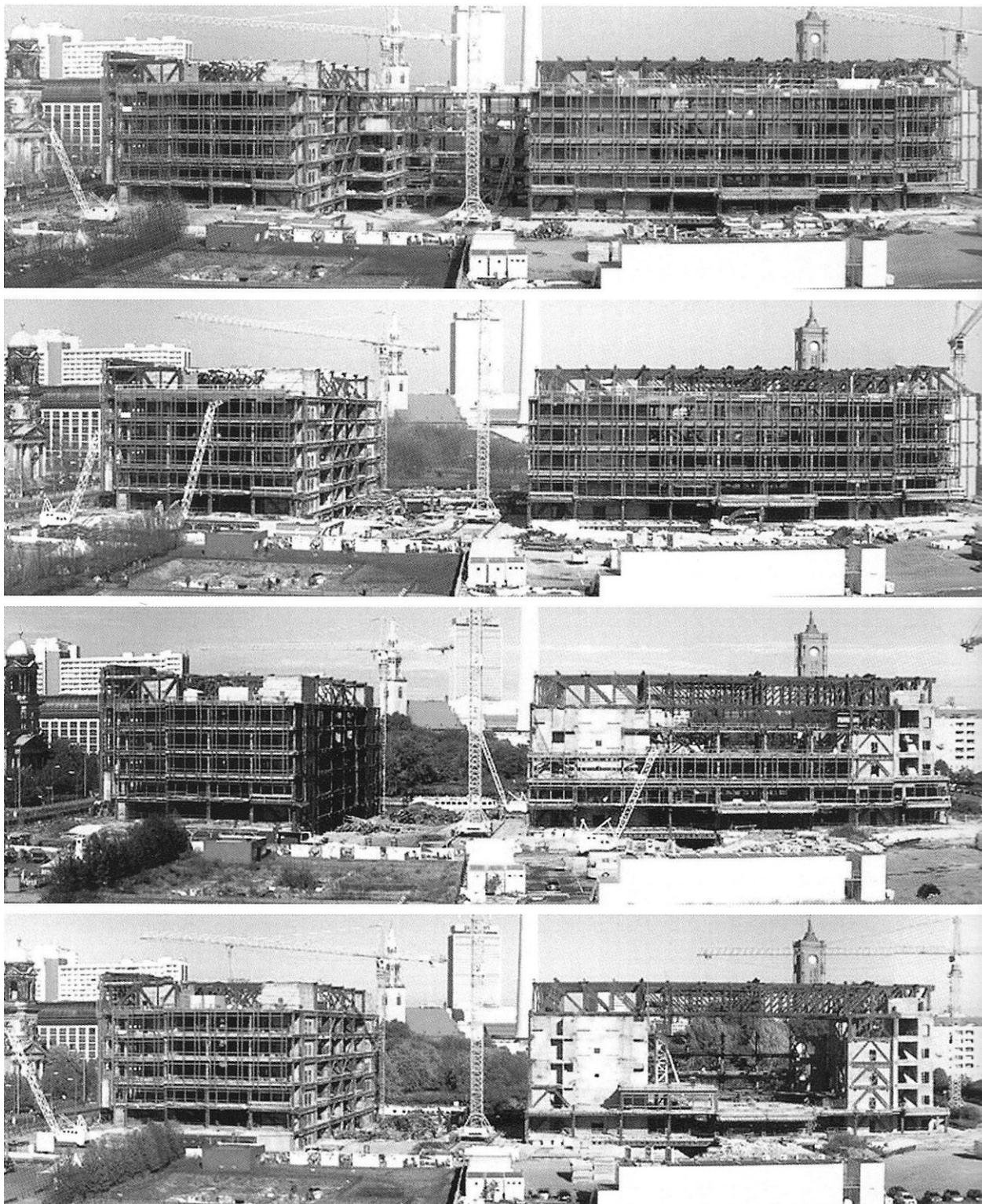


FIGURA 5.2: Demolição do Palácio da República em 2006  
Fonte: HOLFELDER, 2008, p.104.

A reconstrução seria admissível caso houvesse grande quantidade de registros documentais do monumento, suficientes para embasar seu fiel refazimento. Também se considera que a reconstrução é possível somente quando o monumento é de grande significação histórica para a nação. Neste aspecto cabe mencionar que o

*Stadtschloss* sem dúvida marca a história do próprio país. Entretanto, a principal crítica que se faz a tal justificativa é que reconstruir o monumento não restabelece seu histórico, que seria algo único e irrecuperável, quando o monumento é destruído. Por fim, o autor pondera que a reconstrução deve considerar possíveis novos usos para a edificação, em consonância com as demandas atuais. De fato, discutiu-se sobre isso no caso do *Stadtschloss* e previu-se dar-lhe novos usos coerentes com a população berlinense, ainda que no Palácio da República o uso intenso pelos habitantes locais já fosse uma realidade antes da decisão por demoli-lo.

### 5.3. As repercussões da decisão em favor da reconstrução

Em março de 1993 cerca de dez mil cidadãos se organizaram, motivados pelo PDS (Partido do Socialismo Democrático)<sup>106</sup>, para entregar um abaixo-assinado ao Senado Federal como forma de protestar contra o que denominaram “a ditadura da demolição de Bonn”<sup>107</sup>. Além desta iniciativa, outras organizações se mobilizaram a fim de defender a preservação do Palácio da República. Dentre as iniciativas, merece destaque uma organização popular denominada *Pro-Palast*, da qual faziam parte inúmeros cidadãos berlinenses que se encontravam frequentemente dentro do Palácio da República. No ano de 1996 foi fundado um grupo, *Verein zur Erhaltung des Palastes der Republik*, por Lieselotte Schulz, com o mesmo objetivo de conscientizar e mobilizar cidadãos na luta pela preservação do monumento, numa tentativa de reverter a decisão pela sua demolição (HENNET, 2005). Ainda no ano de 1993 foi organizado um grupo de especialistas e estudiosos das áreas de arquitetura, planejamento urbano, artes e política, tanto do leste quanto do oeste alemão, a fim de evitar a demolição e dar àquele local uma destinação que fosse democrática. O professor de planejamento Max Welch Guerra, à época docente da Universidade Técnica de Berlim, declarou sobre a decisão de se demolir o palácio:

Não se trata do amianto, a demolição também não é uma expressão da falta de traquejo, mas uma questão política, uma questão de identidade. O

---

<sup>106</sup> BEUTELSCHMIDT, Thomas; NOVAK, Julia M. *Ein Palast und seine Republik, Ort-Architektur-Programm*. Berlim. 2001. p.238.

<sup>107</sup> “*Abrissdiktat aus Bonn*” (tradução do autor)

planejamento urbano está sendo usado para exercer um revanchismo político. (GUERRA, 1993)<sup>108</sup>

O grupo intitulado “Iniciativa da Ilha Spree em Berlim” (*Spreeinselinitiative Berlin*) criticou, sobretudo, a falta de um simpósio que deveria ter sido realizado na capital, com vistas a discutir o destino do palácio, uma oportunidade para que a decisão fosse ao menos discutida e não tomada arbitrariamente pelos governantes, segundo o movimento. Durante meses outras organizações surgiram – *Linke Ecke, Pro Palast, Komitee für Gerechtigkeit, Initiative Spreeinsel* – e cada vez mais pessoas aderiram à causa da manutenção do monumento, atingindo um número de assinaturas superior a cinquenta mil<sup>109</sup>. No entanto, Holl (1994)<sup>110</sup> nos mostra que as manifestações não foram suficientes para reverter a decisão de se demolir o palácio, apesar de ter havido um adiamento do início destes trabalhos para o ano de 1995 sob alegação de que faltavam recursos para iniciar a demolição ainda em 1993. Ocorre que em 1994 se iniciaria uma nova legislatura, e chegou-se a cogitar que o adiamento poderia propiciar uma nova rodada de votações ainda sobre o tema da contaminação por amianto.

Em setembro de 1995 foi realizada uma reunião do comitê alemão do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), para o qual foi solicitada uma avaliação detalhada das características do palácio. A historiadora de arte Gabi Doff-Bonekämper, à época diretora do órgão de patrimônio de Berlim, explanou em uma apresentação que o Palácio da República preenchia todos os requisitos para merecer ser protegido pelo patrimônio alemão, do ponto de vista histórico. Entretanto, a decisão tomada se baseava em interesses políticos e da própria sociedade. Pessoas que haviam trabalhado no Congresso e no centro cultural do palácio apelaram à UNESCO inclusive, para que se posicionasse em favor da sua preservação, contudo sem sucesso. Por outro lado, defensores da reconstrução do *Stadtschloss* também se mobilizavam na viabilização na obra, tanto que naquele mesmo ano Wilhelm von Boddien, um dos mais significativos defensores da reconstrução, reuniu-se com o chanceler alemão, Helmut Kohl, a fim de informá-lo sobre detalhes do castelo a ser reconstruído. Durante esse encontro tratou-se das finanças e dos conceitos de uso da

---

<sup>108</sup> “*Es geht nicht um Asbest, der Abriss ist auch kein Ausdruck von Tolpatschigkeit, er ist eine politische Frage, eine Frage der Identität. Die Stadtplanung wird benutzt, um politischen Revanchismus auszuüben*”, extraído de: Neues Deutschland, 8 abr. 1993. (tradução do autor)

<sup>109</sup> BRANDT, Rainer. *Schlossräume contra Palast*. In: Junge Welt, 26 jun. 1993.

<sup>110</sup> HOLL, Thomas. *Koalitionskonflikt um Ergalt des Palastes*. In: Neue Zeit, 12 mar. 1994.

nova edificação, sendo que Kohl solicitou que qualquer decisão não acarretasse novas demandas de verbas públicas<sup>111</sup>. Em menor número havia ainda aqueles que defendiam a demolição do palácio, porém, com a construção de uma obra totalmente nova. Mas como demonstrado por uma pesquisa apresentada no jornal *Berliner Morgenpost* em junho de 1995, esta parcela da população atingia somente cerca de 4% dos berlinenses (HENNET, 2005). Todos esses dados demonstram que o Palácio da República havia se tornado, sobretudo, o símbolo da inconstância e da indefinição pela qual estava tomada a sociedade alemã naquele momento histórico importante por que o país passava.

A discussão voltou a ganhar destaque durante a campanha pelas eleições parlamentares que ocorreu em 1998. Representantes dos dois principais partidos alemães, SPD e CDU, vieram publicamente reafirmar sua posição em defesa da reconstrução do *Stadtschloss*. Embora divergentes nas plataformas de governo, ambos demonstraram claramente o interesse de ter o monumento reconstruído como símbolo da nação reunificada. O então candidato a chanceler pelo SPD, Gerhard Schröder, declarou que a presença do castelo no centro histórico de Berlim era desejo de toda a sociedade<sup>112</sup>. Nesse mesmo ano foi organizada uma exposição comemorativa pelo 555º aniversário da construção do *Berliner Stadtschloss*, na qual foram expostos fatos importantes da história do monumento até sua destruição parcial em 1945 e demolição em 1950. No início de seu mandato como chanceler alemão, Schröder declarou em uma entrevista concedida em fevereiro de 1999 ser favorável à reconstrução total do *Stadtschloss*, sendo que “apenas a fachada não bastaria”. Embora tal declaração tenha sido bem recebida pela maioria no Senado, o senador Strieder, envolvido com a pasta de desenvolvimento urbano, se mostrou contrário às declarações do Chanceler, uma vez que a cidade não carecia de mais um museu e que tal reconstrução não era acertada do ponto de vista financeiro. Segundo ele, a Alemanha “deveria construir de forma republicana, e não monárquica”<sup>113</sup>.

Tendo em vista os vultosos custos envolvidos na reconstrução total do castelo, considerável parcela dos alemães se mostrou contrária à posição de Schröder. Em

---

<sup>111</sup> SCHUOELIUS, Gunnar. *Nicht teurer als ein Neubau, Boddies Schloßpläne: ein Finanzmodell für den Kanzler*. In: *Berliner Morgenpost*, 01 fev. 1995.

<sup>112</sup> SCHRÖDER, G. *Mehrheit ist für das Stadtschloss*. In: *Berliner Morgenpost*, 28 ago. 1998.

<sup>113</sup> “*Die Republik baut nicht monarchisch*” In: *Berliner Zeitung*, 8 fev. 1999.

uma pesquisa realizada pelo instituto Forsa-Studie encomendada pelo jornal *Hamburger Zeitung*, 54% dos entrevistados se mostraram contrários à completa reconstrução e 23% disseram apoiá-la. Ainda no fim da década de 1990, outro acontecimento importante que se relacionava com a questão da reconstrução foi a organização de um encontro com investidores a fim de delinear quais eram suas impressões sobre o tema. O grande avanço desse evento foi o surgimento da iniciativa em se criar uma comissão de especialistas, a cargo da qual estaria analisar os possíveis usos do local, identificar potencialidades econômicas, propor soluções arquitetônicas e de planejamento urbano para a região da praça. Tal comissão, denominada *Historische Mitte Berlin*, foi recebida de forma positiva pela opinião pública, tendo sido considerada como um notável avanço na discussão sobre a reconstrução do *Stadtschloss*.

A referida comissão – *Historische Mitte Berlin* – foi formada por especialistas em planejamento urbano e arquitetura, inclusive com experiência internacional. Tendo como premissa o fato de que a reconstrução do castelo se tornaria realidade num futuro próximo, a missão da comissão se delineou principalmente da elaboração de diretrizes arquitetônicas e urbanísticas para a nova conformação do entorno imediato do castelo. Proposições deveriam ser feitas em relação ao uso do castelo, de como a obra poderia ser financiada e qual deveria ser o partido arquitetônico de obras a serem edificadas nos arredores do castelo futuramente <sup>114</sup>. Dentre os principais membros da comissão havia políticos, arquitetos, historiadores, críticos de arquitetura, membros do Instituto de Arquitetos, do Conselho de Patrimônio Histórico, do Instituto para História e Teoria da Arquitetura, da Fundação para Preservação do Patrimônio de Berlim, ministros de estado e senadores. Tal listagem ilustra que se pretendeu dar à comissão um caráter interdisciplinar e assegurar que o resultado final de seus trabalhos trouxesse contribuições significativas de diferentes setores da sociedade.

Os integrantes da comissão realizaram análises do lugar com base em sua área de atuação, sendo que a comissão se reunia para discutir propostas específicas e obter resultados a partir das diferentes análises. Numa de suas primeiras sugestões de uso para a praça, foi considerado pela comissão que o *Stadtschloss* abrigasse um museu,

---

<sup>114</sup> BUNDESMINISTERIUM FÜR VERKEHR, BAU- UND WOHNUNGSWESEN UND SENATS-VERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG. *Der Berliner Schlossplatz, Internationale Expertenkommission "Historische Mitte Berlin"*. Berlim, 2000. p.6. Disponível em: <<http://www.bmvbs.de>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

o que não ocuparia toda sua área. Além do uso de museu, poderia haver uma biblioteca pública junto ao museu e também uma área reservada para gastronomia, o que estimularia o uso noturno do local. Também se considerou que nas proximidades poderia haver edifícios residenciais. Em abril de 2001 foi realizada, no edifício da Prefeitura de Berlim, a primeira audiência pública para se discutir as sugestões de uso propostas pela comissão. Para a referida audiência foram convidados quatorze representantes de diferentes grupos da sociedade civil. Destaque desta audiência foi a ideia de que o museu pudesse se tornar uma referência em Berlim e atrair grande público internacional. Para tanto, o reitor da Universidade Humboldt, Jürgen Mlyněk, declarou que a vasta coleção de objetos da universidade estaria disponível para realização de diferentes exposições temáticas, de modo que o museu seria também o primeiro museu de história da ciência na Alemanha (BVBW, 2002). Também houve, por parte da iniciativa *Pro-Palast*, favorável à preservação do Palácio da República, a sugestão de que se desenvolvesse algum tipo de atividade cultural em pelo menos alguma parte da edificação livre da contaminação por amianto. A vantagem seria ter tal uso disponível num prazo menor do que o da reconstrução e, além disso, conseguir manter ao menos uma parte da edificação como registro da memória do Palácio da República. Houve também críticas ao modelo proposto de transformar o castelo num centro cultural, afirmando-se que esta solução, recorrente em reabilitação de áreas urbanas em várias partes do mundo, seria uma forma de se elitizar o espaço.<sup>115</sup>

Ocorre que tais críticas foram prontamente rebatidas por membros da própria comissão. Justificou-se que era inconcebível reconstruir o *Stadtschloss* em detalhes tal qual este fora originalmente, pois obviamente tal uso não seria cabível atualmente. O uso museológico proposto seria uma forma de adaptar a edificação à época contemporânea e também dar-lhe possibilidade de receber novos usos no futuro, que não necessariamente o de museu. Também foi apresentado na audiência o modelo de financiamento que seria adotado para a reconstrução. Em linhas gerais haveria parte de dotação orçamentária proveniente de recursos do governo federal, mas também abertura para contribuição dos próprios cidadãos que tivessem interesse. Ao fim da audiência, houve evolução na questão do uso e do tratamento que se pretendia para a Praça Marx-Engels (*Schlossplatz*), sendo que a possibilidade de manter o palácio foi praticamente descartada desde o início das apresentações. Em entrevista ao jornal

---

<sup>115</sup> LAUTENSCHLÄGER, Rolf. *Elitäre Modelle für die Mitte*. In: Die Tageszeitung, 19 abr. 2001.

*Neuen Deutschland*, em abril de 2001, o arquiteto Wolf R. Eisentraut declarou que seria favorável a uma continuidade do Palácio da República. Contudo, na sua opinião o que mais tinha valor era o “espírito” (*Geist*) daquele lugar, que na verdade era resultado do intenso uso dos habitantes locais. Para o arquiteto, não importava, acima de tudo, qual edificação prevaleceria para permanecer no lugar, mas era sobremaneira importante se esforçar em resgatar aquele “espírito” das décadas passadas, em outras palavras: “independentemente da forma a ser construída, precisava-se de um consenso social para o local”.

Nas reuniões que se seguiram, a comissão passou a discutir mais a relação da edificação e seu entorno – a *Schlossplatz* – tendo em vista que o uso já havia sido bastante debatido. Numa das reuniões foi ponderado que a manutenção de parte do Palácio da República aliado à reconstrução parcial do *Stadtschloss* traria mais problemas do que soluções, e que essa ideia deveria ser abandonada. Também foi novamente abordada a solução que poderia vir a ser a construção de uma nova obra. Contudo, a comissão se mostrou mais adepta à solução que reconstruía as fachadas históricas do castelo, pois acreditava que isso reconstituía o ambiente histórico da praça <sup>116</sup>. Em sua 11ª reunião a comissão detalhou os custos das intervenções, que totalizariam 670 milhões de euros para todas as obras. O custo total da reconstrução do *Stadtschloss* foi estimado em € 358 milhões, sendo que deste montante cerca de € 80 milhões seriam gastos somente na reconstrução das fachadas históricas <sup>117</sup>.

No ano de 2002, a comissão internacional publicou um Relatório Final (*Asbshlussbericht*) com as conclusões das análises e suas proposições para a área do castelo e a praça. Primeiramente para o uso foi sugerido que se criasse o que se denominou Humboldt-Forum, composto de três principais usos, a saber: a Fundação da Cultura Prussiana; a coleção museológica da Universidade Humboldt e da Biblioteca Nacional; o estabelecimento de uma “Ágora” do século XXI, focada em atividades culturais e científicas. Esta ágora deveria proporcionar um espaço para apresentações de teatro, música, dança, filmes e também uma área de gastronomia. Para a estética do lugar, a comissão sugeriu que futuras construções a oeste, norte e sul da praça seguissem o estilo das antigas existentes. O castelo deveria ser reconstruído com as

---

<sup>116</sup> INTERNATIONALE EXPERTENKOMMISSION “HISTORISCHE MITTE BERLIN”. *Abschlussbericht*. 2002. p.18.

<sup>117</sup> HENNET, 2005. p.131

fachadas em estilo barroco, da mesma forma no pátio interior. O principal argumento para justificar a opção pela reconstrução do castelo, segundo a comissão, foi o que se denominou estrutura urbanística do entorno. Segundo o relatório, em todo aquele ambiente da Praça Marx-Engels já predominava arquitetura com traços do renascimento até a época dos eleitores. Deste modo, a comissão considerava impraticável manter o Palácio da República ou mesmo reconstruí-lo, por considerar mais importante restabelecer a unidade formal do conjunto outrora existente. Para o financiamento de toda a obra, cujo custo total fora estimado em € 670 milhões, a comissão sugeriu que se adotasse o sistema de parceria público-privada, sendo que o governo poderia realizar concorrências abertas a interessados dentro e fora da Alemanha (INTERNATIONALE EXPERTENKOMMISSION “HISTORISCHE MITTE BERLIN”, 2002).

A autora Anna-Inés Hennet (2005) ainda aponta para uma importante mudança de posicionamento frente à aceitação da reconstrução, aqui exemplificada pelas declarações de integrantes da comissão internacional, como Helmut Engel. Durante a fase mais aguda das discussões acerca da demolição do Palácio da República, em 1992, Engel, que trabalhava no órgão de preservação de Berlim, declarou com veemência sua posição em defesa daquele monumento, que a seu ver deveria ser salvaguardado pelo Estado. Em texto publicado para a revista *Foyer* uma década mais tarde, a posição de Engel se mostra bastante contrastante em relação às intervenções:

Não pode o castelo ser reduzido à sua fachada externa, nem é perceptível em algumas manifestações que o Palácio da República tenha concedido uma sobrevida arquitetônica pela manutenção de sua fachada ao longo da margem do Spree. [...] Quando a história – literalmente – precisa ser evidenciada, deve ser a reprodução uma imagem exata do arquétipo, senão surgem nos piores casos o *Kitsch* e a falsificação.<sup>118</sup>

O arquiteto e crítico de arquitetura Josef Paul Kleihues também se declarou favorável à reconstrução, mesmo tendo admitido posicionamentos diversos ao longo dos anos neste caso específico. Por fim considerou a reconstrução como manifestação de

---

<sup>118</sup> ENGEL, Helmut. *Konstruktive Ehrlichkeit, wir dürfen das Schloss nicht auf die Außenfassade reduzieren*. In: *Foyer*. 02 abr. 2002. p.34. “Weder das Schloss kann auf seine Außenfassade reduziert werden, noch ist die in manchen Äußerungen spürbare Großzügigkeit zulässig, dem Palast der Republik durch Beibehalten seiner Fassade entlang des Spreeufers ein bauliches Überleben zuzugestehen. [...] Wenn Geschichte – im Wortsinn – sinfällig gemacht werden soll, muß die Reproduktion ein exaktes Abbild des Urbildes sein, sonst entstehen im schlimmsten Falle sogar Kitsch und Fälschungen” (Tradução do autor)

graditão às contribuições históricas de figuras como Andreas Schlüter, Friedrich Wilhelm IV e Karl Friedrich Schinkel. O pesquisador Goerd Peschken também declarou não ser, em princípio, favorável à ideia de reconstrução do *Stadtschloss*. No entanto, já no início dos anos 2000, considerava ser a forma do castelo um componente importante no contexto da praça. Para Peschken, a população não compreenderia adequadamente uma tentativa “moderna” de representar a cúpula, pois “somente a imagem não bastaria”. Sendo assim, a reconstrução atingiria este anseio da população. Hennet nos mostra que, no campo político também houve uma gradativa mudança relacionada à aceitação da demolição do Palácio da República e, conseqüentemente, a presença do castelo em seu lugar. Embora os partidos com maior representação defendessem a prevalência do *Stadtschloss* desde o início do debate, chegou-se a cogitar a possibilidade de demolir apenas parte do palácio, integrando a parte conservada ao castelo a ser reconstruído. Ocorre que, em 1999, uma coalizão entre SPD e CDU já assumiu a nova construção do *Stadtschloss*. A população berlinense também foi consultada sobre a destinação para a Praça Marx-Engels (*Schlossplatz*). Notório o fato de que, em favor da preservação do Palácio da República estavam 64% dos entrevistados no ano de 1991, sendo que esse percentual caiu gradativamente até atingir, no ano de 2000, 29%, sendo que apenas no ano seguinte caiu este percentual para 17%. Analisando-se apenas os berlinenses do leste, o percentual em 1991 era de 78% pela preservação do Palácio da República, caindo para 29% em 2001. Por outro lado, quando inquiridos sobre a reconstrução do *Stadtschloss*, 11% dos berlinenses se disseram a favor no ano de 1991, sendo que este percentual atingiu 35% em 1993. Já as opiniões sobre a construção de uma nova edificação, que não fosse a reconstrução do castelo e nem a manutenção do palácio, se mostraram as seguintes: 23% da população era a favor desta ideia em 1993, tendo o percentual caído para 9% em 2001<sup>119</sup>. Tais números também ilustram uma gradual mudança de opinião da população local ao longo de uma década de discussão, em direção a uma maior aceitação da solução representada pela reconstrução.

O parlamento alemão se reuniu em julho 2002 a fim de receber as propostas da comissão *Historische Mitte Berlin* e o então ministro da cultura Julian Nida-Rümelin ficou encarregado de conduzir os trabalhos. No mês anterior, os maiores partidos,

---

<sup>119</sup> HENNET, 2005. p.141.

como SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha), CDU/CSU (União Democrata-Cristã) e FDP (Partido Democrático Liberal), haviam se reunido e definido duas alternativas a serem debatidas: a alternativa A previa a reconstrução das fachadas barrocas externas, bem como aquelas voltadas para o pátio do castelo; já a alternativa B previa a organização de um concurso para eleger um projeto que mantivesse as proporções do castelo, mas propusesse uma solução estética para as fachadas, que poderia ser contemporânea. Conforme publicação do jornal *Tagesspiegel* naquele ano, essa indefinição que perdurava há anos era reflexo da própria falta de um senso comum na cultura de unificação alemã<sup>120</sup>. É ainda notório um comentário feito naquela época pelo arquiteto e pesquisador Goerd Peschken, que foi membro da comissão *Historische Mitte Berlin*, a saber:

Não ouvi quase nenhum argumento inteligente contra a reconstrução. O mais estúpido foi que, para produzir este contraste entre o antigo e o novo, por assim dizer, estaríamos moralmente obrigados a construir algo novo. Absolutamente não há obrigação moral, na arte não há moral, na arte vale apenas o que é bom. E o bom antigo é tão bom quanto o bom novo. E digo isso como grande admirador do moderno. (PESCHKEN, 2002)<sup>121</sup>

No dia 4 de julho daquele ano foi realizada uma votação parlamentar histórica que ratificou as recomendações elaboradas pela comissão. Dos 589 votantes, 384 (65,2%) foram a favor de aceitar as recomendações da comissão; 133 (22,6%) votaram a favor da alternativa B; houve 63 votos (10,7%) contra as duas alternativas e seis se abstiveram<sup>122</sup>.

Uma vez que a reconstrução foi confirmada pela votação parlamentar e que se previu uma parceria público-privada para financiar o projeto, fez-se necessária uma grande captação de recursos advindos da iniciativa privada. Mencione-se aqui uma iniciativa que visa cativar cidadãos alemães a fim de que fizessem doações para a reconstrução. A associação *Förderverein Berliner Schloss e.V.*<sup>123</sup> (Associação dos Amigos do *Berliner Schloss*) possui *site* na internet com inúmeras informações a

<sup>120</sup> ZAJONZ, Michael. *Der Ruinenbaumeister streit mit den Nostalgikern*. In: Der Tagesspiegel. 01 jul. 2002.

<sup>121</sup> “*Ich habe fast kein intelligentes Argument gegen die Rekonstruktion gehört. Das dümmste war, diesen Gegensatz von Alt und Neu herzustellen, zu sagen, wir wären moralisch verpflichtet, etwas Neues zu bauen. Man ist moralisch zu überhaupt nichts verpflichtet, in der Kunst gibt es keine Moral, in der Kunst gilt nur, was gut ist. Und das alte Gute ist genauso gut wie das neue Gute. Und das sage ich als großer Verehrer der Moderne*”

<sup>122</sup> Disponível em <[http://www.rbb-online.de/stadt\\_land/dossiers/stadtschloss/berliner\\_stadtschloss0.html](http://www.rbb-online.de/stadt_land/dossiers/stadtschloss/berliner_stadtschloss0.html)> Acesso em: 20 mar. 2013.

<sup>123</sup> Disponível em: <<http://berliner-schloss.de/der-verein/foerderer>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

respeito do castelo, seu histórico desde os tempos imperiais até o período do Palácio da República, chegando até o recente debate sobre a reconstrução do próprio castelo. Também há diversas imagens que simulam como será a Schlossplatz após a reconstrução do castelo (FIG. 5.3 a 5.6). O *site* também tem um histórico de fatos marcantes na atual discussão sobre a demolição do Palácio da República, apresentando alguns argumentos contrários e em favor da intervenção.<sup>124</sup>

Além disso, há uma seção que apresenta resultados de pesquisas de opinião feitas no decorrer dos últimos anos com objetivo de demonstrar a aceitação da população em relação à reconstrução do castelo.



FIGURA 5.3: Perspectivas do *Berliner Stadtschloss* a ser reconstruído

Disponível em: <<http://berliner-schloss.de/aktuelle-infos/wo-stehen-wir-heute-der-sachstand>>  
Acesso em: 04 abr. 2013

<sup>124</sup> Dentre os argumentos favoráveis, a Associação mostrou que: o *Stadtschloss* devolveria a qualidade arquitetônica da praça no centro de Berlim, já que o Palácio da República seria um edifício solitário com forma distoante do conjunto. Exemplares da arquitetura modernista em Berlim existem em outros locais da cidade, sendo que o Palácio não precisaria ser mantido como remanescente desse movimento. Isso porque o lugar onde se inseriu possui um caráter histórico e uma relação com a memória da cidade que deveria ser resgatada. Várias outras cidades tiveram que lançar mão da reconstrução para resgatar a imagem de seus centros históricos, sendo que essa também poderia ser a solução de Berlim. Apenas a reconstrução do castelo devolveria ao conjunto da Ilha dos Museus sua grandiosidade arquitetônica, pois o conjunto configuraria a ambiência que historicamente deu valor ao lugar. No *site* faz-se menção inclusive ao projeto vencedor de Sir Norman Foster para a cúpula do *Reichstag*, alegando-se que se trata de um refazimento da cúpula original, ainda que feita com materiais novos; resultado que poderia ter sido obtido a custos menores, sem a necessidade de um concurso.

Por outro lado, apresentam-se também argumentos contrários: um deles afirma que a linguagem arquitetônica da sociedade atual deveria ser contemporânea, e que reconstruir uma obra em estilo antigo representaria atraso e retrocesso. Uma obra pública deveria ter bem definidos seu uso e seus custos, sendo que no castelo reconstruído não poderiam se realizar todas as atividades previstas, além dos altos custos serem um exagero; tampouco a edificação seria capaz de trazer de volta a *Aura* do passado que se perdeu. O castelo reconstruído seria uma falsificação, do ponto de vista estético, uma solução "*Disneylândia*". Por fim, o Palácio da República possuía uma história rica e se tornou símbolo da RDA, além de ser uma edificação com grande aceitação pelos cidadãos da RDA, que o transformou num monumento. Era injusto tentar remediar as feridas pela demolição do *Berliner Stadtschloss* com a demolição de outro monumento, o Palácio da República. Disponível em: <<http://berliner-schloss.de/die-schlossdebatte>>. Acesso em: 10 abr. 2013



FIGURA 5.4: Fotomontagens do entorno do *Stadtschloss* previsão para 2018

Disponível em: <<http://berliner-schloss.de/neues.schloss.humboldt-forum/neue-bilder-berlin-2018>>  
Acesso em: 04 abr. 2013



FIGURA 5.5: Fotomontagens do entorno do *Stadtschloss* previsão para 2018

Disponível em: <<http://berliner-schloss.de/neues.schloss.humboldt-forum/neue-bilder-berlin-2018>>  
Acesso em: 04 abr. 2013



FIGURA 5.6: Perspectivas das fachadas do *Stadtschloss*, previsão para 2018

Disponível em: <<http://berliner-schloss.de/neues.schloss.humboldt-forum/neue-bilder-berlin-2018>>  
Acesso em: 04 abr. 2013



aqueles contrários a ela. Um desses aspectos foi a questão da “autenticidade”<sup>125</sup> do bem, considerada um atributo fundamental do monumento. Este aspecto asseguraria que aquele monumento é, de fato, portador do valor histórico, um atributo único e que se perderia no momento em que um monumento é destruído, sendo, portanto, irrecuperável. Mencione-se a querela entre Alois Riegl e Georg Dehio acerca da reconstrução do Castelo de Heidelberg no início do século XX (vide capítulo 3). Naquele momento, a questão da autenticidade foi discutida com intensidade pelos historiadores de arte. Apesar das diferenças de abordagem dos dois autores, viu-se que ambos defendiam a manutenção das ruínas do castelo, partes representativas do monumento original, ainda que fossem ruínas. Predominava naquele período uma posição contrária à introdução excessiva de novos materiais no monumento, de modo que o trabalho de reconstrução foi interrompido e não mais retomado. Ocorre que a 2ª Guerra Mundial defrontou várias cidades alemãs com uma realidade antes inimaginável. Nenhuma teoria até então elaborada poderia abarcar o fato de se ter que lidar com a perda de grande número de edificações praticamente de forma simultânea. Chegou-se ao ponto de nem ser viável considerar a preservação de ruínas, pois a causa da perda não era apenas um evento pontual que atingisse o bem cultural, mas sucessivos ataques a complexos de monumentos.

O ímpeto de reconstrução total foi uma realidade experimentada tanto no leste quanto no oeste de Berlim. Ocorre que, na parte oriental da cidade dividida, as intervenções foram feitas num ritmo mais lento do que do lado ocidental, haja vista o processo de reconstrução de outros monumentos na própria Ilha dos Museus, que se estendeu por vários anos, como no caso do *Altes Museum*, da *Alte Nationalgalerie* e da Catedral de Berlim. Entretanto, isso não indicava uma maior tendência em se preservar os monumentos no lado oriental. Da mesma forma que no ocidente, o governo da RDA demonstrou flexibilidade em preservar aquilo que subsistira à destruição da guerra, sendo que diferentes monumentos foram reconstruídos total ou parcialmente.

Contudo, o debate sobre o Palácio da República ocorreu num outro momento, após a reunificação do país e o declínio do socialismo na República Democrática Alemanha.

---

<sup>125</sup> Sobre a discussão acerca dos conceitos “autenticidade” e “falsificação”, ver o texto de Michael Falser em que são apresentadas suas considerações sobre o tema. Também são mostrados trechos escritos por outros autores, como Cesare Brandi, Walter Benjamin, Georg Mörsch e Umberto Eco, dissertando sobre esse mesmo tema. In: BUTTLAR, *et al*, 2010, p.88-133.

Para parte da sociedade berlinense, a demolição do Palácio da República soava como a tentativa de eliminar o período do socialismo da história da cidade, uma vez que este edifício era um dos símbolos mais significativos daquele governo. O mais coerente, na visão dos defensores do Palácio da República, seria preservar o monumento existente, autêntico e portador de um valor histórico. Esse tema foi amplamente discutido no parlamento alemão, sendo que houve polarização de partidos alinhados em favor do Palácio da República – em geral os de esquerda – e partidos que defendiam sua demolição e a reconstrução do *Berliner Stadtschloss*, cujo destaque foi o líder do PSD (Partido Social Democrata). Dentre os defensores da reconstrução que mais se destacaram, cite-se Siedler, Fest e Boddien. Esses teóricos argumentaram que a autenticidade não se figurava como realidade incontestável em diversos monumentos por toda a Europa, alguns existentes nas proximidades do Palácio da República, na própria Ilha dos Museus, conforme mostrado anteriormente. Houve também significativos casos de reconstrução em diferentes partes da Europa, sendo alguns dos exemplos mais conhecidos: o campanário da Praça São Marcos em Veneza; o entorno da Notre-Dame de Paris e a *Goetheshaus* em Frankfurt. Para esses críticos, a inautenticidade, ainda que admissível, também poderia ser a realidade do *Stadtschloss*.

Contudo, não se deve perder de vista que a aceitação da reconstrução pode representar um retrocesso na discussão sobre o patrimônio. Um determinado monumento histórico é reconhecido como tal devido a valores atribuídos a ele ao longo de sua trajetória. Substituir esse monumento por um novo exemplar idêntico poderia influenciar negativamente na noção de patrimônio como um todo. Atribuir os mesmos valores a um monumento reconstruído poderia ser considerado uma banalização dos valores ou dos conceitos de patrimônio que anteriormente justificaram elevar dada edificação à categoria de monumento histórico. Considerando-se uma sociedade atual que notadamente descarta sem dificuldade toda sorte de objetos, chega a ser preocupante inferir que até mesmo obras representativas do passado poderiam ser substituídas por reconstruções arbitrárias. Faz-se tal ressalva pela constatação de que se aceita reconstruir monumentos em determinados contextos – como foi o caso do *Berliner Stadtschloss* – e que essa não é uma exclusividade da sociedade alemã. Além disso, há considerável aceitação de diferentes setores da sociedade local em casos de reconstrução, como também pôde ser exemplificado neste trabalho.

De qualquer forma, é imprescindível que a discussão sobre tal intervenção esgote todas as demais possibilidades e que esteja sempre compreensível para todos os atores envolvidos que a atitude de reconstruir um monumento não o resgata na sua completude. A perda é um aspecto inerente do debate sobre reconstrução, de modo que estará presente no novo monumento reconstruído durante toda sua nova historiografia. Também pode ser considerado que tal solução invalida a história do monumento, como na implacável síntese sobre o tema que Georg Mörsch nos traz:

Reconstrução destrói. Ela leva a crer numa disponibilidade, na qual nós impulsionamos as fronteiras. Ela anula a relação entre pessoas e monumentos, porque denuncia sua preciosidade por meio de sua aparente repetibilidade. Ela priva o monumento de sua existência histórica e sua justificação, que nós sempre compreendemos apenas de modo imperfeito, e reduz isso de uma roupagem gasta para um novo edifício, que não sabe se vestir de modo diferente. E, principalmente, está por trás toda a fina nostalgia, um *pathos* vazio, táticas eleitorais e uma deturpação histórica. Por isso, a reconstrução não é permitida! (MÖRSCH, 1998)<sup>126</sup>

Entretanto, deve-se considerar também a grande quantidade de atores interessados na reconstrução do *Stadtschloss*. O monumento possuía grande valor histórico, por ter estado presente em acontecimentos notórios de Berlim. Ainda assim se percebe o caráter contraditório na sua reconstrução, pois o novo monumento não seria capaz de restituir a completude do primeiro, algo que Walter Benjamin<sup>127</sup> descreve primorosamente como o “aqui e o agora” (*das Hier und Jetzt*), aquilo que define sua “autenticidade”, sua “aura”. É possível que as motivações de tantos alemães se assemelhem às mesmas daqueles cidadãos que presenciaram a devastação de suas cidades na 2ª Guerra Mundial. Eles pretenderam, com a reconstrução de monumentos e outras obras, restabelecer, ao menos, a imagem de suas cidades. Sobretudo se esforçaram em recuperar os lugares mais simbólicos e importantes na vida cidadina: os centros históricos, as praças de mercado ou as igrejas. No caso do *Stadtschloss*, a tentativa que se faz é justamente restabelecer a imagem do conjunto no centro em

---

<sup>126</sup> In: BUTTLAR, A. et. al. 2010. p.41. “Rekonstruktion zerstört. Sie gaukelt Verfügbarkeit vor, wo wir da existentielle Grenzen stoßen. Sie lost die Beziehung zwischen Menschen und Denkmal auf, weil sie die Kostbarkeit des Denkmals durch seine scheinbare Wiederholbarkeit denunziert. Sie beraubt das Denkmal seiner geschichtlichen Existenz und Begründung, die wir immer nur unvollkommen begreifen, und reduziert es auf das fadenscheinige Gewand für einen Neubau, der sich anders nicht zu kleiden weiß. Und meistens steht hinter allem dünne Nostalgie, hohles Pathos, Wahltaktik und Geschichtsklitterung. Deshalb ist Rekonstruktion nicht erlaubt!” (tradução do autor)

<sup>127</sup> BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2012, p.19-23.

Berlim, especificamente a Ilha dos Museus. O conjunto ali edificado está intimamente ligado à memória daquela sociedade. Por outro lado, essa tentativa tem um aspecto condenável: sendo também o Palácio da República um monumento, talvez o mais representativo do período socialista na Alemanha, demoli-lo seria uma clara manifestação da intenção de se eliminar essa memória cidade. Teria sido mais determinante nessa decisão realmente a vontade de restabelecer a imagem histórica da Ilha dos Museus – como foi argumento de muitos – ou a vontade de apagar as reminiscências do socialismo teria sido o maior impulso para a escolha dessa intervenção?



FIGURA 5.8: Palácio da República em 2005

Instalação do artista plástico norueguês Lars Ramberg, para o projeto intitulado “*Palast des Zweifels*” (Palácio da Dúvida). Foto: Jan Hoffmann

No debate sobre o Castelo de Heidelberg, o aspecto primordial em jogo teria sido justamente a identidade nacional daquela uma sociedade, sobretudo pelo período histórico vivido naquele momento, levando a uma decisão concordante com as atuais diretrizes de intervenção no patrimônio. Já a escolha feita um século após em Berlim –

que vai contra um importante período histórico de parte do país – reflete uma atual contradição nos valores da sociedade alemã, que foi marcada pela divisão do pós-guerra e se encontra num processo de difícil integração “pós-reunificação”.

Compreender a reconstrução é um esforço complexo e que não se esgota somente na obra reedificada, pois na reconstrução estão imbricados os mais diversos valores de uma determinada comunidade. Além disso, a reconstrução reflete as escolhas que a sociedade faz, definindo aquilo que lhe servirá como referência histórica para as futuras gerações. Considera-se muito importante compreender e discutir amplamente este tema também no Brasil, pois na reconstrução está a tentativa de resgate de valores, bem como sua reafirmação, sendo que esses mesmos valores serão base para o desenvolvimento contínuo e a constituição da identidade de uma sociedade, tanto em nível local, quanto regional ou nacional.

## 6. CONCLUSÃO

O estudo da reconstrução de monumentos tendo por base a realidade alemã é um campo amplo e também muito peculiar. Como pôde ser constatado, o histórico daquele país foi marcado por grandes conflitos ao longo dos séculos. A destruição trazida pelas guerras de maior proporção – como a Guerra dos Trinta Anos, a Sucessão do Palatinado e as duas Guerras Mundiais do século XX – sistematicamente provocou perdas de monumentos importantes para aquela sociedade. Portanto, a prática da reconstrução de monumentos não esteve restrita a um período histórico recente, mas se fez presente na Alemanha há alguns séculos. O exemplo da Catedral de Speyer é representativo do esforço empreendido naquele país a fim de restabelecer um monumento a sua condição pretérita, mesmo num período em que ainda não havia uma legislação específica para o patrimônio.

Foi constatado que, na historiografia do patrimônio na Alemanha, houve tentativas pioneiras no sentido de salvaguardar monumentos, como as primeiras ordens oficiais de proteção do patrimônio surgidas no sul do país no final do século XVIII. Houve também a iniciativa individual de certos atores, que exerceram grande influência na fundamentação da teoria do patrimônio na Alemanha. Um exemplo foi o arquiteto Karl Friedrich Schinkel, cuja carreira se destacou pelos projetos arquitetônicos que desenvolveu e também pela atuação no sentido de preservar monumentos. Schinkel elaborou conceitos muito avançados para sua época, como a possibilidade de dar viabilidade econômica a um monumento, evitando assim sua destruição, e a alternativa de dar novos usos a edifícios com valor histórico, garantindo que assim não caíssem no desuso e se degradassem continuamente, até sua perda definitiva.

Apesar das iniciativas de salvaguardar o patrimônio que permeiam o histórico da Alemanha, o país testemunhou a perda de inúmeros monumentos. Como foi mostrado, grandes guerras dos séculos passados provocaram destruições, além de outros fatores diversos, como incêndios e tempestades. Ocorre que, em geral, as perdas eram pontuais e não atingiam um grande número de edifícios. Uma grande inflexão ocorreu com a 2ª Guerra Mundial, quando muitas cidades alemãs foram bombardeadas e muitas edificações foram destruídas quase simultaneamente. Isso trouxe uma nova

demanda para a teoria do patrimônio, sobre como se deveria lidar com a grande perda abrupta de monumentos significativos.

Abordou-se neste trabalho, primeiramente, uma importante discussão sobre preservação ocorrida antes das devastações provocadas pela 2ª Guerra Mundial. Trata-se do debate em Heidelberg, que foi motivado pelos planos de se reconstruir todo o complexo do Castelo de Heidelberg. Nesse debate se destacaram dois atores essenciais na formação da teoria do patrimônio na Alemanha, que foram Georg Dehio e Alois Riegl. No debate, ocorrido em Heidelberg na virada do século XIX para o século XX, foi abordada com intensidade a questão da reconstrução.

O alemão Georg Dehio publicou um discurso entusiasmado, no qual enaltecia as qualidades do Castelo de Heidelberg, tanto do ponto de vista histórico quanto arquitetônico. Naquele momento, a Alemanha ainda era um Estado recém-unificado. Constataram-se no discurso de Dehio traços de um nacionalismo emergente, pois a exaltação dos aspectos culturais daquele povo convergia com a necessidade de desenvolver a identidade nacional alemã. Desse modo, Dehio identificou na ruína do castelo traços da cultura e da qualidade construtiva dos povos germânicos, sendo que se posicionou radicalmente contra a reconstrução proposta.

Alois Riegl, por outro lado, possuía uma experiência contrastante com a de Dehio. O historiador de arte austríaco passou boa parte de sua carreira na capital Viena, que à época já era uma cidade multicultural. Riegl desenvolveu uma teoria que, até os dias atuais, é aclamada pelos especialistas em patrimônio. Em “*O Culto Moderno dos Monumentos*”, o autor estabeleceu uma sistema de valores que poderiam ser atribuídos aos monumentos. Os estudos de Riegl nos permitem estabelecer associações com as noções de monumento e cultura, na medida em que cada cultura atribui certos valores a um determinado edifício ou obra de arte. Além disso, o inédito conceito “desejo de arte” (*Kunstwollen*) elaborado pelo autor auxilia a compreender como em diferentes períodos históricos se dá ênfase a diferentes valores numa mesma sociedade. Em relação ao Castelo de Heidelberg, constatou-se que Riegl, a exemplo de Dehio, também foi contra a reconstrução do complexo. Contudo, suas motivações não eram as mesmas. Para Riegl, não se tratava de enaltecer a cultura de um povo, mas o castelo era um monumento notório do próprio fazer humano, merecendo por essa razão ser preservado.

Nessa primeira etapa do trabalho, foi visto que no emblemático debate sobre a reconstrução em Heidelberg houve um consenso entre os protagonistas. Ambos os teóricos refutaram a intervenção, de modo que o governo local abandonou os planos de reconstruir o restante do castelo. Essa posição prenunciou aquilo que seria tendência nas Cartas Patrimoniais a serem publicadas ao longo do século XX. Pois, como mostrado, é comum que suas diretrizes não aconselhem o procedimento da reconstrução de monumentos, sobretudo nos casos de reconstrução total.

Na segunda etapa do trabalho foi analisada a trajetória do palácio real no centro de Berlim, o *Berliner Stadtschloss*, até sua demolição para o surgimento do Palácio da República. Constatou-se, inicialmente, que o lugar em questão é de grande importância histórica para a cidade. Trata-se da chamada Ilha dos Museus (*Museuminsel*), um lugar que possui diversos monumentos históricos e que esteve relacionado com a história da cidade desde a época de sua fundação, ainda no século XV. O *Stadtschloss* foi construído para servir de residência aos governantes de Brandemburgo, até meados do século XIX. Com a unificação da Alemanha em 1871 e a instauração do 1º *Reich*, o *Stadtschloss* começou a entrar em decadência, situação que se estendeu até a instauração da República de Weimar em 1918. Com a ascensão dos nacional-socialistas na década de 1930, o edifício continuou subutilizado. Por isso constatou-se que o monumento não foi associado ao período do nazismo alemão, o que pode ter influenciado na futura decisão de se reconstruí-lo, já no fim do século XX.

O *Berliner Stadtschloss* foi parcialmente destruído em 1945, permanecendo em ruínas até que fosse totalmente demolido pelo governo da República Democrática Alemã em 1950. A decisão de demolir o *Stadtschloss* foi muito criticada à época e o terreno permaneceu desocupado até a década de 1970, quando foi desenvolvido o projeto de uma nova edificação para o lugar. Entre 1973 e 1976 foi construído o Palácio da República, que seria a nova sede do governo socialista da RDA. Em relação ao Palácio da República, foi visto que, apesar de ser um edifício institucional de intensa atividade política, também propiciava diversos usos para a população berlinense em geral. O local, que chegou a ser chamado de “Casa do Povo”, possuía bares, restaurantes, espaços para realização de exposições, bailes e shows de música, até mesmo uma pista de boliche. Dessa forma, o monumento se tornou cada vez mais importante para a população local.

Como foi visto adiante, a Alemanha passou por outra grande transformação política no fim da década de 1980, com a queda do socialismo e reunificação do país. Essa transformação política também provocou o declínio do Palácio da República, uma vez que ele deixou de ser a sede do governo federal, perdendo sua função precípua. Novamente foi iniciado um debate em Berlim, dessa vez para se decidir o destino do Palácio da República.

Após uma intensa disputa parlamentar, finalmente decidiu-se pela demolição do Palácio da República, com a surpreendente decisão de se reconstruir o *Berliner Stadtschloss*, inclusive com refazimento de suas fachadas históricas. A decisão revelou o desdobramento de uma disputa política interna na Alemanha, que envolveu os provenientes da Alemanha capitalista contra aqueles da Alemanha socialista. Foi visto também, por meio de pesquisas de opinião, que boa parte da população de Berlim rejeitava a demolição do Palácio da República no início do debate, mas esse quadro foi se invertendo ao longo da década de 1990. Além disso, setores da sociedade civil se organizaram para apresentar argumentos que justificassem a reconstrução do *Stadtschloss*, com intuito de influenciar a opinião pública e também angariar doações para as obras, tendo em vista que parte do investimento deveria ser privada.

Embora houvesse muitos argumentos justificando que a reconstrução do *Stadtschloss* teria o objetivo de devolver à região da Ilha dos Museus sua imagem histórica, considera-se que foi realmente determinante a motivação política para essa decisão. A demolição do Palácio da República poderia ser uma tentativa de eliminar um período histórico importante da memória de Berlim, a fase do socialismo. Outra constatação foi a de que tal decisão contrariou as diretrizes de várias das Cartas Patrimoniais publicadas no século XX, que são uma boa referência internacional no que se refere à teoria do patrimônio. Mais surpreendente foi constatar que, um século antes parte da mesma sociedade alemã se posicionou contra uma reconstrução, o que estaria de acordo com as atuais diretrizes das referidas Cartas. No caso do Palácio da República, já próximo ao século XXI, a decisão foi o contrário. Isso reforça a tese de que o aspecto político teve grande peso no desfecho, e não somente aspectos históricos e culturais.

Com esta contribuição, espera-se que no Brasil haja cada vez mais debates envolvendo possíveis reconstruções, de modo que a população esteja mais consciente a respeito dos motivos que levam monumentos a serem reconstruídos. Além disso, é desejável que as questões envolvidas em cada caso estejam acessíveis a toda a

comunidade interessada, que o máximo possível de informações esteja presente no debate e que nossos conceitos referentes à reconstrução se enriqueçam gradativamente com o passar do tempo. Espera-se que este trabalho seja estímulo para o debate das reconstruções brasileiras, envolvendo todos os atores interessados.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Valores do patrimônio cultural: uma análise do processo de tombamento do conjunto IAPI em Belo Horizonte/MG**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2009.
- AUSTRALIA ICOMOS. **Assessing Social Values: Communities and Experts**. Australian Heritage Commission, 1996.
- \_\_\_\_\_. **The Burra Charter**. The Australia ICOMOS Chartes for Places of Cultural Significance. 1999.
- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2012.
- BODENSCHATZ, Harald. **Berlin urban design: a brief history**. Berlim: Dom Publishers, 2010.
- BOITO, Camillo. **Os restauradores**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- BRANDT, Sigrid; MEIER, Hans-Rudolf. **Stadtbild und Denkmalpflege: Konstruktion und Rezeption Von Bildern der Stadt**. Berlim: Jovis Verlag, 2008.
- BUNDESMINISTERIUM FÜR VERKEHR, BAU- UND WOHNUNGSWESEN UND SENATSVERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG. **Der Berliner Schlossplatz, Internationale Expertenkommission “Historische Mitte Berlin”**. Berlim, 2000. Disponível em: <<http://www.bmvbs.de>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- BUNDESMINISTERIUM FÜR VERKEHR, BAU- UND WOHNUNGSWESEN UND SENATSVERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG. **Internationale Expertenkommission “Historische Mitte Berlin”. Abschlussbericht**. Berlim, 2002. Disponível em: <<http://www.bmvbs.de>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BUTTLAR, A. et al. **Denkmalpflege statt Attrappenkult. Gegen die Rekonstruktion Von Baudenkmalen – eine Antologie.** Berlin: Birkhäuser Verlag, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CURY, Isabelle; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas patrimoniais.** 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004.

DEMPS, Laurenz. **Der Berliner Dom.** Berlin: Berlin Edition, 1999.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

FALSER, Michael. **Zwischen Identität und Authentizität. Zur politischen Geschichte der Denkmalpflege in Deutschland.** Dresden: Thelem Verlag, 2008.

FINDEISEN, Peter. **Anmerkungen, auch zum Thema Neubau des Berliner Schlosses.** Kritische Berichte, vol. 22, 1994.

GRAIMBERG, Charles de. **Notice de l'entreprise des vues de Heidelberg.** Heidelberg, 1820.

HANNMANN, Eckart. **Bemerkungen zur Heidelberger Schlossdiskussion, in: Konservatorenauftrag und heutige Denkmalherausforderung.** Jahrestagung der Vereinigung der Landesdenkmalpfleger in der Bundesrepublik Deutschland. Stuttgart: Landesdenkmalamt Baden-Württemberg, 1995.

HANSELMANN, Jan Friedrich. **Rekonstruktion in der Denkmalpflege: Texte aus Geschichte und Gegenwart.** 2. Aufl. Stuttgart: Fraunhofer IRB Verlag, 2009.

- HÄUßERMANN, Harmut; SIEBEL, Walter. **Stadtsoziologie: eine Einführung.** Frankfurt: Campus Verlag, 2004.
- HENNET, Anna-Inés. **Die Berliner Schlossplatzdebatte: im Spiegel der Presse.** Berlin: Verlagshaus Braun, 2005.
- HOLFELDER, Moritz. **Palast der Republik: Aufstieg und Fall eines symbolischen Gebäudes.** Berlin: Ch. Links Verlag, 2008.
- HUBEL, Achim. **Denkmalpflege. Geschichte. Themen. Aufgaben. Eine Einführung.** Stuttgart: Philip Reclam, 2006.
- HUSE, Norbert. **Denkmalpflege. Deutsche Texte aus drei Jahrhunderten.** München: Verlag C. H. Beck oHG, 2006.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória.** Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2000.
- ICOMOS, Deutsches Nationalkomitee für Denkmalschutz. **Grundsätze der Denkmalpflege.** München, 1992.
- KIESOW, Gottfried. **Einführung in die Denkmalpflege.** Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1982.
- LADD, Brian. **The Ghosts of Berlin: Confronting german history in the urban landscape.** Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- NERDINGER, Winfried. **Geschichte der Rekonstruktion – Konstruktion der Geschichte.** München: Prestel Verlag, 2010.
- PESCHKEN, Goerd; ALTHOFF, Johannes. **Das Berliner Schloss.** Berlin: Berlin Edition, 2000.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RUSKIN, John. **The seven lamps of architecture.** London: 1901.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle – política e cultura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, Luiz Antonio Lopes de. **Wiederaufbau: a Alemanha e o sentido da reconstrução. Parte 1: A formação de uma nação alemã.** *Arquitextos*, São Paulo, 10.111, Vitruvius, ago 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.111/35>>. Acesso em 10 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Wiederaufbau: a Alemanha e o sentido da reconstrução. Parte 2: do Novo Patrimônio ao Pós-Guerra.** *Arquitextos*, São Paulo, 10.112, Vitruvius, set 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/29>>. Acesso em 10 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Wiederaufbau: a Alemanha e o sentido da reconstrução. Parte 3: Divisão e Reunificação.** *Arquitextos*, São Paulo, 10.114, Vitruvius, nov 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.114/15>>. Acesso em 10 maio 2011.

VEREINIGUNG DER LANDESDENKMALPFLEGER IN DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND; REGIERUNGSPRÄSIDIUM STUTTGART, LANDESAMT FÜR DENKMALPFLEGE. **Rekonstruktion und Gartendenkmalpflege: Berichte zu Forschung und Praxis der Denkmalpflege in Deutschland.** 1. Aufl. Petersberg: Michael Imhof Verlag GmbH & Co. KG, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. **Restauro.** Salvador: 1993.

WIESINGER, Liselotte. **Das Berliner Schloss. Von der kurfürstlichen Residenz zum Königsschloss.** Darmstadt: 1989.